



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPEG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPG-MDR)
Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional

Alcilene Oliveira Alves

OS KAXARARI E AS POLÍTICAS MITIGATÓRIAS DO ESTADO

Rio Branco – Acre
Agosto/2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

OS KAXARARI E AS POLÍTICAS MITIGATÓRIAS DO ESTADO

Dissertação de Mestrado apresentada junto a Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal do Acre, como pré-requisito para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: **Prof. Dr. Elder Andrade de Paula**

Rio Branco – Acre
Agosto/2009

Agradecimentos

Agradeço a minha mãe por suportar o estresse do dia a dia que o trabalho aliado ao mestrado acompanhou.

Agradeço aos professores Elder Andrade de Paula e a Celia Collet pelas orientações recebidas e, também ao Jerônimo por ceder sua mãe.

A FUNASA por permitir realizar esse trabalho, favorecendo a pesquisa e o acesso às aldeias Kaxarari, especialmente ao coordenador regional José Carlos Pereira Lira, Shirlene Malveira Azevedo, Maria do Carmo da Rocha, Manoel Marinho pela compreensão demonstrada quanto às ausências pelas aulas, pesquisa e realização do trabalho.

A Moacir chaves pelas correções da escrita, a Geovânia pela cessão de seu material e ao Professor Reginaldo Castela por suas revisões e sugestões.

Ao grupo de Estudos dos Povos Nativos GEAPON, que permitiu ampliar a discussão sobre a questão indígena.

A Vandilma pelo apoio emocional e intelectual prestado e a sua amizade.

A Fanir pela amizade demonstrada durante essa jornada.

A Elisa da Casa Txai pela atenção e disponibilidade para a cessão dos documentos.

Aos colegas de turma, à Ana Cláudia, Cristiane, Cláudio, Holanda, Aisson, Simone e a Francisca Mesquita pelo apoio e assistência prestada durante o curso.

E agradeço em especial aos Kaxarari pelos préstimos nas entrevistas.

Agradeço a SUFRAMA pelo apoio dado a esta dissertação.

Resumo

O presente trabalho pretende analisar no contexto do desenvolvimento regional as políticas “mitigatórias” desenvolvidas pelo Estado, especialmente, através do Projeto de apoio ao Meio Ambiente e as Comunidades Indígenas – PMACI, tendo como estudo de caso o povo Kaxarari que estão na área de influência da BR-364 e são diretamente afetados pelos impactos em face de sua proximidade e posição em relação a esta estrada. Trata-se de um estudo que interpreta um projeto que inicialmente favoreceu a incorporação das reivindicações do movimento social, servindo de parâmetro para as futuras ações de políticas “sociais”, mas que posteriormente foram implantadas de modo autoritário, de fachada, intensificando e provocando impactos ao longo de duas décadas.

Palavra-Chaves: Kaxarari. Desenvolvimento. Políticas Sociais. Movimentos Sociais.

Abstract

This work intends to analyze, in the context of regional development, the mitigating States policies, purpose-carried out by the Project of Support to environment and Indigenous Communities-PMACI-, taking as a case study the Kaxarari people who inhabits the area under de influence of BR-364 (a federal road from Brazil), and who area directly affected by de impacts due their proximity and position in relation to this road. This is a study that interprets a project which has initially favored the incorporation of claims of social movements, being a reference to future social policies. The creation of policies in this society intensified and caused great impacts the two decades.

Keywords: Kaxarari. Development. Social Politicies. Social Movements.

LISTA DE SIGLAS

AIS - Agentes de Saúde Indígena
BASA - Banco da Amazônia
BEC - Batalhão de engenharia e Construção
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial
CEDOP - Centro de Documentação e Pesquisa
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros
CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPI - Comissão Pró- Índio
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CSN - Conselho de Segurança Nacional
CTA - Centro de Trabalhadores da Amazônia
DNER - Departamento Nacional de Estradas e Rodagens
DSEI - Distrito Sanitário Especial Indígena
EDF - Environmental Defense Fund.
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FUNASA - Fundação nacional de Saúde
GT – Grupo de Trabalho
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INESC - Instituto de Estudos sócio econômicos
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAIC - Ministério da Agricultura Indústria e Comércio
MINTER - Ministério do Interior
MSTR – Movimento dos Trabalhadores Rurais
MTIC - Ministério do Trabalho Indústria e Comércio
NWF - Federação Nacional da Vida Selvagem
ONG - Organização Não Governamental
OXFAM - Oxford Committee for Famine Relief
PAC - Plano de Aceleração do Crescimento
PAD - Plano de Ação Definitivo
PAP - Plano de Ação Provisório
PGC - Projeto Grande Carajás
PIB - Produto Interno Bruto
PIN - Plano de Integração Nacional
PLANACRE - Plano de Desenvolvimento integrado do Estado do Acre
PMACI - Projeto de Apoio ao Meio Ambiente e as Comunidades Indígenas
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
POLAMAZONIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

RADAM - Radar para Amazônia

SEDUC - Secretaria de Educação e Cultura

SEMAM - Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República

SEMA - Secretaria Nacional de Meio Ambiente

SEPLAN-PR - Secretaria de Planejamento e cooperação da Presidência

SIVAM - Sistema de vigilância da Amazônia

SPI - Serviço de proteção ao Índio

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização econômica da Amazônia

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste

SUS - Sistema Único de Saúde

UFAC - Universidade Federal do Acre

UNB - Universidade de Brasília

UNI - União das nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - ESTADO E DESENVOLVIMENTO E A QUESTÃO INDÍGENA NA AMAZÔNIA	14
1.1 - Sobre a relação Estado e desenvolvimento	18
1.2 - Desenvolvimento e etnodesenvolvimento	24
1.3 - Populações indígenas sob a tutela do Estado	29
1.4 - A construção de rodovias e conflitos com a população indígena na Amazônia	31
CAPÍTULO II - O PMACI	39
2.1 - A BR-364 e os Projetos para a Amazônia	39
2.2 - POLONOROESTE	39
2.3 – PMACI	42
2.4 - Plano de Ação Provisório -PAP	45
2.5 - Plano de Ação Permanente -PAD	49
2.6 - Movimentos Sociais e o PAD	51
2.6.1 - Breves considerações sobre o Movimento Indígena	64
2.7 - As ONGS e os Kaxarari	67
2.7.1 - Projetos de Desenvolvimento Comunitário.....	67
2.7.2 - POLONOROESTE e os Kaxarari	70
CAPITULO III - OS KAXARARI	71
3.1 - Os Kaxarari no contexto das Frentes de Expansão	74
3.2 - As Correrias	75
3.3 - Submissões aos patrões	78
3.4 - A decadência da borracha	80
3.5 – A Saúde e o etnoconhecimento	84

3.6 - A transferência do rio para a BR 364: conflitos e invasões	85
3.7- Os Kaxarari e o PMACI	91
3.7.1 - Território demarcação e Defesa da Terra	92
3.7.2 – Defesa da Terra	97
3.7.3 – Educação	99
3.7.4 - Desenvolvimento comunitário	104
3.7.5 - Saúde	105
3.7.6 - Impactos provocados pela BR-364 na saúde	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
GLOSSÁRIO	121
ANEXOS	123

INTRODUÇÃO

A expansão da fronteira na Amazônia na década de 1970 e os conflitos pela posse da terra desencadearam a discussão quanto às implicações do modelo de desenvolvimento sobre o meio ambiente e sobre a “proteção” a este e às comunidades consideradas tradicionais e indígenas. Essa preocupação intensifica-se a partir dos anos de 1980 com o fim dos governos ditatoriais, onde ocorrerá o recrudescimento dos movimentos sociais reivindicatórios aliados à crise do modelo de expansão capitalista imposto pela ditadura militar. Este modelo estabeleceu um conjunto de medidas que visava integrar a Amazônia ao “desenvolvimento” do país através de grandes projetos como mineração, pecuária, energia transportes e comunicações deixando o que chamam de visíveis às imagens da produção destrutiva resultante da expansão capitalista para a Amazônia. (PAULA; SILVA, 2008).

Analisando esse processo na América Latina, na década de 1980, Quijano (2004, p. 147) “refere-se a novos sujeitos sociais que fizeram ingresso na cena política, destacando movimentos indígenas, movimentos pela luta da posse da terra, movimentos urbanos e de resistência armadas”. Dentre estes movimentos terá destaque à organização de seringueiros e índios na região sul ocidental da Amazônia, que organizados em seus processos reivindicatórios quanto à posse da terra, seja a demarcação das terras indígenas e a constituição de criação da Reserva Extrativista e quanto às denúncias de grilagem de terras, expulsão de seringueiros e índios, assassinatos e desmatamento.

No final da década de 1980 esses movimentos com suas especificidades se constituirão a “Aliança dos Povos da Floresta”. Concomitante a esse processo a difusão dos movimentos ambientais internacionais que passam a denunciar a política de desenvolvimento e os impactos quanto ao meio ambiente e as populações na Amazônia.

A construção da rodovia BR-364 fazia parte do pacote de políticas desenvolvimentistas da região com o objetivo de escoar a produção agropecuária e madeireira. O trecho da BR sentido Cuiabá Porto Velho havia sido concluído com recursos do Banco Mundial, porém com custos socioambientais elevados, principalmente para o Estado de Rondônia. Para se completar a pavimentação desta rodovia faltava interligar Rondônia ao Acre realizando finalmente a finalização da malha viária da região. Ligando-se ao pacífico pelo Peru. Isso significava que o processo de expansão da fronteira seria finalmente concluído. Aumentando a especulação, a violência e expropriação que desde a década de 1970 já ocorria na região.

Dessa forma, os movimentos sociais dos povos da floresta passaram a exigir uma política adequada às populações da Amazônia que as protegesse, assim como o meio ambiente. Sendo apoiada por representantes do ambientalismo internacional como, por exemplo, a Federação Nacional da Vida Selvagem – NWF, norte americana e a EDF - Environmental Defense Fund entre outras¹.

Essas denúncias chamaram a atenção do mundo para a Amazônia, especialmente na região sul ocidental, favoreceram a divulgação destes fatos em fóruns mundiais, exigindo que os financiamentos para esses investimentos fossem reavaliados com critérios. Para que isso ocorresse então, foi importante a figura de líderes sindicais representando o movimento rural e de seringueiros do Acre e Amazônia².

Diante das denúncias o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID exigiu do governo brasileiro a apresentação de um plano para minorar os impactos da construção da rodovia BR 364. Assim, com objetivo de atender os contratos de empréstimos 150/IC-BR e 503/OC-BR para a construção da BR - 364 trechos Porto Velho Rio Branco foi apresentado o Projeto de Proteção ao Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas – PMACI que possuía um total de 10,0 milhões de dólares (PMACI, 1985), que consistia na proteção dos recursos renováveis, fundiários e interesses indígenas. Os recursos para estas ações vieram do BID para a demarcação e regularização das áreas indígenas, inclusas naquele espaço.

A construção de um projeto de meio ambiente e proteção às comunidades indígenas sem o diálogo com os setores do movimento social interessado, recebeu críticas e a avaliação do projeto demonstrou que o processo de implantação apresentou resultados insuficientes face às demandas levantadas principalmente por seringueiros e índios. Essa situação pressionou o BID que exigiu o rearranjo do plano incorporando a participação efetiva dos segmentos interessados na execução do plano.

Portanto, o objetivo da dissertação é estabelecer a comparação entre o que foi proposto e o que foi realizado no PMACI e suas implicações junto ao povo Kaxarari, diretamente afetado pelos impactos da BR-364, em face de sua proximidade e posição em relação a esta estrada.

¹ Estas organizações apoiaram as denúncias realizadas pelos seringueiros quantos aos impactos que a BR-364 estava provocando, exemplificada no desmatamento e na violência para com indígenas e seringueiros, melhor detalhada em Alegretti (2002).

² Francisco Alves Mendes, o Chico Mendes, representado o sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri foi convidado a se apresentar na ONU, relatando denúncias sobre a situação de conflitos entre seringueiros e fazendeiros no Acre, forçando medidas para criar critérios de financiamentos, para maior entendimento ver Paula, Elder Andrade de. Seringueiros e sindicatos: um povo da floresta em busca de liberdade. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1991. (Dissertação de mestrado).

Trata-se de um estudo de extrema relevância, acontecido em função da pavimentação da BR 364 nos anos 1980, pensado no contexto de políticas de desenvolvimento regional. O PMACI foi o primeiro projeto com em que se permitiu a incorporação das reivindicações do movimento social. Este modelo inicial tem servido como parâmetro para as futuras ações de políticas “sociais”.

O desenho do PMACI demonstrou que a participação dos setores sociais foi incorporada de forma subalterna, de fachada, visto que o “projeto já veio pronto” para ser implantado. Torna-se relevante discutir este tema, pois dentre os exemplos atuais de promessas de participação para setores indígenas e camponeses, está proposto na instalação do complexo do Rio Madeira³, há menos de 200 km da terra Kaxarari, em que pode se repetir iniciativas similares seguindo a mesma cartilha.

Quanto ao desenvolvimento da pesquisa foi iniciado com a procura da documentação referente ao PMACI, junto aos órgãos e entidades não governamentais que estiveram envolvidos com o referido projeto.

Na Fundação Nacional do Índio - FUNAI, realizou-se entrevistas com o Administrador Sr. Antônio da Silva Apurinã, que durante a vigência do PMACI esteve à frente da União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas - UNI, disponibilizando o centro de documentação da instituição para a pesquisa, objetivando conhecer através de relatórios as atividades e os impactos que o projeto definiu para os Kaxarari.

No Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, solicitamos mapas da área onde se localiza a terra indígena e buscamos entrevistar o Coordenador Sr. Anselmo Forneck, que esteve durante a vigência do PMACI na coordenação do Conselho Indigenista Missionário – CIMI. A indisponibilidade da documentação ocorreu em função da centralização de documentos e participação de funcionários e ex. funcionários que vivenciaram o PMACI, que não estavam mais no órgão, impedindo o acesso às informações.

No Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, as informações foram referentes à relação da Terra Kaxarari com o entorno, foi disponibilizado mapas da área do entorno com listas de proprietários. Essas informações visavam esclarecer se existem conflitos entre o povo Kaxarari e o assentamento do INCRA nas proximidades.

³ O complexo do rio Madeira prevê a construção de duas usinas hidrelétricas no rio Madeira, no trecho entre as cidades de Porto Velho e Abunã, em Rondônia, com previsão do aumento da demanda de energia no país nos próximos dez anos. E projeto vem enfrentado críticas quanto ao respeito às normas ambientais.

A documentação utilizada foi disponibilizada pelo acervo do antropólogo Terri Valle de Aquino - Casa Txai, que possui acervo de pesquisas junto às comunidades indígenas do Acre e sul do Amazonas.

O trabalho de entrevistas com as comunidades kaxarari aconteceu nas Aldeias: Pedreira e Paxiúba, Barrinha, Central onde foram realizadas entrevistas com os moradores mais velhos e com lideranças que viveram a época. As entrevistas aliadas à documentação poderiam oferecer maior clareza na interpretação do período da execução do PMACI

No primeiro capítulo apresentamos uma breve discussão a cerca da relação Estado e desenvolvimento bem como a forma que este assumiu no Brasil e na América latina. Destacando a política desenvolvimentista adotada pela ditadura militar na Amazônia, os impactos junto às sociedades indígenas, com a abertura do Estado.

O segundo capítulo trata da pesquisa sobre os impactos do PMACI, destacado a relação estabelecida com os movimentos sociais na região sul ocidental da Amazônia, considerando a participação de indígenas e seringueiros.

No terceiro capítulo analisaremos a história do contato da sociedade Kaxarari, desde as correrias no início do século XX, passando pela empresa seringalista e decadência desta, a luta pela defesa da terra e a experiências do PMACI.

CAPÍTULO I – ESTADO E DESENVOLVIMENTO E QUESTÃO INDÍGENA NA AMAZÔNIA.

O capítulo inicial pretende fazer uma breve revisão sobre a relação do desenvolvimento em sua interface com o Estado, bem como a relação histórica que foi delineada no processo de desenvolvimento capitalista. A construção teórica do conceito de desenvolvimento relaciona-se a perspectiva histórica do capitalismo. Segundo Sachs (2000) foi emprestado da biologia do século XVIII pelo fundador da História Social, Jusus Moser, mas, ganhou conotações maiores com o processo industrial, evidenciando a ideologia positivista do progresso infinito.

O aprimoramento do enfoque conceitual sobre o desenvolvimento terá sua afirmação melhor delineada a partir dos anos 1950, em função das crises e guerras surgidas com a preocupação de reconstrução dos países no pós-guerra. A idéia de crescimento econômico estará relacionada nesse contexto com a noção de desenvolvimento.

Segundo Veiga (2007, p. 17) duas características apresentam-se como desenvolvimento. A primeira, o desenvolvimento é considerado “Sinônimo de crescimento econômico, e a segunda resposta fácil é a de afirmar que desenvolvimento não passa de reles ilusão, crença, mito ou manipulação ideológica”.

Quanto ao desenvolvimento como crescimento econômico utiliza-se do mecanismo como o Produto Interno Bruto - PIB per capita, considerando a tendência de equivalência entre crescimento econômico e desenvolvimento. A esse parâmetro foi introduzido o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, acrescentando indicadores sociais pela organização das Nações Unidas para falar em desenvolvimento.

Apesar da abrangência que este item assumiu continua-se a utilizar na disciplina Economia do Desenvolvimento o enfoque no crescimento econômico. Dessa forma, o autor acrescenta a seguir a este respeito:

Só que os analistas que realmente aderem a tal postura ficam automaticamente isentos de discutir o enigma do desenvolvimento sustentável, pois ele não passaria de uma nova roupagem da quimera original. E é muito importante assinalar que essas duas correntes – a do crescimento e a da ilusão - preferem a expressão ‘desenvolvimento econômico’ em vez da fórmula sintética, a mais correta, ‘desenvolvimento’, pois no fundo, pensam que são simples sinônimo. (VEIGA, 2007, p. 18).

A segunda idéia sobre desenvolvimento envolve a discussão sobre o pessimismo quanto aos países com pouca industrialização, países da periferia e as condições de se equiparar aos industrializados, países centrais. Assim, o desenvolvimento é posto como algo inacessível ou de difícil alcance, ele não possuirá existência.

A crítica ao conceito de desenvolvimento pode ser formulada por Arrighi (2000), questionam a possibilidade de desenvolvimento em países considerados pobres que estariam na “semi-periferia” do capitalismo em contraposição aos países ricos, países centrais utilizando o Produto Nacional Bruto - PNB como instrumento de avaliação, demonstrando que existe um fosso, e recai na relação entre desenvolvimento e riqueza.

Para Rivero (2002, p, 32), o desenvolvimento deve considerar outros valores, além de aspectos econômicos, analisando o desenvolvimento de forma linear e estanque, principalmente, relacionando de uma única forma, as nações ditas “desenvolvidas” e as subdesenvolvidas.

São gurus do mito do desenvolvimento que têm uma visão quantitativa do mundo. Ignoram os processos qualitativos histórico-culturais, o progresso não linear das sociedades, as abordagens éticas, e até prescindem dos impactos ecológicos. Confundem crescimento econômico com o desenvolvimento de uma modernidade capitalista que não existe nos países pobres. Com tal perspectiva, eles só percebem fenômenos econômicos secundários, como o crescimento do PIB, o comportamento das exportações, ou a evolução do mercado acionário, mas não reparam nas profundas disfunções qualitativas estruturais, culturais, sociais e ecológicas que prenunciam a invisibilidade dos quase – Estados - nação subdesenvolvida. (RIVERO 2002, *apud* VEIGA, 2007, p, 23).

Nesse processo definiu-se subdesenvolvimento para demarcar as posições dos países pobres do terceiro mundo que possuíam industrialização incipiente. Acreditava-se também que, para atingir o desenvolvimento Nandy (2000, p. 80), todas as economias teriam que forçosamente alcançar determinados níveis de crescimento. E, ainda que, “ultrapassar esses estágios inevitáveis, a sociedade teria que reestruturar sua cultura, desfazer-se de partes retrógradas e cultivar elementos culturais mais compatíveis com as necessidades de uma nação moderna”.

[...] acreditava-se também que, para atingir a bem aventurança de desenvolvimento, todas as economias teriam que forçosamente alcançar determinados níveis de crescimento. E ainda que, ultrapassar esses estágios inevitáveis, a sociedade teria que reestruturar sua cultura, desfazer-se de partes retrogradadas e cultivar elementos culturais mais compatíveis com as necessidades de uma nação moderna. (NADY, 2000, p, 84).

A definição produziu uma série de estudos, discussões e ações que conduziram nos anos de 1950 e 1960 a constituição de modelos econômicos para a superação dos índices de

pobreza, marcado pela idéia desenvolvimentista com ênfase na ciência e no planejamento. Os anos sessenta demonstraram o total fracasso desta perspectiva, o que exigiu uma redefinição do conceito de desenvolvimento econômico conduzindo a uma abordagem mais sócio-cultural, onde o homem e suas necessidades básicas fossem atendidos.

Outra leitura para referenciar a conclusão sobre desenvolvimento será encontrada no PNUD⁴, buscando uma visão mais completa que envolva aspectos culturais.

O desenvolvimento tem a ver, primeiro acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão dos instrumentos e oportunidades para fazerem suas escolhas. “E, ultimamente, o relatório do Desenvolvimento Humano tem insistido que essa é uma idéia é tão política quanto econômica.” (FURTADO apud VEIGA 2007, p. 81.)

Furtado denuncia a perspectiva de desenvolvimento excludente adotada pelos modelos em vigência que foram utilizados na América Latina.

O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, ‘o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento’ (FURTADO, 2004, p. 484).

As leituras sobre desenvolvimento convergem para interpretações que recusam as teorias consideradas contraditórias e valorizam questões como: ética, economia e política, na linha proposta por Amartya Sen (VEIGA, 2007, p. 81). Para Sanchs (2000) o desenvolvimento relaciona-se a capacidade individual combinando fatores econômicos e não econômicos, bem como, de melhores condições de moradia e satisfação quanto ao tempo gasto em atividades não econômicas.

Essa interpretação teórica sobre esse modelo de desenvolvimento é controversa, relaciona-se ao conceito de desenvolvimento sustentável. A perspectiva crítica caminha por Esteva (2000, p. 77) com críticas a ordem vigente que engloba todos na “lógica econômica do mercado”. Pois para este à interpretação oficial sobre o desenvolvimento sustentado foi elaborado explicitamente como estratégia para sustentar o ‘desenvolvimento’, não para dar apoio ao florescimento ou a manutenção de uma vida natural e social infinitamente variada. (ESTEVA, 2000, p.72).

⁴ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico

Ou seja, a construção teórica sobre desenvolvimento sustentável foi elaborada para mascarar o desgastado conceito de desenvolvimento por se ligar apenas aos aspectos da economia. Nessa linha caminha Verdum (2007, p.3) que aponta a sua crítica para a variante do conceito de desenvolvimento para as populações indígenas, surgiu com a perspectiva de desenvolvimento “autônomo” na década de 1980, mas que ganhou força nos anos 1990 com termo O “etno” do desenvolvimento em 1981, na cidade de São José da Costa Rica, com patrocínio da UNESCO e FLACSO, que a idéia do “etnodesenvolvimento”, como “modalidade alternativa de desenvolvimento”, emergiu formalmente no cenário latinoamericano.

[...] Promover o etnodesenvolvimento implicaria, além do reconhecimento e garantia de territórios adequados pelo Estado, o fortalecimento da capacidade de decisão autônoma das sociedades indígenas (qualquer que seja o entendimento delas sobre o que significa desenvolvimento) e os planejadores do desenvolvimento aprender a lidar com os fatores étnicos. Não é por acaso, portanto, que Rodolfo Stavenhagen (1985) vai qualificar o etnodesenvolvimento como “uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista”. [...]. (VERDUM, 2007, p. 3)

Verdum (2007, p.3) considera que o etnodesenvolvimento virou uma *fetichização*, particularmente entre os setores governamentais ligados a “gestão de recursos naturais” e ao “desenvolvimento rural”.

Acobertada sob uma retórica de defesa da pluralidade sócio-cultural, de tolerância e de inclusão, se observa na esfera governamental brasileira uma práxis política – conduzida com uma linguagem aparentemente técnica - que caminha no sentido inverso, isto é, no sentido da manutenção das/dos indígenas na condição de tutelados do Estado nacional e da integração dos seus territórios e os recursos naturais e culturais nos circuitos econômicos de produção e comercialização regional, nacional e internacional de mercadorias. Exemplos desta tendência são, por exemplo, a recorrente “dificuldade” do governo federal de dialogar com o movimento indígena organizado; o desempenho declinante do governamental federal no processo de reconhecimento e regularização dos territórios indígenas; e o recente Anteprojeto de Lei de Mineração em Terras Indígenas, que visa regulamentar o artigo 231 da Constituição Federal, permitindo a atividade de mineração em terras indígenas. (VERDUM, 2007, p. 3)

As críticas ao conceito de etnodesenvolvimento é que este também não busca na realidade o verdadeiro sentido das perspectivas e necessidades dos povos indígenas e mascara o verdadeiro objetivo do Estado que busca a integração dos indígenas a sociedade nacional, calcado no discurso da interculturalidade, da participação das representações indígenas.

1.1 – Sobre a relação Estado e desenvolvimento

O surgimento de teorias que discutem o desenvolvimento com a participação do Estado ocorrerá a partir dos anos trinta, em função da crise do capitalismo, ou melhor, da reação ao livre cambismo, como aponta Furtado (2002), mas se concretizará enquanto o debate e afirmação após os anos 60 com a necessidade de planejamento das economias em reconstrução após a guerra. O Estado atua com o protecionismo, liga-se à idéia de interesse nacional (Furtado, 2000), como agente propulsor e “árbitro dos interesses de classes”.

As economias que emergiram, de orientação socialista, oriundas da União Soviética, quanto aos países capitalistas, sob a liderança dos Estados Unidos adotaram a idéia de planejamento governamental. Nos países de fraca industrialização, como o Brasil a industrialização se processou de forma a favoreceram os grupos internacionais que se instalaram nos países periféricos, considerando que aumentavam sua dependência, em grau maior aos Estados Unidos. “A industrialização retardada que teria lugar nos países que se haviam inserido no sistema econômico mundial pela via da modernização far-se-ia em concorrência com as importações e não com a atividade nacional preexistente”. (FURTADO, 2002, p. 28).

O caráter que a perspectiva de Estado interventor assumirá terá as mais diversas influências teóricas, destacam-se keynesianismo⁵ que visava corrigir as incongruências do capitalismo, que em seu contexto sempre apresentou críticas e crises cíclicas que atingiram tanto os países considerados centrais como os periféricos.

As interpretações predominantes na América latina e Europa viam no Estado a capacidade de pensar o desenvolvimento planejado, esse pensamento predominou nas teorias de cunho nacionalista (o desenvolvimentismo) e socialista.

Tal como a noção de ‘civilização’, tão popular na última década do século XIX, “desenvolvimento” tornou-se algo visto hoje como um bem necessário por quase todos os governos, planejadores públicos. A mística que cerca a noção de **desenvolvimento econômico** (grifo nosso) e tão grande que praticamente todos acreditam no benefício que trará aos povos, regiões e nações do mundo inteiro. (DAVIS, 1978, p, 16).

⁵ O período de 1929 de recessão na Inglaterra foi peculiar para o desenvolvimento da teoria de keynes. O desemprego era visto como uma consequência das flutuações em torno da norma estável. As flutuações exógenas não eram previsíveis, mas os ciclos eram passíveis de análise. As explicações eram, portanto parte do ciclo do comércio. as Flutuações são, por natureza, transitórias. Era um principio fundamental da ortodoxia pré-Keyneisiana que nunca poderia surgir, por um período considerável de tempo, uma oferta global excessiva de produto (uma superabundância geral). A indústria poderia ter necessidade de diminuir temporariamente a produção para se ajustar a mudança no padrão de demanda. “Isto geraria desemprego atritivo, quando os trabalhadores procurassem novos empregos – evidentemente apenas fenômeno transitório.” In: Chick.

Vale ressaltar o papel do Estado para as correntes de filiação ideológica de defesa do capitalismo, que este deve se restringir a um período temporário, no sentido de manter a relação de capital e trabalho de forma equilibrada defendendo a propriedade privada e os meios de produção nas mãos da classe capitalista. Por sua vez, as correntes socialistas e capitalistas defendem a estatização e a socialização da produção. Para os primeiros, os críticos acreditam que os Estados onde este sistema foi implantado, surgiu uma burocracia estatal, já quanto aos segundos, às experiências na América latina tiveram inspiração liberal, porém muitas vezes antidemocráticas.

Na América Latina um dos expoentes, configurou-se na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL que conduziu o debate sobre desenvolvimento, subdesenvolvimento e industrialização. O debate em torno do desenvolvimento nos “países pobres” caminhou junto com a perspectiva da industrialização. A discussão girava em torno das possibilidades dos “países ricos” ajudarem os “países pobres” com empréstimos ou com a redução dos preços de suas manufaturas. Diante da impossibilidade prática das relações do capital internacional, os cepalinos passaram a defender a industrialização. Um dos expoentes foi Raúl Prebisch. A tese girava em torno da substituição das importações, onde o Estado deveria atuar da seguinte maneira:

- a. Compressão do consumo supérfluo, principalmente de produtos importados, por meio de estabelecimento de tarifas elevadas e de restrições quantitativas as importações;
- b. Incentivo ao ingresso de capitais externos, principalmente na forma de empréstimos de governo a governo, a fim de aumentar investimentos, sobretudo para a implantação da infra-estrutura básica;
- c. Realização de reforma agrária, para aumentar a oferta de alimentos e matérias-primas agrícolas, bem como a demanda de produtos industriais, mediante a expansão do mercado interno; e
- d. Maior participação do estado na captação de recursos e na implantação de infra-estruturas, como energia, transportes, comunicações etc. (SOUZA. 2005 p, 201).

Para os críticos dessa idéia, essa postura de planejamento governamental apontava para uma que se assemelhava aos soviéticos, e ao contrário, a industrialização se processou de forma a favorecerem os grupos internacionais que se instalaram nos países periféricos, considerando que aumentavam sua dependência. Esta em grau maior aos Estados Unidos. O governo deveria promover a reforma agrária, adotar medidas de inovação tecnológica e o aumento da produção industrial e estimular a iniciativa privada. No entanto, o governo teria que preservar a democracia mantendo sua função apenas no planejamento indicativo.

Celso Furtado que considerava fundamental a participação de empresas estatais para a industrialização. O Estado deveria corrigir os desequilíbrios estruturais e investir em transporte, petróleo energia, etc. As correntes cepalinas foram um misto de posturas ideológicas, teóricos dos mais diversos, destacando-se socialistas, liberais e nacionalistas.

No período da chamada tendência neoliberal (1980-2008) a defesa que se faz quanto ao desenvolvimento é do Estado mínimo, de negação de fatores que caminhem para a maior distribuição da riqueza, do processo produtivo e, portanto na perspectiva do desenvolvimento equilibrado.

As políticas do Estado, voltadas para o desenvolvimento tem atingido os indígenas de forma a ocupar suas terras expulsando e desestruturando-os sócio economicamente na Amazônia. Essas transformações ocorreram através de grandes projetos agropecuários, mineradores ou através da construção de estradas. No contexto, atual transformando e repassando ações que são de sua competência a setores não governamentais como as ONGs. Principalmente quanto à educação, saúde e a constituição de projetos de cunho econômico, através de linhas de financiamento.

Para exemplificar as questões formuladas no debate a cerca do desenvolvimento do capitalismo, recorre-se a Quijano (2005) sobre os 500 anos de colonização, para o autor: a América configurou o novo padrão de poder europeu que se tornou mundial impondo a partir da construção histórica sobre a dominação latina americana a globalidade capitalista convenientemente etnocêntrica/eurocêntrica. Isso significa que todas essas formas de trabalho e de controle de trabalho na América não apenas atuavam simultaneamente, mas também, estavam em torno do eixo do capital e do mercado mundial. Reunidas elas configuram um novo sistema: o capitalismo.

O desenvolvimento capitalista processou-se com a ação do Estado e modificou suas estratégias no objetivo da exploração mantendo diversas formas, concorrendo com modelos que foram da organização das oligarquias, ao populismo e Estado totalitário, como bem formula Boron (1994) na análise do liberalismo econômico da América Latina.

Especialmente interessa a leitura dos modelos de desenvolvimento adotados na América Latina e pelo estado brasileiro quanto às populações indígenas. O estudo inicia-se ao período da década de 1950 com o processo de industrialização, abordados por Celso Furtado (2000) que analisa o desenvolvimento dentro da divisão internacional do trabalho como a via da substituição industrial que ocorreu de forma tardia. A análise de Furtado favoreceu as concepções da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL, influenciando seu pensamento, pela teoria do subdesenvolvimento que marca o pensamento dos economistas brasileiro.

A perspectiva dos modelos de substituição utilizados nos anos 68 e 73 pelo governo militar⁶ aprofundaram as desigualdades no país, e, para entender a construção da política desenvolvimentista do governo militar é importante resgatar os instrumentos de intervenção elaborados e utilizados pelo Estado. Na época foi desencadeado através de extensos programas que favoreceram os incentivos fiscais e a reorganização de agências governamentais. O Estado se aparelhou favorecendo a melhoria da infra-estrutura, do fomento econômico e social, pesquisas de recursos naturais, construindo uma parceria com o capital privado em diversos setores, como indústria, agropecuária, entre outros.

Paula (2003) analisa essas transformações, em uma síntese, considerando a ação do Estado frente às políticas econômicas adotadas ao longo dos 40 anos, entre a ditadura, nos anos 60 e o período de democratização a partir dos anos 1980.

Tais políticas destinavam-se a promover a 'modernização' econômica em sintonia com o novo ciclo de industrialização inaugurado no país logo após o golpe militar de 1964. Nos anos 80, esse 'modelo' apresenta os sinais de esgotamento e começa a ser revisto. Na segunda fase, os contornos mais nítidos podem ser observados a partir dos anos 90, apresenta dois traços essenciais: 1) o abandono da idéia de 'integração nacional' e um aprofundamento no âmbito das políticas de desenvolvimento da dependência e da subordinação da região ao capital internacional; 2) as críticas ao Estado e aos 'projetos totalizantes' e a difusão mistificadora de 'alternativas de desenvolvimento sustentável' hegemônicas ideologicamente pela suposta virtú do 'mercado' como 'reino' da criatividade e da "liberdade" humana. (PAULA, 2003, p. 10).

O desenvolvimento formulando e planejando estrategicamente como proposta de desenvolvimento regional, que os agentes promotores, quase sempre interferem de maneira impositiva estabelecendo regras próprias que suprimem e desconsideram a dinâmica e manifestações simbólicas do território (ALVES; CUNHA; HOLANDA, 2007).

No caso específico dos Kaxarari, o PMACI foi um projeto com uma suposta idealização democrática, mas que não representou as necessidades dos Kaxarari, cumprindo uma etapa para atender as exigências dos organismos multilaterais, representando interesses diferenciados sobre os recursos naturais e sobre os projetos governamentais, e negando qualquer perspectiva de um real desenvolvimento da sociedade em questão. Foi uma etapa a ser cumprida que valorizasse os interesses de governos, setores empresariais menos dos indígenas.

⁶ Nos anos 60 e 70 o governo militar ira seguir a inspiração liberal e antidemocrática, onde ocorrerão intensos conflitos, através de mecanismos implantados na Amazônia, como o PIN - Plano de Integração Nacional, POLAMAZONIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia , POLONOROESTE. Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil

A Amazônia brasileira a partir das frentes de expansão em busca de ouro e prata e drogas do sertão⁷ desde a chegada de portugueses e espanhóis no século XVI ao XIX, foi alvo de exploração e cobiça, impondo a população indígena o ônus dessa busca de forma que nos dias atuais ainda vivencia esta perspectiva.

No século XIX, ocorre a procura pela extração da borracha, processo que aconteceu em dois momentos, final do século XIX e, entre as duas grandes guerras. A Borracha ficou conhecida como ouro negro⁸, concentrou grandes riquezas e parte desta ocorrendo com a participação de capitais forâneos, estrangeiros na sua maioria, ingleses e norte – americanos e com a participação de brasileiros de outras regiões principalmente do atual Estado do nordeste.

No período da segunda metade do século XIX a Amazônia encontrava-se diretamente ligada aos mercados internacionais, tanto quanto a exportação de borracha, como quanto à importação de produtos industrializados, destacando os países que absorviam a produção extrativa em maior escala.

O fim do segundo ciclo promoveu uma nova reorganização da inserção dos capitais na Amazônia e redefiniram do ponto de vista externo as condições das populações indígenas e tradicionais. Uma nova política pública será implantada, agora com a perspectiva do desenvolvimentismo adotada pelo governo militar nos anos de 1960. Dentre os estímulos para que ocorresse o desenvolvimento econômico da região foram criados grandes projetos rodoviários, de mineração e pecuários que modificaram a dinâmica da região do ponto de vista de suas populações em especial dos povos indígenas como comenta Davis (1978 p. 12):

O Brasil fornece um dos mais claros exemplos modernos de um país onde os direitos das comunidades indígenas foram sacrificados em nome de interesses maiores do **desenvolvimento nacional** (grifo nosso). Gigantescos projetos rodoviários, de mineração e pecuária foram planejados para atravessar territórios dos índios da Amazônia brasileira e em seu rastro trouxeram doenças, a morte e a destruição cultural para as tribos indígenas.

O modelo de desenvolvimento era baseado na combinação de capitais provenientes de empréstimos estrangeiros, a estes capitais juntaram-se empresas brasileiras para explorar os recursos. Esse processo acontecerá com maior intensidade entre os anos de 1968 a 1973, considerado o período de maior acumulação do Capital durante o regime militar. No entanto,

⁷ Nesse processo à população indígena foi escravizada, e as riquezas florestais exploradas, nas formas de organizar essa exploração (Prado Júnior, 1979) destacam-se padres jesuítas carmelitas espanhóis e portugueses. Que disputavam entre si e com a coroa Portuguesa esse lucrativo comércio.

⁸ Ver Tocantins. Leandro. Formação Histórica do Acre, 1979.

durará nos anos seguintes de crise do “Milagre Brasileiro”⁹. O desencadeamento dessa política insere-se na lógica de expansão da fronteira capitalista.

Essa expansão avançará sobre a fronteira através da implantação de vários mecanismos, destacando para favorecimento destes projetos os Planos Nacionais de Desenvolvimento – PND’S, o primeiro destes, definiu entre outros: A criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, em 1966 pela lei 5.173 que substituiu a Superintendência do Plano de Valorização econômica da Amazônia - SPVEA definia bem a proposta do Estado brasileiro com a perspectiva de elaborar planos Econômicos, coordenar executar, e julgar dar prioridade dos projetos privados.

Segundo Rego, (2002) “para o desenvolvimento da região, visando à concessão de benefícios fiscais ou de colaboração financeira na forma da legislação vigente no ministério Extraordinário para a coordenação dos organismos regionais”. (PND *apud* REGO, 1967, p. 81-82).

Na mesma época, foram criados outros órgãos como o BASA, em substituição ao Banco de Crédito da Amazônia para dar suporte a política da SUDAM e financiar os projetos. Outra estratégia foi à constituição de um fundo financeiro com recursos da união - FIDAM. O estímulo econômico estava criando, agora seria necessária a infra-estrutura para a ocupação da região.

A primeira ação ocorreu como o Programa de Integração Nacional - PIN, que através de uma malha rodoviária faria a ligação do Brasil a Amazônia, cumpriria o papel de favorecer o desenvolvimento econômico e garantir a segurança Nacional¹⁰.

Acrescentados a estas agências foram criados ainda: o INCRA¹¹ – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nos anos 70, que utilizaria as terras devolutas na faixa de 100 quilômetros de largura, consideradas de segurança nacional¹², a partir do Decreto Lei 1.164 de 1 de 1º de abril de 1971, o PROTERRA¹³ - programa de redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste. Estes dois programas aliados ao PIN atuariam em apoio a ocupação econômica da Amazônia.

⁹ Durante o "milagre econômico brasileiro" o PIB cresceu a uma taxa média acima de 11% ao ano, a inflação oscilou entre 15% e 20% ao ano e a construção civil cresceu, em média, 15% ao ano, no entanto aumentou a concentração da renda e da pobreza. A crise mundial impulsionada pelos preços do petróleo produziu altas taxas a inflação desencadeando uma crise e pondo fim ao milagre.

¹⁰ A doutrina de Segurança Nacional, alertava para a importância da Amazônia na geopolítica da Amazônia, devido a focos de guerrilha na Bolívia e em toda a América Latina.

¹¹ O INCRA foi criado pelo decreto lei nº 1.110 de 9 de julho de 1970, juntou o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento agrário) e GERA (Grupo executivo de Reforma Agrária).

¹² In Rêgo.

¹³ *ibid*

O II PND permitirá novos investimentos em infra-estrutura, destacando a construção da Transamazônica ligando Cuiabá a Santarém e Cuiabá a Rio Branco. Dessa forma, seria possível favorecer o fluxo migratório para programas de colonização, pecuária, extração de madeiras e mineração. Para que isto acontecesse foram criados: o POLONOROESTE e o POLAMAZÔNIA¹⁴. Esses mecanismos todos possuíam enfoque na produção, financiamento e colonização.

Segundo Arbex (2005, p, 40), a ditadura instituiu sobre a Amazônia uma forma de apropriação de recursos naturais, desrespeitando o meio ambiente, a lei, impondo a cultura do mais forte e o “bangüê, bangüê”. Essa perspectiva favoreceu o debate mundial sobre a soberania da Amazônia¹⁵.

Um dos exemplos mais clássicos dessa política ocorreu ao longo das regiões que receberam incentivos do governo federal para a colonização privada, como o norte do Mato Grosso, Rondônia e Acre, onde colonos do sul, mineradoras, pecuaristas, grileiros, confrontaram-se pelas terras da União, expulsando as populações indígenas e, instituindo conflitos que permanecem pela posse da terra.

As relações econômicas deveriam modificar-se de acordo com os novos interesses do capital que via na Amazônia possibilidades de desencadear a projetos de mineração e siderurgia, agropecuária e exploração florestal madeireira e toda implantação de infra-estrutura a eles associados, como energia, transporte e comunicação (PAULA; SILVA, 2009). Os efeitos dessas mudanças puderam ser sentidos por diferentes sujeitos sociais, que possuíam diferentes percepções do desenvolvimento regional.

1.2 - Desenvolvimento e etnodesenvolvimento

A utilização do termo “desenvolvimento” esta relacionada ao aspecto econômico, a perspectiva de acumulação de capital, no sentido da apropriação das terras indígenas e de seus recursos. Trata-se do desenvolvimento capitalista na Amazônia a partir da expansão da fronteira para a implantação de projetos econômicos. Estabelecendo o que Seva (2008, p.01) considera como “conflitos entre o chamado desenvolvimento e forças sociais variadas que

¹⁴ Estes dois programas especificamente tiveram influência e atuaram na região ocidental da Amazônia, Acre e Rondônia. O POLONOROESTE será detalhado no III capítulo.

¹⁵ No artigo Terra Sem Povo, Crime Sem Castigo, in: Amazonia revelada Arbex (2005, p. 496) expõe o debate de argumentos de líderes mundiais sobre quem deve governar a Amazonia e dentre outros retrata os crimes na amazonia terem relação com a politica da Ditadura Militar.

decorrem principalmente, da Inserção do Brasil na economia-mundo”, referindo-se à reação dos povos indígenas “desenvolvimento” que visava basicamente à acumulação de capitais.

Subjacente a esse termo, utilizaremos o termo etnodesenvolvimento para a perspectiva de interpretação do conceito quanto aos povos indígenas. A partir da visão que considera os indígenas em suas especificidades étnicas e culturais, destacando a sua utilização pelo Estado nos anos 1990, com a constituição de políticas visando o desenvolvimento “autônomo”.

O termo foi apropriado pelo Estado na discussão da superação da tutela pelo Estado e na organização autônoma das sociedades indígenas frente aos mecanismos de financiamento por parte de organismos multilaterais. Nesse sentido, a utilização do termo etnodesenvolvimento refere-se à referenciação das diferenças entre as sociedades indígenas e o poder tutelar e a sociedade não indígena. Assim tanto o termo desenvolvimento como o etnodesenvolvimento e sua utilização para os indígenas da Amazônia referem-se aos aspectos interétnicos.

A análise da questão indígena nos remete à leitura de Quijano (2005, p. 17) sobre a colonialidade do poder por entender a que na América Latina a foi negado aos indígenas e aos negros, participação no poder, na organização social e política quando do surgimento dos novos Estados. A pequena minoria branca assumiu o controle. “No caso do Brasil, os negros não eram nada além de escravos e a maioria dos índios constituía-se de povos da Amazônia, sendo desta maneira estrangeira para o novo Estado”.

O capitalismo europeu configurou não somente um padrão de poder, mas também moldou a ideologia do mais forte sobre o mais fraco e sobre o que foi considerado mais sábio, forjando uma subordinação teórica ao domínio do conquistador, ao que Quijano (2005) denomina padrão capitalista de poder eurocêntrico.

Historicamente os povos indígenas reagiram à ocupação de seus territórios tradicionais acontecendo em momentos distintos da expansão capitalista, tanto na época a ocupação européia, como também no contexto das frentes de expansão econômica brasileira. O confronto aconteceu através de guerras abertas, promovendo resistências diversas, algumas formas radicais como o suicídio contra a subserviência ao outro.

Durante o período colonial no Brasil, impunham aos indígenas que resistiam as “guerras justas”¹⁶ para garantir a colonização. Este fato foi comum na Amazônia na exploração das

¹⁶ Expedições punitivas e escravistas, com apoio da Coroa portuguesa e da Igreja, aos indígenas que supostamente atrapalhavam os objetivos da colonização.

Drogas do Sertão¹⁷. Durante séculos essa foi à postura do capitalismo na conquista econômica e sociocultural terras e povos indígenas com ou sem a resistência.

Do período colonial até a república a redução da população indígena foi eminente, segundo “Darcy Ribeiro em os índios e a civilização” um estudo feito nos ano de 1950, apontou o extermínio do período na faixa de 73,4% quanto aos nativos.

Esse extermínio foi maior com o processo de expansão da fronteira na Amazônia impulsionado Estado a partir da década de 1950, ainda no governo Vargas e assumiu contornos maiores na ditadura militar que apoiou a iniciativa privada para a exploração dos recursos naturais, em detrimento de índios e não indígenas da Amazônia.

A discussão sobre a exploração de recursos naturais, direitos de populações indígenas e tradicionais sobre as terras consideradas patrimônio da União, geraram conflitos e tem sido obstáculos para a demarcação das terras indígenas. Pois tem sistematicamente desde a ditadura militar a terra vem sendo apossada por médios e grandes proprietários que participaram das frentes de expansão do capital na Amazônia

Torna-se importante salientar que a violência rural também abrange a questão indígena (Berno de Almeida, 1990, 1994), uma vez que as populações indígenas foram extremamente afetadas pelas políticas de desenvolvimento implementadas pelo governo federal. De fato as terras indígenas foram, e continua sendo objeto de cobiça em função dos seus inestimáveis recursos naturais, sendo intensa a pressão das mineradoras, madeireiras para obter mecanismos legais de penetração nesses territórios. Estas políticas, associadas à lentidão das autoridades em assegurar tanto a demarcação quanto a assistência aos povos indígenas, contribuíram enormemente para que inúmeras violações fossem cometidas nos territórios indígenas sob área de influencia do PGC¹⁸, tais como invasões de empresas agrícolas, mineradoras e madeireiras; ameaças de morte e conseqüentes assassinatos; surtos de doenças. (SERRA; FERNANDES, 2006, p.11).

Problemas vivenciados com relação à ocupação de territórios indígenas se arrastam há décadas, desde os anos 1970¹⁹, época da delimitação e demarcação de áreas indígenas. Denotam problemas como relacionados à questão fundiária, a questão de direitos das populações indígenas e principalmente ou agravadas pelos modelos de desenvolvimento. A expansão da fronteira agrícola e capitalista sobre as populações tradicionais é segundo Little

¹⁷ As Drogas do Sertão era como se chamava a exploração de produtos extrativos, como arroz vegetal, salsaparrilha, canela, peixes e madeiras entre outros. In: Santos, Roberto Araújo de Oliveira. História Econômica da Amazônia, 1800-1920. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

¹⁸ Projeto Grande Carajás analisado pelo ministério Publico de Rondônia historiando os impactos as populações indígenas ao longo da região onde será construída a Hidrelétrica de Santo Antônio.

¹⁹ Ver projetos de desenvolvimentos para a Amazônia no governo militar. (RÊGO, 2002)

(2002) necessariamente, uma história territorial, já que a expansão de um grupo social, com sua própria conduta territorial, entra em choque com as territorialidades dos grupos que residem aí.

O fim da ditadura Militar, na metade da década de 1980, inseriu a Amazônia no contexto da globalização, em um processo complexo, dada à dinâmica da transnacionalização do mercado, aumentando a pressão sobre os recursos naturais. (CASTRO, 2005). As transformações que ocorreram nas décadas anteriores fundamentaram a exploração madeireira, do agronegócio, hoje a soja invade a Amazônia e de minérios, além das atividades de comércio, extração mineral.

Outro aspecto diz respeito aos projetos de construção de estradas, hidrelétricas, entre outros construídos durante a ditadura militar para atender ao ethos desenvolvimentistas, posteriormente os governos democráticos que surgiram na década de 1990 deram continuidade a esse modelo, com uma roupagem mais sutil.

Arbex Jr (2005, p. 40) em *A Amazônia Revelada* analisa vários interesses e conflitos sobre a região, retratando o contrabando, a biopirataria, e a expropriação de terras indígenas. Em sua análise destaca que nos anos 1990 ocorreu uma sofisticação das imagens e percepções sobre a Amazônia comparando com o *discurso primário e triunfalista da ditadura militar*. Hoje diversas forças disputam o controle sobre a região e acreditam disputar seu destino, identificando entre estas:

- As nações originárias, os grupos de pressão de ONGs a elas associados (incluindo missionários religiosos, brasileiros e estrangeiros), que reclamam seus direitos e a demarcação de suas terras, com todos os problemas e conseqüências que isso acarreta;
- ambientalistas genuínos (aqueles que de fato se preocupam com a preservação do equilíbrio ambiental e amam a região por aquilo que ela é, não por aquilo que ela pode representar em termos de rapina e investimentos);
- setores nacionalistas das Forças Armadas brasileiras, que denunciam as pressões pela internacionalização da Amazônia incluindo, segundo eles, as missões religiosas que se colocam ao lado dos indígenas na reivindicação pela demarcação de terras e territórios;
- empresas transnacionais e nacionais, incluindo madeireiras, farmacêuticas, mineradoras, etc., que enxergam na Amazônia um espaço a ser explorado;
- empresas vinculadas ao agronegócio, em particular a exploração de soja e outras monoculturas de exportação;
- governos internacionais, particularmente Estados Unidos, Japão e europeus, que já manifestaram publicamente sua vontade de ver a Amazônia internacionalizada, seja pela eventual venda do território em troca da dívida externa, sejam pela preocupação militar;

- governo brasileiro, que proclama sua vontade de combater as queimadas e as atividades predatórias, mas se torna incapaz de uma estratégia realista. (ARBEX JR. 2005, p. 63).

Uma das estratégias de controle da região utilizada pelos militares foram os projetos do SIVAM²⁰ e Calha Norte²¹, o primeiro teve início muito recentemente nos anos de 1990 e o segundo, a partir de 1985. Estes foram justificados pela tentativa de coibir Arbex Jr, (2005, p. 36) “atuação de garimpeiros, inibirem a ação de narcotráfico, garantir, garantir à integridade territorial das reservas indígenas e prestar apoio às populações ali localizadas”. Mas, na realidade o objetivo maior seria o de aprimorar o conhecimento sobre o potencial de riquezas da região amazônica. Remontando a ideologia da integração para o desenvolvimento.

Desde a década de 1990, os governos de Fernando Henrique e Lula, implantaram projetos como o que foi denominado de “Avança Brasil” e “Plano de Aceleração do Crescimento - PAC”²² Serra; Fernández (2004). O primeiro plano criado em 1998, no governo Fernando Henrique objetivava retomar obras de transporte, telecomunicações, e energia paralisadas. O objetivo era de acelerar o crescimento sanando déficit de educação, saúde e habitação, para isso seriam necessárias à garantia do escoamento da produção mineral, agrícola e industrial. O segundo modelo, o PAC utiliza a estratégia que o desenvolvimento deve continuar na Amazônia com a melhoria de infra-estrutura na pavimentação de estradas, construção de hidrelétricas, como a de Santo Antonio no rio Madeira e a de Belo Monte no Xingu. Estes projetos afetaram diretamente as terras indígenas.

As transformações vivenciadas pelas populações indígenas com as invasões as suas terras tiveram outro viés com a difusão da tecnologia que alteraram as relações ecológicas Little, (2002). A destruição do ambiente foi inevitável. Nas décadas subsequentes a de 1980 e 1990 tem-se a implantação do modelo de desenvolvimento neoliberal²³, com interligação de mercados, dessa forma ocorre um aumento na pressão sobre a exploração dos recursos naturais e as terras indígenas. Esse processo promoveu na Amazônia um fluxo intenso de

20 Sistema de vigilância da Amazônia, envolvendo uso de aviões, radares fixos, e satélites.

21 Visava a criação de uma rede de bases militares na Amazônia, com bases militares na Colômbia, Venezuela e Guianas.

22 O PAC está organizado para garantir um conjunto de investimentos que garanta logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias); energia (geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural e combustível renovável); e infra-estrutura social e urbana (saneamento, habitação, transporte urbano, Luz para Todos e recursos hídricos). In: Brasil. Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, 2007.

23 Os países considerados periféricos que aprofundavam suas crises como o Brasil deveriam equilibrar seus balanços de pagamentos, obterem superávit, pagar dívidas, estabilizar moedas, combater a inflação, promover mudanças na legislação social para reduzir gastos com folhas de pagamentos, salários, aposentadorias e pensões.

trabalhadores que viam na Amazônia um local de oportunidades de trabalho. Conforme Loureiro; Pinto (2007):

O crescimento deveu-se à migração desordenada de desempregados que vinham em busca de oportunidade de vida ou de trabalho na retirada de madeira ou garimpando em terras indígenas, ou ainda como peões em desmatamentos para a criação de gados. Por sua vez, os novos empreendimentos mineradores provocaram aumento das queimadas para a produção de carvão e a expulsão de posseiros naturais da região de suas terras ou de migrantes que haviam ocupado terras de projetos abandonados ou improdutivos. (LOUREIRO e PINTO, 2005, p.91).

A partir de meados da década de 1990, há um reconhecimento a respeito dos questionamentos sobre a política predatória de desenvolvimento para a Amazônia, com novas rodovias, parte de novos programas. No entanto, o governo reforça sua estratégia de exploração da Amazônia com o modelo de eixos de integração, para garantir esse crescimento seriam necessários investimentos em transporte e energia. Esses modelos são semelhantes aos modelos do passado desenvolvido pela ditadura militar, mantendo a Amazônia sob conflitos com as populações indígenas e com os países limítrofes. (SERRA; FERNANDEZ, 2004),

A reação à expropriação, ao processo conflituoso de incorporação da força de trabalho e terras pelas frentes de expansão favoreceu o surgimento de organizações indígenas na América Latina. Esse processo foi aliado a denúncias sobre o que o modelo de desenvolvimento provocou aos povos indígenas. No Brasil na década de 1985 se ensaiará as reivindicações dos indígenas, referendadas através da constituinte em 1988.

1.3 - Populações indígenas sob a tutela do Estado

No início do século XX em 1910 as questões indígenas, sofrerão intervenção através da criação do Serviço de Proteção ao Índio - SPI, para mediar a relação entre os indígenas e os interesses do capital, imbuído da concepção de integrar os indígenas a sociedade nacional, considerado como de missão civilizatória.

Na época, à frente do órgão esteve o Marechal Rondon, responsável por sua criação e por ligar por telegrafo o Mato Grosso ao resto do Brasil, “pacificando indígenas”. O SPI não possuía apenas missão civilizadora, cumpria o papel de integrar os indígenas nas relações de produção, favorecendo a ocupação de suas terras para as frentes capitalistas.

O SPI foi subordinado a vários órgãos desde a sua criação pertenceu aos ministérios da Agricultura, Indústria e Comércio – MAIC (1930), Ministério do Trabalho Indústria e Comércio - MTIC, (COLLET, 2006, p. 185) e Ministério da Guerra.

De acordo com Verdum (2009, p.05) no período de vigência do SPI o Brasil instaurou um modelo de indigenismo de inspiração no México em que no caso do Brasil:

O “sertanista” aparece como um personagem chave, envolto por uma área de romantismo, numa mistura de bondade e bravura. Ele é o especialista que domina as técnicas e detém os conhecimentos necessários para “atrair” e “pacificar” os “índios”, em particular os “arredios”, induzindo-os a caminhar no sentido da “civilização” e, como não poderia deixar de ser, do “interesse nacional”.

Durante a vigência do SPI, só na Amazônia Ocidental, principalmente no Acre, mais de 36 grupos desapareceram (ver Calixto et all), já que se tem notícia de apenas um posto indígena e uma reserva demarcada na década de 10 deste século em uma das viagens realizadas por representantes do SPI pelos rios Juruá e Purus foi implantado o Posto indígena Mariene na região sul do Amazonas.

O SPI existiu até 1967 quando o governo militar o substituiu pela FUNAI. A criação do órgão visava evitar que os povos indígenas pudessem obstaculizar a ocupação da fronteira agrícola. Teoricamente a entidade deveria “proteger” as populações indígenas da ocupação indiscriminada e irregular. Toda a política desenvolvimentista para a Amazônia possuía sentido de ocupar a terra para fins de exploração capitalista.

Um dos objetivos seria integrar o índio à economia nacional. A princípio, ela deveria ser responsável pela criação de parques e reservas indígenas protegidas. No entanto, a sua atuação foi marcada por denúncias contra o órgão que apontavam a responsabilidade pela destruição étnica de muitos povos indígenas ao longo do período militar. Na fala do general Ismarth de Araújo Oliveira, presidente da FUNAI de 1974 a 1979 fica claro quais os objetivos da instituição.

Minha tarefa será a de integrar o índio na sociedade nacional porque é impossível deter o processo de desenvolvimento do país com o argumento de que os índios deveriam ser protegidos e mantidos em estado puro. (DAVIS, 1978. p. 118).

Um de seus feitos foi à criação do Estatuto do Índio que no seu o primeiro artigo incluía a seguinte disposição:

1. Respeito pelas instituições e comunidades Tribais;
2. Garantia da posse permanente das terras que os índios habitam, e o uso exclusivo dos recursos naturais das mesmas, de acordo com a constituição brasileira,
3. Preservação do equilíbrio biológico e cultural das comunidades indígenas em contato com a sociedade nacional; e

4. Defesa da aculturação espontânea das comunidades indígenas, em vez de sua aculturação rápida e forçada. (DAVIS, 1978, p. 83).

Dentre suas medidas adotadas pela FUNAI destacam-se: a) reintrodução da renda indígena, forçando os índios a venderem seus produtos nos postos da FUNAI. O objetivo dessa medida era criar um fundo para financiar projetos agrícolas e industriais nas terras indígenas; b) assinatura de contrato com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM para pacificar as populações indígenas ao longo da Transamazônica, no intuito de evitar a resistência indígena à ocupação da Amazônia e conflitos com os operários das estradas.

Um dos exemplos mais clássicos dessa política ocorreu ao longo das regiões que receberam incentivos do governo federal para a colonização privada, como o norte do Mato Grosso, Rondônia e Acre, onde colonos do sul, mineradoras, pecuaristas, grileiros, confrontaram-se pelas terras da União, expulsando as populações indígenas e, instituindo conflitos que permanecem pela posse da terra.

Para Ianni (1979, p.200): “A FUNAI é uma espécie de “ministério” para assuntos indígenas. Lida com assuntos indígenas como algo especial, á parte, diferente. Distingue e contrapõe, por implicação, o índio e o nacional. Ianni, (1979, p.203), ressalta que essa visão tem facilitado a expropriação da terra, da força de trabalho, da agricultura ou a própria vida dos índios tem sido facilitada pela ideologia dos beneficiários diretos do desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia. A FUNAI será instalada na região do Acre e Sul do Amazonas em 1976.

1.4 - A construção de rodovias e conflitos com populações indígenas na Amazônia

A construção de estradas esta diretamente ligada a frentes de expansão capitalistas com vistas às possibilidades de “progresso econômico”, ocorridas especialmente em dois períodos. Inicialmente, com a estrada de ferro, no início do século XX e, no período do governo militar entre os anos de 1964 a 1985, com a construção de rodovias ligando a Amazônia ao nordeste, centro oeste e ao sul do país.

As estradas de ferro tinham o objetivo de favorecer o progresso e a ocupação da terra, ocupadas por povos indígenas que foram nesse processo subjugados em seu modo de vida, cultura e identidade. Estes deveriam ser pacificados ou exterminados, para não atrapalhar o progresso.

Dentre os exemplos de pacificação, está o exercido pelo marechal Candido da Silva Rondon²⁴ que facilitou a penetração na Amazônia, a construção de estradas de ferro, conhecendo em suas expedições a Amazônia, a mais famosa delas teve a presença do presidente americano Theodore Roosevelt. Este em seu depoimento comenta profeticamente:

A região ao longo deste rio é uma pastagem natural, e algum dia assistirá certamente a um grande desenvolvimento. Foi aberta ao desenvolvimento pelo Coronel Rondon, há apenas cinco ou seis anos. Já se vê de vez em quando uma fazenda de gado nas margens. Quando as estradas de ferro forem construídas nestas partes do interior do Mato Grosso, a região toda irá crescer e prosperar incrivelmente – e o mesmo acontecerá com as ferrovias. (THEODORE ROOSEVELT, 1914, *apud* DAVIS, 1978, p. 23).

Na década de 1940, o Serviço de Proteção ao Índio – SPI junto com a Fundação Brasil Central e força aérea construíram campos de pouso e estradas de acesso ligando Rio de Janeiro e São Paulo ao Mato Grosso e Goiás, segundo Davis (1978), “marcando a primeira penetração da Bacia Amazônica através de rotas que não as fluviais”, definindo a expansão da fronteira e criação de povoados o de Anápolis em Goiás.

O desenvolvimento como instituído nos governos militares e o desenvolvimento como proposta neoliberal possuem em comum a idéia de que as estradas podem permitir o progresso na Amazônia. Em termos gerais essa situação repete-se como nos tempos da conquista da fronteira.

Um dos principais projetos de estradas vinculadas à idéia de progresso surgiu no ano de 1953 (SERRA; FERNANDEZ, 2004), foi à criação da rodovia Belém-Brasília completada nos anos 1960, projeto que fazia parte do modelo de desenvolvimento defendido com a criação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA, que propunha elaborar planos de desenvolvimento através do planejamento regional na região da Amazônia Legal²⁵. Através desta rodovia teve início a colonização da região Amazônica, por populações não tradicionais, desencadeando diversos conflitos socioambientais, com implicações diretas e indiretas.

No governo militar nos anos de 1960 e 1970, foi implantado o plano de metas e bases²⁶. Este plano incentivou a construção de rodovias como a Transamazônica, a Perimetral Norte e junto com elas projetos de colonização que visavam ocupar os “espaços vazios”. O

²⁴ Estendeu linhas de telégrafo, pacificaram indígenas e por anos coordenou o SPI- Serviço de Proteção ao índio.

²⁵ Cobre uma área de 5.217.423 km² ou 61% do território brasileiro englobando Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão, ver (Serra & Fernandez).

²⁶ Elaborado no período de 1970-1972.

propósito deveria reduzir conflitos pela posse da terra e favorecer a agricultura e a agroindústria. Os estímulos à produção foram orçados no II PND.²⁷

O planejamento regional tornou-se a ferramenta no governo militar, tendo as estradas como condição de integração e resolução de problemas de ordem: *econômica, sociais e geopolíticas*. (SERRA; FERNANDEZ, 2004).

O principal programa foi configurado no PIN, mas além deste, alguns mecanismos foram criados e ligados a esse plano, como o Departamento Nacional de Estradas e Rodagens - DNER seria responsável pelo planejamento, os BECs – Batalhões de Engenharia e Construção que foram responsáveis por construir estradas rodoviárias e ferroviárias Davis (1978), construir instalações sanitárias e garantir a comunicação por terra.

Os financiamentos para a construção de estradas foram garantidos pelos empréstimos internacionais da Agência de Desenvolvimento dos Estados Unidos e Banco Mundial, bem como através do Fundo Rodoviário Especial.²⁸

A Estrada permitiria explorar as riquezas do subsolo da região amazônica. Para que isso ocorresse o projeto foi criado o projeto Radar da Amazônia - RADAM com tecnologia norte americana para realizar o mapeamento da região.

No entanto, as populações indígenas deveriam ser pacificadas ao longo das rodovias, pois estas passariam no meio de suas florestas, dessa forma a criação da FUNAI²⁹ figura entre os mecanismos planejados para garantir o desenvolvimento econômico e permitir a construção de rodovias.

Assim sendo, foram realizadas expedições de pacificação ao longo da rede rodoviária das principais BRs como: a Transamazônica (BR-230 ligaria o nordeste a região norte, partindo de Tocantins até a fronteira do Peru no Acre), na Belém - Brasília ou BR- 010, na Santarém – Cuiabá, atual 163 e na 174 de Manaus a Boa Vista.

²⁷ Para entender a construção da política desenvolvimentista do governo militar é importante resgatar os instrumentos de intervenção elaborados e utilizados pelo Estado. Na época foi desencadeado através de extensos programas que favoreceram os incentivos fiscais e a reorganização de agências governamentais. O Estado se aparelhou favorecendo a melhoria da infra-estrutura, do fomento econômico e social, pesquisas de recursos naturais, construindo uma parceria com o capital privado em diversos setores, como indústria, agropecuária, entre outros.

Foram implantados vários mecanismos, através dos PND'S - Planos Nacionais de Desenvolvimento, o primeiro definiu entre outros planos: A criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, em 1966 pela lei 5.173 que substituiu a Superintendência do Plano de Valorização econômica da Amazônia (SPVEA) definia bem a proposta do Estado brasileiro com a perspectiva de elaborar planos Econômicos, coordenar executar, e julgar dar prioridade dos projetos privados (Rego, 2002)

²⁸ 40 bilhões de dólares viriam do Banco Mundial e o restante do fundo deveria arrecadar imposto, advindos de combustíveis e lubrificantes.

²⁹ Criada pelo governo militar em 5/12/1967 em substituição ao SPI, é responsável por executar políticas indigenistas, como promover a educação básica aos índios, assegurar as terras ocupadas por eles, defender seus interesses e impedir ações de garimpeiros, posseiros e madeireiros que possam colocar esses povos em risco. é passível de diversas críticas quanto a ação do Estado junto as populações indígenas (ver Lima & Hoffmann, (07 – 37).

Para se ter uma idéia das implicações da estrada sobre as populações indígenas pode-se considerar que cerca de: 29 povos indígenas foram catalogados pela FUNAI nos anos iniciais a construção dessas BR's, Davis (1978, p. 93), na época só doze haviam feito contato com não índios, a maioria era hostil a invasões reagindo, nesse processo o contato se acirrou ainda mais.

Além dos inevitáveis conflitos, correram diversas epidemias, violência sexual por parte dos trabalhadores das BR's de acordo com os relatórios da época, com implicação direta sobre a existência imediata dos indígenas. (DAVIS 1978).

Entre os exemplos de atuação da FUNAI de forma intervencionista, pode-se citar nos anos de 1970 a construção da BR-080, trecho Xavantina e Cachimbo. Esta rodovia ligar-se-ia a outra, a rodovia 165, trecho Cuiabá – Santarém, hoje 163, sendo construída nas terras do parque Nacional do Xingu e que provocou diversos conflitos noticiados na imprensa, são antigos, no entanto, continuam atuais (MARTINS, 1983). Nessa região houve incidência de enfrentamentos entre índios Txucarramãe, Juruna, Suiá e Cajabi e não índios que se dirigiram para lá em busca de riquezas. Epidemias de sarampo foram transmitidas pelos trabalhadores da estrada.

Na época, estes conflitos haviam sido profetizados pelos irmãos Vilas Boas, que criticaram a construção dessa rodovia dentro das terras indígenas. Sendo contrariados por funcionários da FUNAI, que apontaram a estrada como fundamental para o progresso do país. Orlando declarou que: “os caçadores de propriedade virão com a estrada, e o parque será definitivamente invadido e perdido”. (DAVIS, 1978, p. 86).

Segundo Davis (1978), o Brasil durante a ditadura Militar foi alvo de denúncias pela imprensa européia e por organismos internacionais quanto ao trato com as populações indígenas, principalmente durante a construção de estradas. De um lado a imprensa destacava o fetiche da conquista do Oeste, comparando aos americanos, bem como o progresso que o crescimento apontava (de 6% ao ano para 11,3% de 1968 e 1972, período do milagre) e por outro lado o derramamento de sangue.

Outras rodovias importantes no governo militar que receberam recursos do PIN e PROTERRA foram às rodovias, 364, sentidos Cuiabá – Porto Velho e Porto Velho Rio Branco, antes BR-029, iniciada no governo de Juscelino Kubitschek nos anos de 1960. Estes recursos propiciaram empreendimentos que favoreceram o surgimento de conflitos ligados a questões de invasões e exploração de terras tradicionais habitadas por seringueiros e indígenas. Considerado rico em minérios, a cobiça por cassiterita foi despertada através de interesses de empresas estrangeiras, norte-americanas, em sua maioria e, também por

fazendeiros, estes desferiram ataques contra Cinta-Larga e Suruí. Para minimizar os impactos foi criado o Parque indígena do Aripuanã.

Com desdobramento recente, na década de 1990 na região do Acre, sentido Porto Velho-Rio Branco – Cruzeiro do Sul, foram catalogados 38 conflitos como de caráter socioambiental, no período de 1990 a 1997. Destes 05 dizem respeito a invasões de terras indígenas. Destacando o caso da invasão as terras Indígenas Kaxarari (abordaremos no capítulo II) e Kampa. (CUNHA, 1998).

O caso Kaxarari pode ser compreendido como um conflito de tipo público foi gerado a partir de um grande empreendimento nacional, a pavimentação da BR-364. A atividade da exploração de brita na A.I. foi autorizada pelo Estado através do DNER, portanto conflito provocado por atividades do setor público. O Caso dos Kampa é típico de um conflito de tipo privado, provocado por empreendimentos privados (setor empresarial), onde grandes firmas madeireiras de Cruzeiro do Sul e Amazonas foram acusadas de saquear a terra indígena, causando danos ao meio ambiente e aos índios. (CUNHA, 1998, p.14).

As dimensões da estrada permeiam a perspectiva de progresso, pela interligação entre regiões industrializadas, e as regiões que possuem recursos naturais, mas sem industrialização, ou seja, entre o norte e o sul do país. Nesse sentido ela foi pensada também como equilíbrio de conflitos, ou seja, para evitar pressões sociais no Sul e nordeste, fomentaram a expansão da fronteira em direção a Amazônia.

As rodovias Belém - Brasília e Brasília - Acre tornaram-se eixos vetores de ligação entre a área mais industrializada e economicamente desenvolvida (o centro sul) e a “grande fronteira de recursos do país” (a Amazônia). **Segundo ideólogos do regime, a construção dos eixos viários, que, grosso modo, eram paralelos à calha do Amazonas, serviria para aplacar os conflitos agrários da Região Nordeste,** (grifo nosso) que se tornavam mais agudos quando da ocorrência das secas, além de oferecer oportunidades para todos os quisessem cultivar a terra e enfrentar o desafio da nova fronteira para “fazer a vida”. (ARBEX JR, 2005, p. 36).

Conforme Castro (2005. p, 10) a construção de Brasília e a abertura da Belém Brasília constituiria um marco tornando irreversível a expansão da fronteira em direção à Amazônia, integrando a região ao capital global, como fronteira de acumulação do capital de forma inesgotável, vazio demográfico, sendo este pensamento dominante entre as elites da década de 1950 e 1960 continua a persistir no século XXI, povoar a região com trabalhadores que reivindicavam a posse de terras.

No trecho da BR- 364 a resistência ocorrerá em função da pavimentação, concomitante a luta pela posse da terra pelos seringueiros e índios que reivindicavam a demarcação das terras

indígenas, bem como a criação de Reservas com base no modelo de reservas indígenas (trataremos em outro capítulo). Essas reivindicações resultaram em denúncias junto ao banco mundial que financiava a construção da BR- 364 e na exigência de políticas menos degradantes. Diferindo dos caminhos percorridos pelo governo brasileiro até então.

Castro (2005, p. 12) avalia que os conflitos e tensões vincularam a imagem da Amazônia ao mundo como: “um lugar de pistolagem cobiça e lugar de práticas ilegais de derrubada de madeiras” entre outros fatores como desflorestamento diante do avanço da fronteira. O debate em torno do desenvolvimento mantém-se com a resistência dos povos indígenas que hoje buscam mecanismos de autodefesa para a manutenção de suas populações. Exemplificado nas ocupações, invasões e o fechamento das mesmas BR que estão sendo recuperadas ou pavimentadas, para garantir o sucesso do programa de aceleração do Crescimento do PAC.

Recentemente podemos destacar o debate em torno do asfaltamento da BR 163 Manaus Porto Velho, que possui inclusive recursos do PAC, e que tem desencadeados protestos e polêmicas devido à quantidade de indígenas, colonos que questionam os projetos agroindustriais previsto, que se consolidarão com a construção da hidrelétrica de Belo Monte que será construída no Xingu, inundando áreas indígenas, novamente em nome do desenvolvimento e progresso. Atualmente, paralisada pela ação dos movimentos sociais (CASTRO 2005, p. 12).

A região da BR (364), também com recursos do PAC no trecho Rio Branco – Cruzeiro do Sul, está sendo asfaltada e foi alvo de protestos por parte dos Kaxinawá, que fecharam o trecho de acesso à aldeia Colônia 27 e as 80 colônias de fazendas do Município de Tarauacá. Estes reivindicam cumprimento de promessas consistiam na pavimentação de seus ramais, feitas na ocasião da audiência pública em 2002, em troca permissão para o asfaltamento da referida rodovia. Outro trecho bloqueado foi entre Feijó e Tarauacá por vinte horas pelo povo Shanenawa que reivindicam a implantação do programa “Luz no Campo”.

Na BR (317) que liga o município de Boca do Acre no Amazonas a BR (364) ao Acre, a estrada foi fechada por Índios da etnia Apurinã que exigem a implantação em suas aldeias, a maioria as margens da BR, do programa “Luiz no Campo”. Também critica a situação precária da rodovia, do lado amazonense, que no período de chuvas se torna intrafegável.

Na BR-364, que liga Mato Grosso aos Estados do Centro-Oeste e Sudeste do País. Houve protestos capitaneados por 400 índios das etnias Bakairi, Umutina, Chiquitano, Bororo e Terena que fecharam a BR. Estes reivindicam atendimento pela FUNAI de Cuiabá que passou

para Juína, no norte do Estado. Seu protesto fez a FUNAI recuar e revogar a portaria que transferia a sede de Cuiabá para Juína.

A fronteira capitalista na Amazônia se refaz sobre os recursos naturais e sobre as terras, implicando em novos limites e também novas formas de resistências estabelecidas há muito tempo, só que com novas roupagens exemplificadas na luta pela autodeterminação, inclusão social, afirmação de valores, defesa da terra e continuidade física dos povos indígenas.

Atualmente, podem se destacar conflitos e acontecimentos como: ocupação, invasão e construção de hidrelétricas em terras indígenas, exemplificada na de Belo Monte no Xingu, que podem gerar grandes impactos ambientais. A revolta dos Kaiapó direcionada ao engenheiro da Eletrobrás em um fórum sobre a discussão, Xingu Vivo, das implicações para o rio Xingu e os povos do entorno.

Castro (2005, p. 21) aponta a denúncia dos movimentos sociais como responsável pela paralisação de obras com a da hidrelétrica de Belo Monte na área do rio Xingu. Esse processo reivindicatório parece estar se repetindo em outras situações, porém, não se sabe se será vitorioso para o lado das populações indígenas e ribeirinhas que ocupam a região.

Os levantes na Bolívia relacionada à exploração de gás em 2003, a repressão policial ao protesto organizado por indígenas contra a Petrobrás no Equador³⁰ (Papo de Índio, o petróleo e gás, p. 22), que não cumpriu acordos quanto à “exploração de poços sem consulta prévia, restrição do direito de ir e vir e expropriação fundiária”.

A respeito do Equador, Quijano (2006, p. 5), chama a atenção para o exemplo de organização onde a “virtual totalidade de todas as "identidades" ou "etnicidades" "indígenas" conseguiram conformar uma organização comum, sem prejuízo de manter as próprias identidades particulares”. Destacando que o Equador diferencia-se dos demais países latinos que são na maioria heterogêneos multirracionalmente e etnicamente.

O caso da Raposa Serra do Sol terra indígena, localizada em Roraima demonstra como esses enfrentamentos são vivenciados pelas populações indígenas desde o período militar, luta pela permanência em suas terras, incluindo demarcação definitiva e a sobreposição da terra Indígena com a unidade de conservação (UC) reclamada pelo IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis na formação do Parque Nacional do Monte Roraima (PNMR). Dentre os problemas antigos e recentes esta extração de minérios e invasões de garimpeiros, e mais recentemente a

³⁰ A exploração petrolífera encabeçada pela Petrobrás visava explorar óleo e gás em áreas indígenas e florestais. Essa perspectiva derrubou dois presidentes graças às manifestações desencadeadas pelas organizações indígenas naquele país.

invasão de fazendeiros produtores de arroz. Esse debate que caracteriza os direitos indígenas frente ao Estado e aos grandes proprietários. Assim, buscamos interpretar a história das frentes de expansão e do desenvolvimento preconizado pelo Estado para o povo kaxarari à luz dessas reflexões.

Capítulo II - O PMACI

O segundo capítulo pretende comentar a constituição de projetos para a BR-364 que visassem financiamentos para as populações do entorno, com destaque para a constituição do PMACI, ressaltando as políticas de execução de ações e as resistências estabelecidas no confronto de interesses como no caso da constituição do PMACI, onde se polarizou de um lado interesses de grupos econômicos e governo e, de outro, seringueiros, índios, e aliados.

2.1 - A BR-364 e os projetos para Amazônia

A BR-364 foi iniciada no final dos anos 60 e até hoje a sua pavimentação ainda nos se completou. Na década de 1980 o trecho Cuiabá Porto Velho, financiado pelo Banco Mundial, foi concluído sob muita polêmica em torno dos povos indígenas e de seringueiros. Movimentos sociais de trabalhadores, indígenas e organizações nacionais e internacionais denunciaram os impactos socioambientais que a pavimentação acarretou, destacando o que os programas de desenvolvimento que tinha a estrada como alavanca havia deixado como conta a pagar pelo desenvolvimento.

Preconizava-se o desenvolvimento para a região através de linhas de financiamento e programas que possibilitasse ordenar o território ao longo das rodovias. Um dos programas considerados de ponta que foi criado para a região foi o POLONOROESTE.

2.2 - O POLONOROESTE

O Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – POLONOROESTE foi criado na década de 1970, o financiamento foi assinado em 1982, com recursos do Banco Mundial. Visava ordenar a ocupação da região. Segundo Alegretti (2002) foi o primeiro programa de desenvolvimento regional na perspectiva desenvolvimentista do governo militar para a Amazônia, objetivando a maior “integração”, favorecendo as obras de infra-estrutura, como estradas, aeroportos, telecomunicações e hidroelétricas. Os recursos deste programa vieram de empréstimos junto aos bancos multilaterais (BIRD) e parcerias com o capital privado internacional.

O POLONOROESTE foi empregado na execução do trecho da rodovia 364 que ligou Cuiabá a Porto Velho, essencial aos planos de assentar, colonos, introduzir a agropecuária e escoar a produção. Este programa esteve sob a coordenação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e teve como objetivos. Ordenamento da ocupação na área, aumentar as possibilidades de sucesso dos migrantes; **evitar a acentuada deterioração ambiental e aumentar a proteção das populações indígenas da região.** (grifo nosso). (PMACI, 1985).

Ao contrário do que preconizava sobre a preservação do sistema ecológico e proteção das comunidades, este projeto considerado desastroso aos seus propósitos, foi alvo de denúncias, por parte dos movimentos sociais de ONG's, por favorecer a pressão sobre a terra e financiar: a especulação, grilagem e conflitos entre colonos, seringueiros índios.

O Programa iniciado em 1981, em parte financiado pelo BIRD, foi duramente criticado pelos impactos à região e, as análises e Avaliações “Ex-Post” demonstraram que, embora os estudos preliminares efetuados pelo Banco Mundial já apontassem os riscos na implantação e implementação do Programa e, tivesse sido inseridos componentes ambiental e indígena como forma de minimização desses impactos, o POLONOROESTE não teve capacidade de sustar a ocupação desordenada de Rondônia e de cumprir suas metas sociais e econômicas. (LEÃO, AZANHA & MARRETO, 2004, p. 5)

Para se ter noção do que aconteceu com a implantação do POLONOROESTE, Lima (1998) destaca que na BR 364 no trecho entre Rondônia e Mato Grosso, pode ser considerado desastre ambiental, pois:

Em Rondônia, a cobertura florestal caiu de 99% da área total do Estado em 1975, para 76%, em 1988. Foram desmatados 5,8 milhões de hectares, a mais alta percentagem de áreas desmatadas da Amazônia. No Mato Grosso, a área desmatada para exploração agropecuária cresceu de 1, 589, 000 há/ano para 13, 870, 000 há/ano, entre as décadas de 70 e 90. Até 1992, o desmatamento em Mato Grosso crescia a uma taxa de 9000, 000 há/ano (ou seja, aproximadamente 1% da superfície do Estado). (LIMA, 1998, p. 31)

As críticas a esse projeto eram de diversas ordens. Destacando que este servia para apoiar o desenvolvimento da agricultura em solos inférteis, ameaçar de extinção e expulsão povos indígenas ainda sem contato. De acordo com Alegretti (2002, p. 465), uma das denúncias partiu da Cultural Survival nos EUA e Survival International na Inglaterra que dirigiram suas críticas ao Banco Mundial, sobre os Nambiquara, que viviam em pequenos grupos nômades, em áreas próximas à estrada, e estavam sendo dizimados em contato com os trabalhadores das frentes de construção. Estas informações foram amplamente divulgadas pelas organizações internacionais de defesa dos direitos indígenas.

As críticas ao POLONOROESTE determinaram a exigência do Banco Mundial sobre a necessidade de demarcação de 15 terras indígenas e a implantação de programas de saúde para estas populações, além da criação de duas Reservas Biológicas, um Parque Nacional, quatro Estações Ecológicas, incluindo Florestas Nacionais. Além disso, havia uma cláusula específica na qual o governo brasileiro se comprometia evitar o assentamento de colonos em áreas consideradas frágeis ou inadequadas para a agricultura, ou ainda que ameaçassem as áreas protegidas. (RICH 1994, p.120 *apud* ALEGRETTI, 2002).

A atitude do CNS que denunciava a situação dos seringueiros de Rondônia que viram desaparecer os seringais após a implantação do POLONOROESTE gerou discordâncias quanto à aplicação dos recursos, pressionados por entidades ambientalistas internacionais. O Banco Mundial dificultou novos empréstimos.

Em outubro de 1984, 32 ONG's de onze países, enviaram uma carta ao Presidente do Banco Mundial, A.W.Clausen, sobre o Polonoroeste, acompanhada de um extenso dossiê elaborado pelo advogado Bruce Rich e pelo antropólogo Steve Schwartzman, solicitando que os desembolsos fossem suspensos até que fosse preparado um programa emergencial de meio ambiente e de proteção das terras indígenas visando enfrentar a deterioração dos povos indígenas em Rondônia. Um mês depois, a resposta do Banco foi um parágrafo dizendo que as instituições signatárias podiam estar certas de que todas as preocupações expressas estavam sendo consideradas e que o Polonoroeste era um plano cuidadosamente preparado para maximizar o desenvolvimento da região e minimizar os riscos ao meio ambiente e às populações indígenas. (ALEGRETTI, 2002 p. 467)

Essas denúncias foram fundamentadas por campanhas junto à opinião pública americana forçando o Banco a suspender empréstimos ante as exigências de adequação das políticas ambientais, tanto que a pavimentação da BR-364 no sentido Porto-Velho Rio Branco foi dificultada por esse banco, sendo então financiada por outro, não mais o Banco Mundial, e sim o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Para a construção da BR o governo do Estado do Acre também deveria elaborar planos mitigadores, sendo então apresentado em 1983 uma proposta do Plano de Desenvolvimento Integrado do Estado do Acre - PLANACRE que seriam um plano de desenvolvimento para a região. A proposta foi apresentada para adquirir recursos provenientes do contrato 2353-BR, anexo "J" – Estudos Especiais, firmado entre o governo brasileiro e o Banco Mundial (IPEA/PAP/PMACI, 119).

O PLANACRE foi aprovado pelo Ministério do Interior através da Superintendência do Centro Oeste - MINTER/SUDECO e previa o zoneamento Agroecológico; áreas

reservadas (florestas ecológicas, e biológicas), comunidades indígenas; saúde (endemias). Ao que parece este foi incorporado ao PMACI.

2.3 - PMACI

Os seringueiros reivindicavam a participação em todos os planos como cita o item 3 do documento final do Encontro Nacional dos Seringueiros em 1985 em Brasília: “Exigimos a participação em todos os projetos e planos de desenvolvimento para a região (Planacre, Polonoroeste, Asfaltamento da BR 364 e outros), através de nossos órgãos de classe, durante sua formulação e execução”. (I Encontro Nacional de Seringueiros, apud ALEGRETTI, 2002, p. 436).

Pressionado o banco fez exigências para que ocorresse o convênio no sentido de evitar críticas e a repetição do que havia corrido em Rondônia. Para que o convênio acontecesse foi então exigido um projeto de apoio ao Meio Ambiente e às comunidades indígenas – o PMACI, concebido como paliativo para os possíveis impactos. Assim, diante das críticas e pressões, o Acre através da repercussão do I encontro nacional de Seringueiros a construção da BR-364 colocaria o BID sob o foco das críticas internacionais que atingiam naquele momento, o Banco Mundial.

Para se compreender a construção do Projeto de apoio ao Meio Ambiente e as Comunidades Indígenas – PMACI, faz-se necessário discutir as transformações vivenciadas na Amazônia e no mundo em meados década de 1980 e o contexto histórico em que foi construído.

A perspectiva deste projeto insere-se na luta pela posse da terra através dos movimentos sociais, bem como das alternativas propostas pelos trabalhadores naquele processo que vislumbrava um modelo de desenvolvimento para a Amazônia considerando extrativistas e indígenas.

Simultaneamente a essas lutas que também ocorriam no contexto de democratização do país, depois de 20 anos de ditadura militar, de um lado os segmentos sociais se manifestavam na busca de espaço e garantia de direitos diante da expansão do capital na Amazônia que prosseguia com um modelo de desenvolvimento iniciado desde os militares, excluindo índios e seringueiros da posse da terra. De outro, grandes grupos econômicos e fazendeiros que adquiriam terras na região para exploração madeireira e pecuária ou ainda para fins de especulação fundiária. A terra que estava antes ocupada por posseiros, seringueiros e pequenos produtores que lutavam para garantir direitos.

No âmbito mundial, dois processos eram importantes, considerados, em primeiro lugar as lutas de organizações ambientalistas na crítica ao modelo de desenvolvimento financiado

pelos organismos multilaterais como o Banco Mundial e BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento sobre desastres ambientais em nome do progresso. Para isso tomavam como exemplo casos de destruição da floresta e de povos indígenas. E de outro, a redemocratização dos governos na América latina.

A crítica ao modelo econômico e as lutas sociais realizadas no âmbito local e internacional contribuíram para desencadear e construir um discurso de um modelo paradigmático, onde fosse possível desenvolvimento e proteção ao Meio Ambiente e comunidades indígenas.

A pavimentação da BR-364 despertou reação diversa, quanto aos impactos socioambientais e possíveis benefícios. De um lado, setores ligados a grupos econômicos de Rondônia e Acre, especialmente fazendeiros, madeireiros e comerciantes, de outro, os representantes dos movimentos sociais como o sindicato dos trabalhadores rurais de Xapurí denunciando a grilagem de terras, violência no campo e invasões de áreas indígenas, entre outros. Essa situação combinou com as críticas de “grupos ambientalistas brasileiros e estrangeiros”, que apontavam e denunciava a desastrosa política do POLONOROESTE na região. (LEROY; SOARES, 1998, p. 29).

Os conflitos estavam afetando diretamente os povos indígenas do entorno, e de forma direta os Kaxarari. Uma pressão junto aos organismos internacionais que foi conduzida por ambientalistas e pelos movimentos sociais da Amazônia destacando o Acre através da UNI e do CNS, durante o I Encontro Nacional em Brasília em 1985. A estas reações o BID exigiu do governo brasileiro a elaboração de um plano ambiental que protegesse o meio ambiente e as comunidades indígenas.

O que se discutia era um projeto de desenvolvimento para a região, que criava expectativas entre os diversos setores, para fazendeiros, empresárias o BID iria financiar a “salvação e modernização” do Estado do Acre com a pavimentação da BR-364 e do outro lado havia preocupações de extrativistas e indígenas quanto ao futuro de suas terras, o avanço da agropecuária e agravamento de conflitos e possíveis danos ambientais, esta última preocupação também era partilhada por ambientalistas nacionais e internacionais.

No governo militar de João Batista Figueiredo, foi assinado então um empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Através do convênio nº 150/IC-BR e 503/OC-BR num valor de 146,7 milhões para a pavimentação da BR-364.

Esse exigiu que os empréstimos tivessem contrapartida quanto à questão ambiental e social no sentido de atender as populações indígenas do entorno. Dessa forma, foi concebido o PMACI especialmente para controlar ou mitigar impactos socioambientais da área de

influência da pavimentação da BR-364, sentido Porto Velho - Rio Branco. Ressalte-se que do valor total do convênio 10,0 milhões foram destinados ao PMACI, sendo que 59,9% seriam da contrapartida nacional 40,2% e o restante dos recursos seria do BID³¹.

Pode-se considerar que a exigência do BID como resposta aos questionamentos e às críticas quanto ao futuro de seringueiros e indígenas localizados na área de influência da BR. A organização e mobilização de seringueiros e índios através do CNS ganharam à esfera mundial surtindo efeito nos organismos internacionais.

A pavimentação criava a expectativa de atender aos interesses de exportadores e divulgava-se a perspectiva de criar um corredor para o pacífico, através dessa estrada. A interligação com o Peru e a Bolívia completaria as expectativas dos setores empresariais da região.

No entanto, são as instituições governamentais que irão elaborar um projeto, sem a participação dos movimentos sociais. O Instituto de Pesquisa Aplicada - IPEA foi o órgão encarregado de elaborar um plano. Segundo este, logo que se constituiu o PMACI, seus objetivos deveriam constar na defesa dos territórios tribais, através de uma política conjunta da FUNAI/SEMA/IBDF. O IPEA (1987, p. 16) considerava “Inviável pensar em demarcação e regularizações fundiárias em áreas indígenas sem propostas concretas que visem à defesa do meio ambiente, das populações índias, além de um plano inovador de colonização que atenda a colonos e seringueiros estabelecidos na área de influencia direta da BR- 364”.

Para sua implantação foi constituído um grupo de trabalho - GT composto por órgão convenientes tais como: Instituto de Planejamento Econômico e Social – IPEA/IPLAN, através da Secretaria de Planejamento e Cooperação da Presidência da República – SEPLAN/PR, FUNAI, Secretaria Especial de Meio Ambiente - SEMA, Instituto Brasileiro de desenvolvimento Florestal - IBDF, Empresa Brasileira de Agropecuária – EMBRAPA, INCRA, e órgão como o governo dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia. Este grupo deveria estabelecer metas para o plano de ação definitivo e elaborar um modelo de ocupação do espaço que permitisse o reordenamento territorial, critérios para o aproveitamento integral dos recursos naturais renováveis entre outros³². A gestão dos recursos seria do Departamento de Estradas e rodagens – DNER e IPEA.

31 CTA, Centro dos Trabalhadores da Amazônia. As ações apoiadas pelo PMACI e o desenvolvimento sustentado: Uma avaliação participativa do PMACI, feita pelos próprios beneficiários. Rio Branco, AC. 1985, p. 66

³² In: BRASIL. Ministério do Transporte – DNER. Secretaria de Planejamento da Presidência da República - IPEA/IPLAN. Plano de Ação Provisório. Projeto de Proteção ao Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas área de influência direta - BR 364-trecho Porto Velho – Rio Branco. Convênio Interministerial de 12/03/85. Agosto de 1985. 218 p.

As ações mitigadoras previstas no contrato entre o governo brasileiro e o banco definiram como área de influência da BR 364, a parte oeste do Estado de Rondônia, o sul do Estado do Amazonas e o leste do Estado do Acre, num raio de 252 mil km², atingindo cerca de: 248 mil pessoas. Esta era exatamente a região sob influência da luta dos seringueiros de Xapuri e a implantação do PMACI foi um elemento determinante no processo que ocorreu naquela região a partir de 1986.

No entanto, desde seu início o projeto foi alvo de denúncias por não apresentar alternativas ao fluxo migratório e aos interesses dos governos estaduais e das comunidades “impactadas”, provocando reações de movimentos sociais destacando os seringueiros e índios e ambientalistas internacionais.

Na avaliação de Mendes (1992) o PMACI pode ser dividido em duas fases: “A primeira vai de março de 1985, data da assinatura dos contratos empréstimo, até meados de 1990”. Nessa etapa, foram aplicados apenas 3 milhões (de um total de US\$10 milhões) e elaborado o Plano de Ação Definitivo (PAD) o qual, depois de muitas negociações foi finalmente aprovado no segundo semestre de 88. Na primeira fase as decisões do projeto eram centralizadas no âmbito federal, com pouca participação na esfera estadual e civil.

2.4 - Plano de Ação Provisório-PAP

A primeira fase do PMACI foi criticada até pelo BID pelo irrealismo das propostas de atuação³³, visto que não contemplava as necessidades regionais. Contemplava parcialmente as demandas locais. Uma das críticas residiu na sua versão inicial que utilizava o conceito de soberania e não se destacavam os princípios ambientais e indígenas. Os indígenas objetaram quanto ao conceito de índios aculturados para justificar a demarcação de colônias, afirmavam a sua identidade cultural pelo uso da língua e pelo culto de suas tradições, foram na ocasião contrários à administração das colônias por órgãos que não a FUNAI. Essa situação determinou a recusa da utilização de recursos do PMACI para demarcar áreas indígenas.

Apenas um exemplo é suficiente: a demarcação de áreas indígenas seria realizada, originalmente, com recursos do PMACI. Na versão final do PAD, porém, essa demarcação consta apenas como um indicativo do governo em relação a essa questão, passando a ser executada exclusivamente com recursos nacionais, nada tendo a ver com o PMACI. Essa foi a fórmula que o governo federal encontrou para tentar impor a vários grupos indígenas da região, a então recém criada categoria de “colônias indígenas” (hoje já

³³ In: MENDES. Marco Antonio. Relatório Trimestral de consultoria à Coordenação geral do PMACI: setembro/dezembro/1991. Brasília, 1992.

abolida) para demarcar as reservas indígenas. Os índios não aceitavam a demarcação de suas áreas como colônias, pois isto implicava em acatar a diferenciação entre índios. “Integrados” (a serem assentados em colônias) e índios puros (fixados em áreas indígenas) como os índios da área do PMACI não aceitavam colônias isso inviabilizaria as negociações com o BID, ameaçando os contratos com o PMACI da pavimentação da BR-364 (trecho Porto Velho – Rio Branco). (MENDES, 1992, p. 4)

O Plano de Ação Provisório-PAP enfrentou diversas críticas tanto dos movimentos sociais, como da imprensa por não realizar um estudo da situação socioeconômica da população, além de seu caráter burocratizante, predominando as decisões fechadas dentro de instituições, de forma autoritária.

O PAP foi apresentado em outubro de 1985, e segundo Alegretti (2002, p. 48)

Os órgãos públicos federais não estavam preparados para discutir suas propostas para mitigar os efeitos da estrada, seja em relação ao meio ambiente ou à proteção dos grupos indígenas. **Para o meio ambiente, entendiam que bastava criar áreas protegidas e, para os índios, a demarcação de algumas terras** (grifo nosso) e que, ao inserir essas variáveis em um plano, e apresentá-lo em uma reunião pública, estariam cumprindo com as exigências contratuais e poderiam prosseguir no cronograma definido visando à liberação dos recursos internacionais. (ALEGRETTI, 2002, p. 48)

As pressões fizeram com que IPEA como órgão coordenador abrisse a discussão sobre estudos sobre a questão agrária, no sentido da construção de proposta a constituição reservas extrativistas após o Instituto de Estudos Sócio-Econômicos - INESC entregar o documento de estudo da situação de índios e seringueiros (ALEGRETTI, p. 482).

Grupos indígenas, entidades representativas dos indígenas, Igreja entre outros criaram o Comitê Pró Participação Popular no PMACI, através do CIMI, criticaram o documento como burocratizante. O jornal a Gazeta também fez críticas ao projeto “definiu o PMACI como um "plano para gringo ver" que ficaria mofando no fundo das gavetas de alguma repartição, caso não fosse debatido com todos os setores da sociedade”. (Gazeta do Acre. Plano para gringo ver. Mário Emílio Malachias. 27 de outubro de 1985, apud Alegretti, 480.)

A Em 1986 entre 14 e 17 de março 13 entidades (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre, STR de Rio Branco, STR de Plácido de Castro, STR de Xapuri, Central Única dos Trabalhadores, Associação Brasileira de Reforma Agrária, Comissão Pastoral da Terra, Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Conselho Indigenista Missionário, Pastoral da Juventude, Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Acre, Associação dos Técnicos Agrícolas do Acre e Partido dos Trabalhadores) fizeram a seguinte afirmação.

Vai-se discutir meio ambiente, de novo, em salões com ar condicionado, desligados da realidade ou presos, somente, aos posicionamentos dos órgãos oficiais, muitos deles questionáveis do ponto de vista do compromisso com os interesses populares. A missão BID/PMACI vem ao Acre para discutir a questão indígena e do meio ambiente quando projetos já estão prontos, elaborados em gabinetes fechados, por tecnocratas, sem qualquer participação dos principais interessados e primeiros atingidos: os índios, os seringueiros, os colonos e ribeirinhos. Os planos estarão atendendo apenas às exigências tecno-burocráticas do Banco Mundial (na verdade era o BID), sem, na prática, garantir o respeito aos direitos dos povos indígenas e a preservação do meio ambiente e, assim, esse Banco continuará, como já fez em Rondônia, a financiar a devastação e a destruição da floresta amazônica. (O Rio Branco, sob o título Banco Mundial financia devastação? *apud* ALEGRETTI, 2002, 481).

O plano estava sendo questionado por todos os setores da sociedade, tanto os indígenas, seringueiros e até dos setores em oposição ao movimento através da Federação da Agricultura, representando os fazendeiros preocupados com a perspectiva da proposta gestada por este sobre a criação da Reserva Extrativista e demarcação das terras indígenas.

Na relação com os povos indígenas o PMACI envolveu dois contextos: o PMACI I e PMACI II. O primeiro acontece no trecho da BR- 364 no sentido: Porto Velho - Rio Branco e o segundo sentido Rio Branco – Cruzeiro do Sul.

Na introdução do texto do Plano de Ação Provisório – PAP estava presente a preocupação com as comunidades indígenas ao longo da BR-364. Relacionando os impactos socioambientais com a reprodução cultural dos povos indígenas. Ressaltando a preocupação com vigilância e limites da ocupação da terra.

À estratégia do governo com relação à população indígena parte da premissa de que esta não consegue reorganizar seu equipamento adaptativo de imediato ou à curto prazo, ficando dessa forma exposta ao depauperamento e extinção face à intensificação da ocupação regional. (IPEA, PMACI, 1985, p. 05).

O plano destacava como essencial para a sobrevivência dos povos indígenas a identificação e demarcação das terras e programas de assistência e desenvolvimento comunitário que compreendia ainda atendimento em saúde e escolar.

A concepção inicial do projeto ainda baseava-se na ideologia militarista que pretendia criar colônias indígenas, demarcando-as com limite reduzido, baseando-se no equivocado critério de “aculturação³⁴”. Os índios considerados “aculturados” teriam suas terras demarcadas como “colônias indígenas” e os índios “não-aculturados” teriam suas terras

³⁴O estudo sobre aculturação versa sobre o processo de contato entre duas diferentes culturas. Esses termos têm sido cada vez mais criticados e combatidos, a crítica realizada a esse conceito combate a idéia de que uma cultura desaparece no momento em que entra em contato com os valores de outras culturas. Ver Castro. *Etnologia Brasileira*. 109-223. In: o que ler na ciência Social Brasileira.

demarcadas como “áreas indígenas”. Essa proposta rechaçada pelo movimento indígena foi finalmente abolida graças à mobilização e reivindicações apresentadas pelos indígenas. Os maiores entraves para a demarcação eram (JUNQUEIRA, 1987, p) os órgãos de segurança, pois, estava em jogo interesses econômicos que existiam sob o subsolo, preocupação que os militares assumiam. Através da premissa de que a proteção às comunidades indígenas entrava em contradição com a defesa das terras consideradas de segurança nacional³⁵ por se localizarem na fronteira.

As ações do PMACI deveriam garantir respectivamente a interdição de áreas para estabelecer o reconhecimento, levantamento de comunidades com a participação da FUNAI, IBGE, e organizações indígenas, (dentre as exigências para a demarcação deveria ocorrer a retirar não índios). Ações sociais implantadas para a constituição de programas de saúde e educação e desenvolvimento econômico e finalmente a fiscalização e a demarcação das terras com a co-participação dos atores envolvidos.

Na verdade a demarcação das áreas indígenas foi efetuada pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, com recursos da União (LIMA, 1998, p. 33), o PMACI financiou apenas a identificação. Essa postura foi resultado de uma negociação com o banco a partir das críticas, pois o modelo de colônia indígena proposto ameaçava a sobrevivência do modo de vida de vários povos indígenas.

A primeira fase o projeto quase não funcionou, foi considerada obsoleta, na avaliação do Grupo de trabalho do PMACI, apesar de relatórios do período, referente a 1989 (CG/PMACI, 1990, p. 3) apontar a execução de cinco dos 21 projetos (ordenamento territorial I e II, diretrizes ambientais, educação ambiental e manejo de quelônios). Havia ainda Programas de áreas protegidas, unidades de conservação, projetos de assentamentos extrativistas, fiscalização ambiental entre outros para serem cumpridos na fase inicial na área do entorno da BR-364. Busca-se compreender os aspectos do PMACI com relevância para os kaxarari.

³⁵ O novo Secretário-Geral do CSN começou, assim, a insistir publicamente na necessidade de definir-se “critérios de razoabilidade” na delimitação das terras indígenas, em particular, nas Áreas de fronteira (Albert 1987: 134-139). Já em 1987, o discreto congelamento das delimitações de terras indígenas pôde transformar-se numa legalização do papel da Secretaria Geral do CSN enquanto instância decisória encarregada de impor critérios econômicos e geopolíticos de redução dos territórios indígenas (Decreto nº. 94.945, de 23/09/87).

2.5 - Plano de Ação Definitivo – PAD

A segunda fase do plano ocorreu a partir da construção de uma proposta negociada com representantes do governo federal, BID, governo estadual e as organizações dos segmentos sociais envolvidos como seringueiros e indígenas. Em relação ao período anterior esta fase demonstrava maior descentralização, resultado da pressão dos movimentos sociais.

Nessa fase, a coordenação do IPEA passa para a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República (SEMAM-PR) então é criada em 1990 uma coordenação do PMACI no Acre. A representação da Coordenação tinha como objetivo: mobilizar comunidades e lideranças para discutir planos de trabalho, auxiliar na elaboração desses planos, auxiliar a coordenação do PMACI em Brasília, estabelecer prioridades quanto à utilização dos recursos para acompanhar a execução física – financeira dos planos, esclarecer dúvidas, controlar o envio e a prestação de contas do Instituto de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis – IBAMA/AC em Brasília e de forma inversa repassar informações à região para a continuidade dos planos de trabalho.

Será criado um escritório do Programa para as Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, para atender as necessidades do projeto sem vínculo burocrático regional aproximando-se das diversas organizações envolvidas. Conforme Alegretti (2002, 468) “entre 21 e 25 de outubro de 1985, foi realizada a 1ª reunião de apresentação do PMACI no Acre, em Rio Branco. O objetivo era divulgar e conseguir o apoio da sociedade acreana para o Plano de Ação Definitivo, o PAD, especialmente por parte de seus potenciais beneficiários”.

Por parte do Estado a FUNAI assumiu responsabilidade pela demarcação. Em vários momentos acusaram-se reciprocamente FUNAI e PMACI, devido à morosidade do trabalho.

Um dos pontos cruciais e mais expectantes, capaz de augurar o êxito ou fracasso do mencionado programa, é exatamente, e primordialmente, a questão fundiária indígena. Sem resolver este problema era uma vez o Pmaci. E é desalentador sabermos da morosidade com que vem cumprindo seu plano de metas, ao contrário da agilidade galopante da pavimentação da BR-‘364’. (OLIVEIRA, 1987, p, 30)

À divergência entre FUNAI e PMACI relaciona-se a política fundiária, o órgão coordenador do projeto o IPEA, acusava a FUNAI de obstaculizar o PMACI, deixando a desejar quanto ao levantamento fundiário das áreas indígenas que constavam no projeto. Criticando os técnicos que atuavam pela inexperiência no trato da questão indígena (IPEA, PMACI, março de 1987, p.17) e apontando as deficiências do não cumprimento das metas para o ano de 1985/1986 na seguinte conclusão:

(1) o poder de decisão da FUNAI foi enfraquecido, (2) burocracia na descentralização e repasse de verba, (3) não posicionamento do quanto a postura do governo brasileiro de sobre áreas indígenas contíguas, próximas a centros urbanos e fronteiras, (4) unilateralidade em relação aos demais órgãos. (IPEA, PMACI, março de 1987, p.17)

Percebe-se um descompasso entre as instituições públicas envolvidas no projeto em questão, dificultando dessa forma a implantação de programas defendidos no plano de ação, referente aos povos indígenas.

O destaque do PMACI entre as comunidades indígenas aconteceu em dois momentos: na fase I (PAP) e fase II (PAD). A pressão da sociedade e dos beneficiários colaborou de forma a prorrogar por mais dois anos, os recursos do PMACI. A partir desse momento, conforme Soares (1998, p. 36) a sua atuação tornou-se imediatista, repassando recurso a fundo perdido para a sua execução a entidades da sociedade civil. O que explica a avaliação de 14 entidades³⁶ que participaram do projeto citadas no relatório de avaliação do Centro de Trabalhadores da Amazônia-CTA considerando que na segunda fase houve grandes avanços. O documento foi denominado carta do Abunã em 20 de dezembro de 1994.

Nós, representantes das instituições presentes neste encontro, consideramos que:
1 – O PMACI, a partir de 1990, após sua descentralização, assumiu feições pioneiras no que se refere à condução de políticas na Amazônia. Dois princípios fundamentais nortearam suas ações:

a) o reconhecimento de que a Amazônia não é um vazio demográfico é que as populações e organizações possuem experiências que devem ser consideradas e apoiadas;

b) o desenvolvimento da região passa necessariamente pelo fomento de atividades no trinômio ‘economicamente viável, ecologicamente sustentável e socialmente justo’ (grifo nosso);

2) O PMACI vem se constituindo num fórum privilegiado para a troca de experiências, o debate de alternativas e o estabelecimento de parcerias, na busca do desenvolvimento sustentado na região amazônica. No âmbito do PMACI, os municípios, os Estados e a federação puderam estabelecer relações criativas com as organizações não governamentais, sob acompanhamento e participação direta das comunidades. Essa experiência, que precisa de continuidade e aprofundamento, representa uma importante conquista do povo e das instituições e só é capaz de florescer sob o regime democrático que todos querem preservar; [...]

³⁶ A carta do Abunã foi assinada pelo CTA, Instituto de Pesquisas da Amazônia– INPA, Sindicato dos Trabalhadores rurais - STR de Sena Madureira, IBAMA/AM, Comissão Pró Índio - CPI/AC, SOS - Amazônia, Grupo de Pesquisa em Sistemas Agroflorestais - PESACRE, Fundação Cultural do Acre, STR de Xapurí, Cooperativa Agroextrativista do Acre - CAEX e prefeitura de Plácido de Castro.

Na interpretação de Lima (1998) o PMACI financiou de forma indiscriminada a participação em reuniões (diárias, estadias, passagens, etc), infra-estrutura, equipamentos, deixando de lado as questões de ordem política do projeto.

2.6 - Os movimentos sociais e o PAD

A constituição do PAD foi fruto da organização do movimento social está relacionada a uma nova abordagem sobre a visão socioambiental. Esta construção foi determinada a partir da luta de classes visualizadas através da disputa pela posse da terra. As transformações econômicas sociais desencadearam conflitos e alianças.

Na interpretação de Silva (2006, p. 142) a organização do movimento social ocorre na luta pela posse da terra, aponta a organização política como expressão de lutas que emergiram da realidade conflitada da ocupação do território, destacando as frentes pioneiras e extrativistas, no final do século XIX e XX impostas pelo capitalismo.

Para Paula, (2005, p. 111) os seringueiros travaram a luta pela sua autonomia desde a existência da empresa extrativista, quando iniciam a venda de sua produção a outros (marreteiros³⁷) que não ao barracão, dessa forma agravaram a crise extrativista. Conduzindo a interpretação classista sobre as condições materiais onde foram forjados os conflitos de classe. De um lado os sujeitos históricos sociais, seringueiros e índios e de outros grileiros e latifundiários.

A construção desses movimentos ocorreu de forma interessante, visto que historicamente o extrativismo transformou seringueiros e índios em rivais na ocupação da terra³⁸ na frente pioneira do extrativismo. A agropecuária na década de 70 do século XX fará a aproximação destes sujeitos contra o capital especulativo que empreendera domínios das terras de indígenas, seringueiros, indígenas e posseiros que definira nos anos 80 do século em questão a aliança dos Povos da floresta, fundamental para definição das ações do estado quanto a essas populações e ao meio ambiente.

A forma de organização da resistência terá elementos em parte externos como o despontar das denúncias de violência por parte da Igreja que redefinirá sua política em favor dos pobres na América Latina e, no Acre a difusão das críticas serão fundamentadas através

³⁷ Intermediários na compra de borracha e venda de mercadorias nos seringais. Utilizavam de batelões conhecidos por regatões.

³⁸ Os seringueiros Contribuíram para o etnocídio através das correrias a mando de patrões que queriam desocupar e limpar a terra para a formação dos seringais.

de Comunidades Eclesiais de Bases - CEBS³⁹ e pastorais. Importantes para a formação de sindicatos. O surgimento do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, criado em 1973⁴⁰, destaca a ação de apoio à causa dos povos indígenas, além de divulgar o “Catecismo da Terra” que apontava direitos aos trabalhadores rurais.

Vale salientar que a postura da Igreja Católica variava no Acre de acordo com as regiões como lembra Cavalcante:

Porém, a atuação da Igreja Católica não se deu de forma homogênea em todo o Estado. Por exemplo, havia diferença de orientação do clero nas Prelazias do Juruá e de Rio Branco. No Juruá, os padres seguiam uma linha mais conservadora. Limitava-se a tratar de questões religiosas, mas se identificavam com a classe dominante. Já na Prelazia de Rio Branco, os padres orientavam-se pela filosofia da *Teologia da Libertação* (grifo nosso) e, desde o início, participaram dos conflitos fundiários ao lado dos trabalhadores. (CAVALCANTE, 2002, p.71)

Quanto aos indígenas à atuação do CIMI (será discutido em outra parte) as primeiras ações (ALVES, 1992, P. 38) ocorrem na defesa da demarcação da Terra Apurinã de Camicua em Boca do Acre no Amazonas, aglutinando os indígenas e denunciando a não demarcação de parte de seu território.

Outra instância de referência nesse processo a ser destacada foi a Confederação dos trabalhadores da Agricultura – CONTAG criada em 1975 atuou através de sua delegacia regional com inserção no antigo território de Rondônia, Acre e Sul do Amazonas em Boca do Acre, (SILVA, 2006, p. 157) formou lideranças e difundiu o Estatuto da Terra, destacando o direito a posse e uso da terra frente aos despejos de fazendeiros.

Silva (2006, p. 153) resume a inserção das instituições nesse processo da seguinte forma:

O Estado incentiva o avanço das frentes agropecuárias e de forma direta e indireta legítima a ação da violência contra os camponeses locais (seringueiros e pequenos agricultores).

Na ação de pastoral, a Igreja Católica rompe com a conduta clerical/espiritualista e passa a atuar no âmbito da defesa dos oprimidos ameaçados, com um corpo mais leigo engajado na evangelização libertadora. São criadas situações que fazem avançar a organização da resistência camponesa.

As ações individualizadas dos seringueiros, no âmbito da violência então vivida, perante as orientações recebidas, tornam-se coletivas, com a

39 Conforme Cavalcante as CEBs reuniam famílias em grupos de 10 a 12 pessoas, sempre aos sábados e domingos. Nestas reuniões a presença de mulheres e crianças era significativa, uma vez que era ocasião para ministrar sacramentos, como batismo, crismas e celebração de missas. Outra parte da reunião referia-se aos debates sobre problemas do meio rural e mecanismos para resolução dos mesmos.

40 A criação do CIMI esta ligada a reavaliação da Igreja Católica quanto a sua atuação no passado através de missões jesuítas, criticadas no congresso de Puebla, no México nos anos 70 do século XX. (ALVES, 1992).

organização de forte movimento de resistência. Surgem os sindicatos dos trabalhadores rurais – STRs.

Também os povos indígenas sofrem com a usurpação de seus territórios. Então principiam organizações de movimentos de resistência indígena.

Dessa forma, tanto o movimento de trabalhadores rurais quanto a organização indígena possui influência da Igreja Católica. Foi essa conjuntura nos anos de 1970 que favoreceu na região ocidental em especial no Acre a forma de atuação dos povos da floresta.

É importante avaliar a concepção destas organizações e os rumos que foram tomados posteriormente. Segundo Paula (2009, p. 107) a este respeito se acrescenta:

No caso do campesinato, o sindicalismo rural liderado pela **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)** e a **Comissão Pastoral da Terra (CPT)** (grifo nosso) passam a ter um papel crucial, tanto na parte oriental quanto na ocidental, em especial no Pará e Acre, respectivamente. O sindicato como forma de organização política e o Estatuto da Terra como referência jurídica legal para resolução dos conflitos fundiários, acabariam “forçando por baixo” a contra-face da homogeneização impulsionada “de cima” pelo capital. Dito de outro modo, ao desconsiderar ou desconhecer as formas existentes de organização dos diferentes segmentos desse campesinato – tais como ribeirinhos, seringueiros, comunidades quilombolas, quebradeiras de coco babaçu – e enquadrá-los no modelo distributivista de reforma agrária previsto no Estatuto da Terra, tanto CONTAG quanto CPT concorrem efetivamente para padronizar formas de organização política e de reprodução social dessas populações camponesas.

A CONTAG conduzirá as questões agrárias com base em ações na justiça com pedidos de reintegração de posse a favor de seringueiros, que quando a justiça decidia a área já estava desmatada (DUARTE, 1987, p. 107). Para Paula (2005, p. 174) a luta dos trabalhadores pelo cumprimento da lei passa a ter uma conotação contestatória, que seria interpretada naquela conjuntura como subversão.

Na década de 1980, o movimento buscará respostas de forma diferenciada da postura da CONTAG. Os trabalhadores iniciaram a organização dos sindicatos e com estes terá início às ações coletivas de seringueiros para impedir os desmatamentos, esse processo ficou conhecido como empates⁴¹ no final da década de 1970.

A atuação dos trabalhadores inicialmente pautou-se por esse direcionamento, legalidade e demonstração de organização com os empates, mas a compreensão da

⁴¹ Os empates se constituíram de maneira de aglutinar os seringueiros contra a ocupação da terra, bem como na busca de direitos sobre a posse.

necessidade de uma política maior que dessa conta dos anseios dos seringueiros quanto ao extrativismo buscou uma maior abrangência da situação socioambiental.

O agravamento das crises fiscal do Estado e do regime ditatorial militar, a multiplicação dos movimentos pela democratização em todo território nacional, acabam repercutindo de maneira profunda nas lutas de resistência pela terra. Por um lado, a retração dos incentivos fiscais e financiamentos produzem uma desaceleração na corrida de capitais para a região, por outro, o MSTR começa a contar com novos aliados que emergem das lutas populares. A organização do Partido dos Trabalhadores - PT, que aos poucos vai se consolidando como principal catalisador dessa luta movimentos na esfera da sociedade civil, bem como, o início da **aproximação com movimentos ambientalistas**, (grifo nosso) vão reconfigurando a dimensão da resistência. “Devemos lembrar que tanto o PT quanto os movimentos ambientalistas tinham em comum naquele período um posicionamento crítico em relação ao Estado e ao “modelo” de desenvolvimento em curso, ambos valorizavam a sociedade civil como locus privilegiado de ação”. (PAULA, 2004, p.91).

Nos anos 1980 a luta ganha novos aliados em uma articulação que extrapola o âmbito regional e ganha contornos mais amplos, no âmbito nacional e internacional. E se fortalece de forma mais intensa com o acirramento em Xapurí e Brasília. Essa conjuntura de reivindicações dos seringueiros, a atuação do INCRA na regularização das terras, e fortalecimento dos sindicatos através dos empates que colaborou para que surgissem novos aliados, como a imprensa local e nacional, e conseqüentemente apoio dos movimentos ecológicos. Estes fatos despertaram o ódio, dos setores ligados aos antigos e novos donos dos seringais, culminando com o assassinato de várias lideranças: a primeira, o presidente do sindicato dos trabalhadores de Brasília Wilson Pinheiro na noite de 21 de Julho de 1980, nas dependências do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasília com três tiros à queima roupa. Cercado de muita tensão, o enterro de Wilson Pinheiro acabou se tornando um grande ato de resistência dos seringueiros ao avanço do latifúndio no Acre.

Este ato mobilizou lideranças como Luis Inácio Lula da Silva, na época sindicalista do ABC, que acabou sendo indiciado na lei de Segurança Nacional junto com os sindicalistas presentes ao ato. O motivo do indiciamento e assassinato do Fazendeiro Nilo Sergio, morto em represália a morte de Pinheiro, imputada aos líderes, acusados de incitação.

Com a morte dessa liderança que representava o sindicato de Brasília, outra liderança desponta Chico Mendes sob a bandeira do STR de Xapuri, assassinado em 1988, após denunciar que recebia ameaças de morte. Este sindicato assumiu a dianteira das transformações que marcaram a luta pela terra no Acre, rompendo com a CONTAG.

Dispostas a trilhar novos caminhos, as lideranças do STR de Xapuri abandonavam uma das principais estratégias adotadas pelo sindicalismo acreano até então, qual seja, de garantir sob o modelo de "modernização" vigente um espaço para a pequena propriedade fundiária, nos moldes prescritos no Estatuto da Terra. A questão para eles era a partir daquele momento - mais precisamente a partir do final de 1982, quando Chico Mendes assume a presidência do STR de Xapuri – **criar condições políticas que pudessem impedir a continuidade daquele modelo e buscar, simultaneamente, uma alternativa de reforma agrária que atendesse aos interesses da categoria majoritária da base social do sindicato, os seringueiros. É nessa perspectiva que é gestada a proposta de Reserva Extrativista – Resex.** (grifo nosso) (PAULA, 2003, p. 91).

Os trabalhadores aos poucos modificam as reivindicações nos anos 80 em diante especificando cada vez mais a diversidade de interesses e situações na qual se inseriam as populações residentes na região, transformando em antítese a perspectiva dos interesses do capital. Como pensar a reforma agrária com a inserção dos seringueiros. Nesse sentido haverá uma mudança de paradigmas quanto à perspectiva da ocupação da terra na Amazônia.

No final da década de 80, o conteúdo modernizador inserido na proposta da atividade pecuária, tão propalado pelo Governador Dantas, sofreu uma contenção. Na ocasião já não era mais aceito internacionalmente, quer pelo movimento ecológico, quer localmente, pelos seringueiros-possesores. No final da década de 70, os conflitos pela terra foram intensificados, sendo exacerbados nas décadas de 80 e 90. Diante disso, a política desenvolvimentista do Governo do Acre tomou a direção no sentido da criação de projetos de assentamentos extrativistas, e logo depois de reservas extrativistas. * Assim, o avanço da pecuarização foi relativamente contido. (CAVALCANTE, 2002, p. 37).

O rompimento do STR com a concepção de reforma agrária defendida pela CONTAG representava uma concepção socioeconômica diferente da preconizada pelo Capital que aponta para que o uso da terra de forma a manter a sua reprodução. As populações diversas constituem modos diferenciados de utilizar a terra e de se organizar, não bastava garantir a posse, o importante seria a reprodução da existência de um modo de vida, como o de seringueiros e índios. Surgindo assim a concepção de reserva extrativista, baseada no conceito de reserva indígena⁴². Na década de 1980 essa idéia causa simpatia nos movimentos ecológicos internacionais que buscavam aliados na questão ecológica.

* *Reserva extrativista* foi pensada pelos seringueiros como uma reforma agrária. É o reconhecimento de áreas de floresta ocupadas tradicionalmente por seringueiros, de domínio da União e com usufruto de extrativistas. Os Projetos de Assentamento Extrativista surgiram antes, em 1987, como uma solução imediata para os conflitos fundiários. In: Cavalcante (2002, 37).

⁴² O conceito de reserva passa a ser questionado por ser destinadas aos índios, mas pertencentes à União, e tenta conciliar conflitos com naos indígenas, é um conceito ultrapassado proposta ainda no governo militar.

Sobre esta perspectiva, Haesbaert (2004) afirma duas visões: a visão materialista fortemente orientada pela conquista, ocupação e transformação da natureza e conseqüente construção do espaço territorial e a visão naturalista que possui um caráter contemplativo e preservacionista influenciada pela sensibilidade humana afetiva e emocional. A concepção de território sempre esteve mais próxima das idéias de controle, domínio e apropriação do que de uso ou função econômica. A dominação tende a originar territórios puramente utilitários e funcionais, sem que um verdadeiro sentido socialmente compartilhado e uma relação de identidade com o espaço possam ter lugar.

Dessa forma, as reivindicações do movimento dos trabalhadores rurais possuíam caráter duplo de função econômica e de relação cultural com as formas de apropriação da terra. Assim sendo, analisa-se o território como um produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados. Esta escala varia muito conforme as classes sociais, grupos culturais e as escalas geográficas.

Becker (2004, p. 02) a esse respeito aponta:

Com as resistências regionais os conflitos na região alcançam um patamar mais elevado. Não se trata mais apenas de conflito pela terra; é o conflito de uma região em relação às demandas externas. Esses conflitos de interesse, assim como as ações deles decorrentes contribuem para manter imagens obsoletas sobre a região, dificultando a elaboração de políticas públicas adequadas ao seu desenvolvimento.

O depoimento de uma das lideranças mais expressivas desse contexto Chico Mendes está presente à avaliação dessa mudança de paradigmas quando se refere à ação de garantir somente a posse da terra como preconizava o estatuto da terra defendido pela CONTAG e que a forma de negociação do movimento depois do empate na Fazenda Carmem, onde se acordou a entrega de lotes de terra aos antigos posseiros.

[...] Nós não tivemos uma vitória neste momento, porque a gente não tinha um rumo certo da coisa e houve um acordo, os companheiros cederam em trocar suas colocações, receberam lotes de terra. Não foi um bom negócio, mas para aquele momento era a única forma, a única saída que tinha pelo menos alguém garantiu um pedaço de terra, só que depois à coisa não deu certo porque esses companheiros seringueiros transformaram-se em agricultores do dia para a noite, e o fim foi depois, entregaram, venderam esses lotes e foi para a Bolívia, cortar seringa, ou tentaram a vida na cidade. (CAVALCANTE, 2002, p. 101).

O trabalho da CONTAG (ALEGRETTI, 2002, p. 398) tornou-se abrangente a todo Estado exigindo que os sindicatos buscassem assessorias dessa forma sindicato em março de

1985 o STRX elaborou um projeto de assessoria jurídica e no documento referenciavam a importância dos empates nas conquistas, mas também maior intervenção da polícia. Dessa forma, sendo necessário cercar-se do aspecto jurídico.

Percebia-se que a luta era para a reprodução de um modo de vida com mais justiça e qualidade, buscando alternativas para a produção e comercialização além da garantia da posse da terra, para que não houvesse um êxodo para outras áreas como aconteceu posteriormente com os seringueiros que viraram agricultores. Estava em questão um debate sobre o desenvolvimento regional.

As transformações que ocorriam na Amazônia pela implantação do modelo de desenvolvimento que expulsava os trabalhadores, seringueiros e indígenas para a introdução da agropecuária e extração madeireira como denunciavam os seringueiros e os jornais locais como “O Varadouro”, ganhavam amplitude na imprensa mundial devido ao contexto internacional de críticas ao modelo econômico que não respeitava o meio ambiente.

Segundo Alegretti (2002, p. 392) o ano de 1984 foi grande atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, sob a liderança de Chico Mendes, em 1984, ficou centrada nos conflitos decorrentes dos desmatamentos e nas reações dos fazendeiros. Os principais jornais, Folha do Acre e O Rio Branco divulgaram denúncias de desmatamento e ameaças de morte.

A divulgação dos acontecimentos ajudou na construção de novas parcerias, primeiro fortalecendo as existentes, como a Comissão Pastoral da Terra - CPT, ligada a Igreja Católica. É construindo outras com organizações não governamentais – ONG’s como a OXFAM⁴³ que financiaram dentro dos seringais projetos como o Seringueiro que promoveu a alfabetização, em 1982 e de Universidades Federais como a Universidade de Brasília-UNB e Universidade Federal do Acre - UFAC. (LOBÃO, 2006, p. 34).

A criação em julho de 1981 do Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia, CEDOP-AM, (ALEGRETTI, 2002, p. 358) com objetivo de reunir informações e documentar a realidade da Amazônia rural, urbana e indígena; realizar pesquisas básicas sobre a realidade regional; prestar assessoramento, coordenar e executar projetos de desenvolvimento econômico, social e de educação popular; divulgar fatos, estudos e resultados de projetos que sejam de interesse da comunidade. Favoreceu e influenciou o movimento, mais tarde foi substituído pelo Centro de Trabalhadores da Amazônia - CTA⁴⁴.

⁴³ A Oxfam é uma entidade inglesa que apóia projetos comunitários em todo o mundo (ALEGRETTI, 2002, p 366).

⁴⁴ Foi fundado em 1985. (<http://www.cebraspo.com.br/Boletins/11/b11m01.html>), Em meados dos anos de 1980 com apoio de várias ONGs norte-americanas e inglesas, além de participação de alguns militantes vinculados ao PC do B e outros ao PT/igreja católica, organizam um projeto que buscava atuar nas áreas de cooperativa, saúde e educação com seringueiros. As cooperativas visavam enfrentar os atravessadores (marreteiros) que atuavam na

O apoio do Instituto de Estudos Sócio Econômicos – INESC favoreceu a divulgação internacional, bem como o apoio para a organização do I Encontro Nacional dos Seringueiros que constituiria o Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS⁴⁵.

O encontro preparatório teve início em Rondônia, e destacou-se a reflexão a cerca da importância da aliança entre seringueiros e indígenas para a construção de uma política reivindicatória de um projeto de desenvolvimento regional. A Discussão abordou a situação de expulsão de seringueiros e indígenas de suas terras, bem como, as divergências entre ambos, secularmente inimigos desde a expansão da borracha. Dentre os temas estão: “(a) conflitos com os índios; (b) propostas para os Soldados da Borracha; (c) a crise do extrativismo; (d) desmatamento e conflitos com fazendeiros e colonos; (e) áreas reservadas para índios e seringueiros; e (f) o papel do extrativismo na proteção da Amazônia”. (ALEGRETTI, 2002, p. 413).

Para Paula (2003, p.80) a concepção de Reserva extrativista teve influência ideológicas diversas e puderam ser identificadas nas edições do Varadouro⁴⁶:

A acerca das alternativas de desenvolvimento na região amazônica. **Primeira centraliza seu foco na autonomização regional** via desenvolvimento de uma “tecnologia amazônica” capaz de impulsionar a formação de “comunidades auto-sustentáveis”, geradoras de “seu próprio desenvolvimento”. (Varadouro, nº 1, maio 77) **A segunda assemelhava-se àquela defendida pelo governo Geraldo Mesquita: manter o Estado como indutor do desenvolvimento**, redirecionando-o para incentivar a modernização do extrativismo e da agricultura, “uma economia mais nossa, centrada no extrativismo, que poderia ser viabilizada através do governo via políticas de incentivo do setor, possibilitando assim a reorganização dos seringais nativos”, sem descartar as outras atividades. (Varadouro, nº 4, nov. 77) **A terceira formulam suas críticas às duas anteriores (a primeira por seu conteúdo “romântico” e a segunda pelo seu “legalismo”)**, apoiada na concepção marxiana acerca do desenvolvimento das forças produtivas, do movimento de expansão do capitalismo em escala mundial. Sustenta que é nesta dinâmica, no movimento das classes sociais que devem ser pensadas alternativas de desenvolvimento, “as culturais locais não podem impedir uma invasão capitalista, mesmo sendo ela destruidora, desarrumadora da economia e da própria cultura [...] o capitalismo não se pode impedir: pode-

comercialização da borracha, num momento em que a maioria dos seringalistas (proprietários dos seringais) estavam falidos e já transferindo suas propriedades para fazendeiros. Como a maioria dos seringueiros não sabia nem ler nem escrever as ações educativas visavam “não ser mais enganado pelo atravessador” um forte apelo, que contou com a elaboração de materiais didáticos através de uma ONG de São Paulo (CEDI- Centro Ecumênico de Documentação e Informação) que utilizava o “método” Paulo Freire.

⁴⁵ O Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) é uma organização de âmbito nacional que representa trabalhadores agroextrativistas organizados em associações, cooperativas e sindicatos. Seu conselho Deliberativo é formado por 27 lideranças de diferentes segmentos agroextrativistas de todos os estados da Amazônia. São seringueiros, coletores de castanha, açaí, cupuaçu, quebradeiras de coco babaçu, balateiros, piaçabeiros, integrantes de projetos agroflorestais, extratores de óleo e plantas medicinais.

⁴⁶ Jornais que durante o período da ditadura foi instrumento de denúncias de violências praticam tanto no campo como na cidade. Intelectuais se faziam pronunciar através deste.

se porém superar. Essa superação [...] não se faz no casulo das culturas isoladas e sim na interação participativa em todas as classes”. Será preciso, portanto, “gerar uma contribuição local que se articule com outras, diferentes, de outros lugares até tornar possível a proposta alternativa do sistema vigente” (Varadouro, nº 7, fev. 78 *apud* PAULA, 2003, p. 80).

A discussão sobre a constituição de reservas foi alternativa para a questão agrária, que até então na região eram conflitantes, ainda mais pelos efeitos que a construção da BR- 364 provocaram destacando a ocupação de terras indígenas para fins de reforma agrária (assentamentos do INCRA) e agropecuária. Nesse contexto, viabilizou-se uma discussão sobre qual alternativa seria mais viável aos indígenas e seringueiros, a idéia de reserva para seringueiros também.

Alegretti (2002) aponta que a Associação Brasileira de Antropologia – ABA – já havia denunciado o tratamento que estava sendo dado à questão dos direitos indígenas. Desde 1983 as entidades ambientalistas internacionais se pronunciavam sobre o acordo do governo brasileiro com Banco Mundial, reforçando assim, as denúncias que o encontro dos seringueiros em Rondônia e I Encontro Nacional de seringueiros em Brasília destacavam.

O Encontro de Brasília apontou a importância de um modelo que considerasse o extrativismo e que fosse participativo além de criticar o planejamento de políticas para a Amazônia sem a participação da sociedade, para exemplificar podem se destacar os seguintes itens:

- 3) Exigimos a participação em todos os projetos e planos de desenvolvimento para a região (Planacre, Polonoeste, Asfaltamento da BR 364, entre outros), através de nossos órgãos de classe, durante sua formulação e execução.
- 6) Queremos uma política de desenvolvimento que venha apoiar a luta dos trabalhadores amazônicos que se dedicam ao extrativismo, bem como às culturas permanentes e às outras culturas do seu interesse, e que preserve as florestas e os recursos da natureza. Queremos uma política que traga benefícios a nós trabalhadores e não aos latifundiários e empresas multinacionais. Nós, seringueiros, exigimos sermos reconhecidos como produtores de borracha e como verdadeiros defensores da floresta. (documento final do I Encontro Nacional dos Seringueiros *apud* ALEGRETTI, 2002, p. 436).

O I Encontro Nacional dos Seringueiros produziu a discussão de que as reservas extrativistas seriam áreas da União com usufruto para os extrativistas, por tempo indeterminado (ALEGRETTI, 2002, p. 549). Estava definido o arcabouço geral da proposta das Reservas Extrativistas.

Para Paula (2003, p. 92):

Na certeza de que o modelo de "modernização" vigente na Amazônia implicava necessariamente no extermínio dos seringueiros - dado que seu meio de reprodução social, a floresta estava sendo destruída de forma acelerada - as resex passaram a ser percebidas como o seu contraponto fundamental. Isso fez com que despertasse simpatias e apoios diversos de outros setores da sociedade civil, principalmente de ONG's e movimentos ambientalistas, que protestavam contra a devastação da Amazônia.

O modelo de desenvolvimento passa a ser questionado, principalmente (PAULA, 2003) quanto às denúncias contra a destruição da floresta amazônica nos anos 80 por setores do movimento social, mas também por movimentos ambientalistas, essa pressão atinge *governos e organismos multilaterais*, dificultando financiamentos a programas e projetos que impliquem no desmatamento na região. Juntam-se a esses fatores a democratização do país.

Para exemplificar o contexto dos questionamentos basta analisar um dos temas do I Encontro Os Seringueiros e o Desenvolvimento da Amazônia. Este tema discutiu o asfaltamento BR 364, ressaltando os compromissos contratuais que o Governo Brasileiro estava assumindo perante o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, para Rondônia e o Acre, envolvendo várias medidas mitigatórias. Dando origem a exigência de construção da proposta do PMACI, pelo BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. (LOBÃO, 2006, p. 36).

Após o I Encontro Nacional dos Seringueiros, no ano seguinte em 1986 em Xapurí aconteceu o I Encontro Municipal de Seringueiros como continuidade do encontro de Brasília. Foram então discutidos novos empates e questão agrária incluindo a proposta de reforma agrária e as perspectivas para o extrativismo que poderia ser discutidas no PMACI.

Em 1986 organiza-se, o I Encontro do Conselho Nacional do Seringueiro, com a pauta que incluiu “sete temas: Reservas Extrativistas, reforma agrária, política da borracha, BR 364, Constituinte, organização do movimento e aprovação do estatuto e da diretoria do CNS”. (ALEGRETTI, 2002, p. 485), com a participação de todos os Estados da Amazônia. , debatendo a posição dos bancos internacionais e dos projetos para a Amazônia como apontada no documento final:

- 1) Pelos direitos básicos dos trabalhadores extrativistas da Amazônia. Por condições humanas de vida e de trabalho. Contra o **modelo de desenvolvimento que considera a Amazônia como se fosse vazia e ignora a existência de trabalhadores que convivem com a floresta e há cem anos usam os recursos da natureza produtivamente sem destruí-la.**
- 2) Por uma Reforma Agrária que realmente atenda às necessidades dos trabalhadores extrativistas, reconhecendo as colocações como o verdadeiro

módulo adequado ao uso equilibrado da floresta. Contra o loteamento dos seringais.

3) Pela participação dos seringueiros na Assembléia Nacional Constituinte, passo fundamental para que os trabalhadores das matas sejam reconhecidos pelo país como cidadãos. Para que a forma de vida dos seringueiros e o uso que fazem da floresta sejam reconhecidos e assegurados nas leis.

4) Contra os projetos financiados por bancos estrangeiros e criados em gabinetes de ar refrigerado. Contra os planos de ocupação da Amazônia feitos por tecnocratas sem jamais consultar os moradores das matas.

5) Para que o Brasil salde sua dívida histórica para com os Soldados da borracha, os brasileiros que contribuíram para com o esforço de guerra a partir de 1943 embrenhando-se nas selvas para abastecer os aliados de matéria-prima estratégica. Por aposentadoria e indenização justas para esses trabalhadores, inclusive os que já moravam na Amazônia e produziam borracha por ocasião da guerra.

6) Contra as conseqüências da nova política econômica, que baixou o preço da borracha que os seringueiros vendem sem a correspondente redução no preço das mercadorias que compram. Contra a mobilização dos patrões, que deixam de fornecer mercadorias e pressionam o governo a aumentar os preços, de maneira a burlar o congelamento. Pela intervenção da COBAL e da Sunab, garantindo aos seringueiros o acesso a mercadorias por preços justos.

7) Pela criação de reservas extrativistas cujo uso seja assegurado por lei aos trabalhadores das florestas. Pela defesa das colocações dos seringueiros. Pela preservação da floresta amazônica. (CNS *apud* ALEGRETTI, P 490)

Dessa forma, o movimento social de trabalhadores Rurais – MSTR casa sua reivindicação socioeconômicas com os interesses de movimentos ambientalistas. Constituindo apoio e forçando a mudança de orientação de políticas de estado para a Amazônia.

No primeiro caso, deve-se chamar atenção para três fenômenos que interferiram diretamente na condução do MSTR: o primeiro relaciona-se com o extraordinário crescimento da influência Conselho Nacional dos Seringueiros, não só no Acre, mas em vários estados da Amazônia. Graças a uma forte articulação internacional com organizações e movimentos ambientalistas, o CNS acabou atraindo muitas doações a “fundo perdido” para investimento em projetos de “desenvolvimento comunitário”, que iam desde apoio a comercialização de produtos extrativos, construção de agroindústrias, até a formação de lideranças sindicais e comunitárias. Abriu ainda na esfera governamental, um canal de interlocução centralizado nas instituições ligadas ao meio ambiente. O segundo fenômeno pode ser apontado na confluência de dois movimentos: multiplicação das ONG’s e as mudanças na base social do sindicalismo. As Organizações Não Governamentais’-ONG’s, ampliaram largamente sua atuação no estado, a exemplo do que ocorreu nas demais unidades federativas da Amazônia e do país. As ONG’s mais “antigas” mudam seu perfil, deixam de colocar-se na condição de “assessoras” do MSTR e passam, juntamente com as novas concorrentes, projetar-se numa posição de mediadoras dos interesses das diversas “comunidades” que mantinham com elas vínculos permanentes ou esporádicos. Esse incremento da participação das ONG’s, coincide com inúmeras transformações na base social do sindicalismo: a) ampliação do acesso à terra e do número de assentados; b) maior diferenciação social no

seio desse campesinato; c) recuo da Igreja Católica no processo de “formação política” junto as comunidades seguida de um crescimento acelerado da presença das igrejas evangélicas no mundo rural e urbano; d) multiplicação das associações de agricultores e cooperativas - afim de obterem acesso as linhas de crédito oficiais -; e) criação de agroindústrias etc.(Paula et all; 2004). O terceiro fenômeno está relacionado com o crescimento do Partido dos trabalhadores no estado. Após a vitória eleitoral na prefeitura da capital, Rio Branco, esse partido põe em marcha uma estratégia arrojada para chegar ao poder executivo, e o faz através de uma ampla aliança que elegeu Jorge Viana governador em 1998 e o reelegeu em 2002. Motivo de divisão do sindicalismo nos anos 80, o PT na década seguinte acaba se constituindo em fator de reunificação desse movimento. Logo no início dos anos 90, a Federação é retomada por lideranças ligadas ao partido e todas as direções sindicais acabaram seguindo o mesmo caminho. Atualmente, dos 22 municípios acreanos, 18 possuem STRs. (PAULA, 2003, p.94).

No entanto, após a criação das reservas extrativistas na década de 1990 a política das ONG's e os interesses do Estado promoverão interferências no MSTR como afirma Paula (2003, p. 94) primeiramente em função do crescimento deste e dos recursos capitaneados para projetos de desenvolvimento comunitários, em segundo o a multiplicação de ONGs ligadas ao meio ambiente que intermediará recursos e políticas entre o Estado e o movimento.

Assim a proposta construída pelo movimento social foi articulada com ONG e o fortalecimento foi eminente das reivindicações dos trabalhadores ligados à luta pela terra, com setores intelectuais, imprensa e com os indígenas, constituindo a “Aliança dos Povos da Floresta”. Essas articulações forçaram a negociar o PMACI.

Os pontos polêmicos do projeto foram negociados de forma bastante controversa e morosa, tanto que as negociações só foram finalizadas em 1988 com a assinatura da Carta de Rio Branco (LIMA, 1998, p. 33) que reuniu órgãos federais, estaduais, o Conselho de Segurança Nacional. Destacando o conceito de Reservas Extrativista e projetos de Assentamento Extrativista pelo INCRA. Quanto aos indígenas persistia a idéia de colônias indígenas.

Segundo Lima (1998, p. 35) com o aval do BID, o PAD e alvo de uma nova “transformação na qual começa a se firmar de forma mais clara conceitos associados à proteção ambiental, tal como desenvolvimento sustentável, abrindo espaço para a participação de alguns pequenos proprietários rurais que começavam a absorver novas práticas agrícolas sustentáveis”.

O PAD foi estruturado em cinco programas: 1) Programa de ordenação do território, 2) programas de áreas de proteção (criação de unidades de conservação e extrativistas), 3) programas de fiscalização ambiental (fiscalização e manejo de quelônios) 4) programa educação ambiental e extensão de florestas (educação popular, assistência a pequenos produtores e extrativistas, 5) programas comunidades indígenas (voltada para saúde,

educação, atividades produtivas, regularização das terras indígenas, índios isolados e infraestrutura dos postos indígenas e administrações regionais da FUNAI).

Interessa ao trabalho o entendimento das ações do PMACI quanto aos povos indígenas em especial aos Kaxarari. Na fase do PAD, ou fase II (1990-1991) foram realizadas articulações entre agências estaduais e organizações da sociedade civil junto ao PMACI através do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, no intuito de melhorar a credibilidade do Programa (LIMA, 1998, P. 34).

Dentre as ONGs, destacam-se entidades religiosas, e organizações indígenas regionais e locais, como da União das Nações Indígenas do Acre e do sul do Amazonas - UNI com o acompanhamento e controle de projetos de organizações ligadas às questões e aos interesses indígenas. Nessa fase o PMACI passa a apoiar e financiar projetos.

A partir daí, o PMACI limitou-se a apoiar os projetos apresentados pelos atores e a repassar recursos a fundo perdidos, para a sua execução. Isso fez com que as entidades/atores da sociedade civil atuante-beneficiadas agissem de forma imediatista, mesmo porque não tinham clareza sobre até onde podiam caminhar. Deixaram de perceber que a participação não se limitava a benefícios do projeto, que seriam necessárias ações para consolidar os espaços abertos. (LIMA, 1998, p. 36).

Os recursos do PMACI foram utilizados na estruturação física das organizações interlocutoras das ações propostas. Financiava infra-estrutura, passagens, carros, computadores, não havia critérios. Faltavam segundo Lima (1998, p. 36) critérios de participação efetiva, capaz de melhorar a articulação entre processo (políticas) e produto (execução).

No aspecto participativo por parte das organizações a UNI como representação indígena teve destaque, encaixava-se no perfil traçado por Lima (1998, p. 37) como ONG de apoio à organização dos povos indígenas, pode se considerada de base, representando os povos indígenas do Acre e Sul do Amazonas. Mas destacaram-se ainda OGN's relacionadas às questões indígenas assessorias que atuam na perspectiva de cursos, treinamentos, e repasse de novas tecnologias, como a CPI e CIMI. O trabalho destas relacionou-se dentro do programa Comunidades indígenas, no campo da Educação e Saúde. O trabalho dessas organizações aconteceu em função de sua atuação antiga nas áreas e de seu conhecimento adquirido. Lima (1998, p. 37) descreve a participação das assessorias de forma crítica apontando sua interferência nos movimentos de base, algumas vezes sem respeitar a autonomia desses, e de serem beneficiadas com infra-estrutura com recursos do PMACI. Na verdade o que o PMACI realizou foi a passagem da gestão das ações do Estado para ONG's em relação à educação, saúde, proteção ambiental e atividades produtivas.

2.6.1 - Breves considerações sobre o movimento indígena.

A intervenção da Igreja Católica junto aos povos indígenas é antiga, data da ocupação da Amazônia por missões portuguesas e espanholas. No entanto, essa atuação pode ser considerada ambígua, a Igreja proibia a escravidão indígena, permitindo através de guerra justas⁴⁷. Quanto à exploração da mão de obra indígena destacam-se padres jesuítas carmelitas espanhóis e portugueses⁴⁸, além de colonos portugueses.

Na década de 70 do século XX, quando a ditadura na América Latina vivia a sua fase mais intensa a Igreja Católica tomará uma atitude diferenciada contra os governos ditatoriais, a favor dos pobres e de indígenas.

Dessa forma cria-se o Conselho Indigenista Missionário - CIMI em 1972 dentro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB – onde teve maior apoio. A Teologia da Libertação, que tinha inspiração no Marxismo.

A criação CIMI é numa tentativa de reavaliar suas práticas da Igreja Católica junto aos índios ao longo de seus quase 500 anos de evangelização na América Latina. A atuação das missões jesuíticas, salesianas e capuchinhas entre outras, haviam contribuído para aculturar e muitas vezes exterminar nações indígenas. A partir do congresso de Puebla ocorreram discussões que possibilitaram avaliar a questão indígena, dando-lhe uma nova direção. Segundo Forneck, coordenador do CIMI-AC, a postura da igreja católica, tem se dado da seguinte forma:

[...] hoje já 500 anos de invasão da América Latina e se vê claramente que por diversas vezes, de fato, a igreja aliada ao poder dominante que ela de fato tinha contribuído com esse extermínio, por outro lado já tinha vários trabalhos em andamento e posições assim, de boa facção dentro da igreja católica tanto ao bispado como dos leigos de realizar trabalhos diferentes, junto aos povos indígenas, que seria o que entendemos hoje. Seria essa evangelização, essa boa nova pros índios e que eles tenham a terra demarcada, garantindo os seus direitos, uma assistência de saúde, educação e condições dignas de sobrevivência [...] (FORNECK *apud* ALVES, 1992, p. 38).

A criação do CIMI favoreceu a criação de organizações indígenas segundo Ramos (2007, P. 2), na década 1970 e 1980 este órgão financiou várias assembléias indígenas, o que despertou a atenção das autoridades, conforme relata Ramos (2007, p. 3), “bem como da FUNAI que se

⁴⁷ Expedições punitivas e escravistas, com apoio da Coroa portuguesa e da Igreja, aos indígenas que supostamente atrapalhavam os objetivos da colonização ou da conversão ao cristianismo.

⁴⁸ Caio Prado Júnior destaca as disputas entre as ordens religiosas, concluindo que os somente os jesuítas foram no século XVII, expulsos devido demonstraram intolerância com a corte representada pelo Marques de Pombal e que carmelitas e outras ordens foram conservadas no Brasil. Vale destacar a disputa pelo comércio lucrativo das drogas do sertão.

opunham frontalmente aos esforços do CIMI. Várias assembleias indígenas foram perturbadas ou mesmo proibidas pela FUNAI ou pela polícia federal durante o regime militar”.

A instalação do CIMI na região do Acre e Sul do Amazonas aconteceram na segunda metade da década de 1970. Nesse período realizaram-se os primeiros levantamentos nos rios Purus e Envira, procurando identificar as possibilidades de uma intervenção localizada junto aos grupos indígenas (Relatório CPI, s.d., p. 03 e 04).

A forma de atuação do CIMI pretende conduzir a um indigenismo pautado no respeito e preservação dos valores indígenas. O CIMI pretende servir principalmente de uma ponte dentro da sociedade. Da sociedade envolvente para a sociedade indígena. (FORNECK *apud* ALVES, 1992, p. 39).

Além do surgimento do CIMI e se junta a organizações não governamentais como se constituiu no final da década de 1970, questionando a abordagem da FUNAI. A partir dos anos 1970, o indigenismo torna-se objeto de disputa entre o órgão indigenista oficial, Igreja Católica, e passa a ser reivindicado e reinventado também por outros atores e agências: “Por instituições de ensino e pesquisa; por organizações não governamentais (nacionais e internacionais); por agências multilaterais e bilaterais de cooperação e ajuda internacional (técnica e financeira), entre outras. Nas décadas de 1970 e 1980 também os indígenas passaram a experimentar a posição de protagonistas na interlocução com o Estado brasileiro”. (VERDUM, 2009. p, 08).

Uma das organizações que surgira nesse cenário será CPI no Acre ocorreu em 31 de Dezembro de 1979, quando já se tem clara a forma de abordagem da FUNAI. Segundo seus integrantes, sua criação ocorreu de forma específica no Acre e sul Amazonas, tendo em vista não ser um processo simultâneo ou de extensão de uma política nacional desta entidade. No início, a atuação da CPI procurou divulgar a problemática dos povos indígenas, pressionando as autoridades governamentais no sentido de atender e viabilizar questões ligadas aos seus direitos e garantias de posse da terra. A CPI chegou a atuar apenas no Acre, Roraima e São Paulo.

O despertar das organizações indígenas acontecerá com maior intensidade nas décadas de 1970 e 1980, no contexto das lutas pela redemocratização do país, e na perspectiva da definição das terras indígenas. Essa conjuntura permitiu então que se estabelecesse uma interface entre a política do país e as reivindicações sociais de vários sujeitos sociais protagonistas na interlocução com o Estado brasileiro. Mesclando interesses diversos. Um dos exemplos está na interferência do Conselho Nacional de Segurança - CSN para a demarcação de

terras indígenas. E do outro a aliança entre seringueiros e índios para a criação de uma política voltada para as populações tradicionais, a construção da Aliança dos Povos da Floresta⁴⁹.

No entanto, o direito a constituição de organizações só acontecerá a partir de 1988, a partir da promulgação da nova carta. O surgimento desse movimento e a construção de suas alianças fazem parte de um processo histórico que produziu influências e pressões para adequar as políticas sociais e indígenas no Brasil, bem como foi importante para a construção de programas como o POLONOROESTE e o PMACI. Como destaca Athias (2002) sobre a campanha Nanbiquara na década de 1980, desencadeada por organizações indígenas e indigenistas que denunciava a situação dos indígenas que possuem terras cortadas pela BR-364, trecho Porto Velho – Cuiabá.

As primeiras organizações indígenas tiveram influência de organizações governamentais e não governamentais, no sentido metodológico e na estratégia de aglutinação através de assembleias diversas etnias, permitindo a maior integração entre os vários povos. Athias destaca o apoio de ONGs como a OXFAM, financiando organizações indígenas e indigenistas. Interessa interpretar as organizações que atuaram na estruturação do movimento indígena na área de influência do PMACI, como a UNI-Acre e Sul do Amazonas, criada na década 1980, a partir da III Assembleia do Acre e Sul do Amazonas. UNI – Acre.

Na sua constituição participaram os povos Kaxinawá, Katukina, Puyanawa, Kaxarari, Kulina, Manchineri, Arara, Apurinã, Nuquini, em 1986 em Rio Branco.

“O movimento indígena está organizado em nossa região e é constituído por um conselho indígena formado por representante de cada povo. Além disso, há uma coordenação regional eleita em nossa 2ª Assembleia. Foram escolhidos os companheiros José Correia Tunumã, cacique Jaminawá do Alto Rio Iaco, Biraci Brasil Nichiwaká, representante do povo Yawanawá do Rio Jordão e Antonio Ferreira da Silva, representante do povo Apurinã de Boca do Acre, para articularem e dirigirem o movimento indígena em nossa região”. (Povos Indígenas do Brasil, 1985/1986, p.272 *apud* ALVES 1992).

A atuação da UNI e de outras organizações indígenas nesse período será essencial para a garantia de políticas de enfrentamento a ação do Estado desenvolvimentista, considerando a abertura de estradas, os projetos agropecuários e industriais nas áreas indígenas iniciados desde os anos 1960 e 1970. Ações propostas pela UNI garantiram mobilizações no sentido de afirmar seus direitos, principalmente sobre as suas terras, sobre a proteção e demarcação, incluindo a mobilização que levou a garantir direitos constitucionalmente.

⁴⁹ União de índios e seringueiros construída em 1989 em função da luta pela demarcação da terra e pela construção de uma política para a continuidade das populações da Amazônia.

Ao reafirmar os direitos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam, atribuem a responsabilidade da União por demarcá-las, protegê-los e fazer respeitar todos os seus bens. Afirma-se o dever do Estado e o direito dos indígenas de serem consultados quando da execução de atividades de exploração de recursos naturais com impacto nas terras e na população e a competência civil dos índios, suas comunidades e organizações, para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses. (VERDUM, 2009 p. 09).

A atuação da UNI-AC foi fundamental no Acre e em especial quanto aos Kaxarari como veremos, que tiveram prejuízos com a exploração de uma pedreira em suas terras. A organização mobilizou várias entidades de apoio a causa indígena para garantir os direitos destes e a revisão da terra.

2.7 – As ONGs e OS KAXARARI

O PMACI não foi o primeiro projeto a ser disseminado entre os Kaxarari, antes de 1985, no início dos anos 1980 foram ensaiados projetos de desenvolvimento comunitário advindo de financiamento do POLONOROESTE e da The Oxford Committe for Famine Relief – OXFAM⁵⁰.

2.7.1 Projetos de desenvolvimento comunitário

As intervenções de projetos junto ao povo Kaxarari tiveram como mediadores o de estado através da FUNAI de organizações não governamentais, como a CPI e o CIMI Segundo Athias (2002, p. 67) no caso da OXFAM, esta ONG contribuiu para influenciar o comportamento do movimento indígena e das políticas e estratégias das ONGs brasileiras do Acre e da Amazônia em geral.

Para melhor compreensão da relação entre a OXFAM e as Ongs, Athias (2002, P. 67) destaca a importância junto a União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas e CPI

⁵⁰ Foi fundada em Oxford, Inglaterra, em 1942. A organização mudou seu nome para seu endereço telegráfico, The Oxford Committe for Famine Rilief - OXFAM, em 1990 passou a ser a Oxfan Internacional (OI) com representação na Alemanha, Austrália, Belgica, Canadá, Espanha, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Holanda, Hong Kong, Irlanda, Nova Zelândia e Quebec, atua sob a bandeira de combate a pobreza, a fome.

no financiamento de projetos educativos, econômicos, na estruturação de assembleias, passagens entre outros.

O programa de educação que mais recebeu apoio da OXFAM foi o da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC), que, paralelamente ao programa de desenvolvimento comunitário, foi obrigada a treinar os índios para cuidar desses projetos. Esse programa respondeu uma necessidade urgente de capacitação em português e em matemática. Sendo os monitores formados para uma escola nas aldeias, dentro de uma perspectiva fortalecedora da cultura local em todos os seus aspectos. Com o acompanhamento adequado, tem produzido uma enorme quantidade de material e conseguiu, a partir de convênios com a secretaria de educação, garantir a continuidade para monitores e escolas, bem como os cursos de monitores oferecidos pela CPI/AC. (ATHIAS, 2002, p. 67).

De forma direta e indireta as organizações que executaram trabalhos articulados na vigência do PMACI receberam influência de organizações como a OXFAM. Como exemplificado No caso da UNI e CPI. Algumas das concepções desenvolvidas desencadearam propostas formadoras do Projeto de Apoio ao Meio Ambiente e Proteção das Comunidades indígenas e do POLONOROESTE, através das articulações entre o movimento indígena e, entre estas e organizações nacionais e internacionais. Assim parte das ações executadas junto aos Kaxarari possuía bases em projetos anteriores desenvolvidos pelas organizações governamentais e não governamentais que atuavam com este povo.

O Povo Kaxarari no início da década de 1980 iniciava o processo demarcatório de suas terras e, O povo kaxarari estava dividido em duas localidades. Uma parte liderada por Antonio Kaibú residia no Azul, e a outra liderada por Artur Cezar, residia na Barrinha. Ambas estavam próximas do rio Azul. As primeiras iniciativas foram da FUNAI.

Segundo Aquino (1984, p. 102), os primeiros projetos implantados através da FUNAI objetivavam o “desenvolvimento comunitário” na aldeia Azul são de 1983 e, foram utilizados para comprar mercadorias para abastecer a cantina, que funcionava no sistema de aviamento, além de equipamentos para extração de látex e casas de farinha. Sem discussão com a população esses projetos não obtiveram maiores resultados, funcionava baseado no modelo de aviamento. Como nas antigas relações entre os índios e os seringalistas e entre os marreteiros.

Seguidas dessa experiência a CPI, em 1984 elaborou e executou outro projeto de cooperativa com recursos da OXFAM e, tomando por base a experiência fracassada da FUNAI modificou a estratégia de intervenção que buscou apoio na interpretação sobre a diferenciação entre as duas facções do Azul que existiam na época entre os kaxarari. A nova proposta buscou atender os grupos de forma diferenciada, objetivando o sucesso do empreendimento. Aquino apud Dossiê Kaxarari (1984, p. 170) argumenta: “A divisão dos

recursos do projeto em partes iguais era a única maneira de evitar novos conflitos entre eles. E qualquer projeto econômico que não levar em conta essa divisão interna entre as facções Kaxarari redundará em fracasso e criará apenas conflitos entre os índios do Azul”.

As avaliações iniciais destes modelos foram positivas, segundo Mindlin, (1984) os projetos da OXFAM poderiam possibilitar o acesso a bens de consumo e a melhores preços. Acreditava que eles pudessem plantar roçados, diversificarem a sua agricultura tradicional e reduzirem a dependência econômica dos pequenos marreteiros da BR- 364.

No entanto, essa perspectiva ainda hoje não se concretizou, não houve avaliação, mas profícua, e careciam de maior aprofundamento e estratégias na avaliação. Para Athias (2002, p. 75), “os projetos foram apresentados com riscos sem uma leitura mais profunda das comunidades beneficiadas”. Sendo que a maioria destes projetos foi executada, a fundo perdido e faltou treinamento aos indígenas, que necessitavam fazer uso de equipamento recebido nas aldeias. Assim, os materiais perderam-se e os recursos da mesma forma.

Entre as dificuldades de funcionamento dos projetos de cooperativa estava o gerenciamento e a relação com o mercado. Ao final a prestação de contas era sempre um problema como descrito no texto de relatórios do CIMI:

Têm - se falado, que a partir deste ano as verbas repassadas pelos projetos econômicos da OXFAM deverão ser devolvidas dentro de um prazo estipulado, e com juros. Mas nenhum estudo específico por áreas foi feito para se saber as possibilidades reais de cada comunidade repor tal verba. Nem mesmo foi pensado numa assessoria para acompanhar a execução do ‘projeto’. Os líderes Kaxarari sabem apenas que o ‘dinheiro vai chegar’... Mas não sabem quando nem quanto. (CIMI, 1986, p 12).

Alguns projetos como a introdução de gado leiteiro sem o preparo do terreno ou cerca fizeram do gado animais sem restrição. O pouco que restou desses projetos foi abandonado ou perdido como no caso dos bois, depois que abandonaram suas antigas aldeias para ocuparem a terra invadida pela Empresa Mendes Junior.

O pasto que tem foi do gado comprado com o dinheiro do trabalho. O gado de antes foi de projeto, foi em 83. Quem acompanhava era o Macedo e o Terri, com esse projeto compraram gado, 5 ou 6 foi indo passar o tempo. Finado Farias (Cubil) sabia cuidar do gado e pegamos prática através dele. Tinha vinte oito cabeças, com a invasão da pedreira ficou abandonado, e o gado morreu, sumiu, a onça comeu, outros foram comidos. A invasão destruiu a criação, a gente sofreu muito, malária, morreu 16 parentes. (Dionísio Cezar Kaxarari, 39 anos, 2008).

A constatação de que projetos comunitários não deram certo entre os Kaxarari fica clara pela dependência que ainda hoje se mantém entre as aldeias.

2.7.2 – POLONOROESTE e os Kaxarari

O POLONOROESTE também destinou aos kaxarari recursos para a demarcação da terra e para infra-estrutura, sendo inclusive programada ações para subsistência, como roçado, ferramentas, construções de depósitos, casas de farinha, abertura de estradas de seringa, etc. - Saúde (construção de enfermarias, perfuração de poços, saneamento básico e equipamentos diversos) - Educação (construção de escolas, equipamentos diversos) - Administração (construção do ramal à BR-364, do campo de pouso, veículos, rádio transmissor, etc.). Não constam na memória dos Kaxarari resquícios destes projetos.

No entanto, consta de relatórios a existência de projetos com recursos do POLONOROESTE através da FUNAI:

Parte deste dinheiro já foi gasto, mas nenhuma prestação de contas foi apresentada. Os benefícios que poderiam advir desses gastos são nulos; como o carro apossado pela 14ª Delegacia Regional (quando poderiam dar condições aos próprios índios dirigi-lo); como as motos - serras estragadas (quando nenhum deles sabe manejá-las); como o rádio transmissor (que também não sabem como usa-los, e não sintoniza com Rio Branco, onde seria necessária a comunicação); etc.; (SILVA & et all, CIMI, 1986, p.06).

Os relatórios apontam problemas no repasse dos recursos na execução dos projetos apoiados pelo POLONOROESTE. Demonstram desconhecimento da realidade Kaxarari.

O POLONOROESTE visava principalmente recursos para demarcação das terras indígenas, no caso específico kaxarari em 1984 foram disponibilizados cerca de: 85 mil dólares, muito antes da existência do PMACI para a demarcação dessa área indígena⁵¹.

Nesse contexto a FUNAI foi acusada em 1984, pela antropóloga Betty Mindlin de implantar projeto de cima para baixo, sem nenhuma participação ou discussão séria com os índios da comunidade (Apud Aquino, 1984, p. 43). Acrescentando ainda que os recursos do projeto fossem desviados pela AJACRE (Ajudância da FUNAI no Acre, ADA).

⁵¹ Relatório de viagem, 2 de outubro de 1984. CPI-AC.

CAPÍTULO III - OS KAXARARI

Neste capítulo pretende-se observar os aspectos históricos vivenciados pelo povo kaxarari em diferentes etapas do contato com as frentes de expansão da sociedade nacional até o recente período da execução do PMACI, considerando seu legado atual.

Na parte Ocidental da Amazônia, que compreende os estados do Amazonas, Acre, Rondônia e parte do Mato grosso, verifica-se as situações de contatos recentes e antigos, como o caso das populações que habitavam o Vale do Guaporé, na fronteira entre o Brasil e a Bolívia. No século XVIII essa região foi palco de lutas entre os portugueses e missões espanholas pela posse das terras e exploração dos vários povos existentes, onde hoje se localiza o Forte Príncipe da Beira⁵².

A essa economia extrativa subjugada ao capital comercial que se desenvolve na calha do rio Amazonas em alguns de seus afluentes, foi responsável pela utilização de diversas populações indígenas na extração das drogas do sertão e extração da borracha. Do século XVIII ao XIX prossegue o processo de escravização e escorraçamento dos legítimos donos das terras amazônicas. Neste contexto, inserem-se os Kaxarari. Povo indígena da família pano (AQUINO, 1984, p. 1), isolados dos outros panos por um corredor de população Arawak. Residem na Terra indígena Kaxarari, e ocupam uma área de 160 mil hectares compreendendo os igarapés Azul, vermelho Marmelinho, Macureném e seus afluentes Barrinha e Maloca. Na década de 1970 até 1980 dividiam-se em duas malocas a do Azul e a da Barrinha, seu acesso a BR-364 era pelos Igarapés Vermelho, Marmelinho e Marmelo.

Tabela 01 – População Indígena Kaxarari, 2009

Período	Aldeia	Quantidade de pessoas
2009	Barrinha	61
	Marmelinho	93
	Paxiúba	51
	Pedreira	114

Fonte: SIASI-FUNASA/MS, 20/07/2009

⁵² Ver Meireles, Denise Maldi. 1989. Guardiães da fronteira: rio Guaporé, século XVIII.



FONTE: FUNASA-SIASI-DSEI Alto Rio Purus

O território indígena dos Kaxarari está localizado entre os Municípios de Lábrea, nos Estados do Amazonas e Porto Velho em Rondônia. Estão organizados em cinco aldeias: Pedreira, Paxiúba, Barrinha, Central e Marmelinho suas aldeias distante 40 km da BR-364, próximas das Vilas Extrema e Nova Califórnia, região da Ponta do Abunã.

São organizados em clãs exogâmicos. Isto é, os indivíduos devem se casar com membros de outros clãs que não o seu próprio, embora existam casamentos interétnicos. Atualmente existem apenas 6 clãs, no passado chegou a 18 (Souza, 2004, p. 33). A população possui um número de 319 pessoas.

O nome dos Kaxarari é oriundo do contato interétnico. Os primeiros registros feitos aos Kaxarari datam de 1910 por João Masô, que integrava a comissão de limites entre Brasil / Bolívia /Peru. Masô encontrou nas cabeceiras do Curequetê 2000 índios, no entanto, os Kaxarari afirmam que seu povo habitava os diversos rios e afluentes do Ituxí e Purus.

Os Kaxarari Vivenciaram a ação de correrias no início do século XX, com a ocupação de seringais para a extração gumífera, o contato com as primeiras frentes extrativistas de borracha entre 1910 / 1920 atingidos de forma brutal pelas “correrias peruanas e brasileiras,

desencadeadas na Amazônia Ocidental”. Isso dizimou grande parte da “Nação Kaxarari”, mais tarde incorporada a produção extrativista de borracha e castanha até a falência do extrativismo no de 1960.

Com acentuada decadência do extrativismo e o abandono dos seringais no final da década de 1960, os Kaxarari são dispersos e, reduzidos, procuram vender sua produção a marreteiros⁵³ da BR-364, estrada que liga o Estado de Rondônia ao Acre ou são incorporados, pela nova frente agropecuária, aos trabalhos nas fazendas.

O processo de expansão da fronteira capitalista intensifica a luta pela posse da terra a partir da década de 1970. Os Kaxarari procuram o auxílio de agências governamentais, com objetivo de garantir a efetivação da posse do território Kaxarari, através do reconhecimento e demarcação.

Nos anos da década de 1980 aos dias atuais vivenciam processos de invasão território por madeireiras, grileiros, bem como o como empreiteiras como a Mendes Junior engenharia S.A, que promoveu danos ao meio ambiente na área Kaxarari, decorrente da retirada de pedras graníticas que foram utilizadas na pavimentação da 364. Os danos até hoje repercutem no ambiente. E estes buscam na justiça o ressarcimento financeiro pela exploração granítica.

A área circunvizinha atualmente e cercada de conflitos entre fazendeiros, grileiros e posseiros e possui assentamentos de projetos do INCRA (gleba Iquiri) e reserva Curequetê, sendo que, a dinâmica do entorno tem envolvido o povo no trabalho de desmatamento nas fazendas próximas, contribuindo para o aumento de doenças como malária e devastando a área vizinha, reduzindo a caça e a pesca, essenciais para a reprodução dessa população.

O avanço da expansão capitalista em diversos momentos do seringal aos dias atuais junto a esse povo desencadeou várias doenças, como hepatite, malária, tuberculose, alcoolismo, entre outras. Trata-se de uma sociedade que deve ser vista numa perspectiva a qual são vistas as sociedades orais milenares que foram expropriadas pelo capital.

A mortalidade na Nação Kaxarari dificulta o resgate da história desse povo quebrando o maior elo de reconstrução de um único modo de viver que aos poucos se modifica. Os Kaxarari, tão numerosos outrora e com um complexo modo de vida, hoje se encontram numericamente reduzido, impulsionando pela necessidade de manutenção de uma identidade que lhes assegure a continuidade da Nação e a posse de suas terras, e se configura mais um caso que representa a violência do contato de sociedades indígenas com não indígenas na Amazônia Ocidental, com a expansão da sociedade “branca”,

⁵³ Comerciantes de borracha e castanha.

3.1 - Os Kaxarari no contexto das frentes de expansão

As primeiras informações que temos dizem respeito, primeiramente, às expedições exploratórias das chamadas “Drogas do Sertão”, a partir de 1870, propiciando a sistemática exploração da região, iniciada com a penetração dos caucheiros peruanos e seringueiros nordestinos.

A partir de 1870, os coletores das drogas do sertão e os viajantes começaram a dar lugar às expedições que visavam o assentamento, ou pelo menos a exploração mais duradoura dos recursos da região com o apoio e o patrocínio oficial. Iniciou-se a penetração dos caucheiros peruanos, numa frente itinerante e de curta duração, e a dos seringueiros nordestinos, frente sedentária e estável. Esta última deslocou grande massa da população, principalmente de 1877-1879 á 1920, num fluxo contínuo de mão de obra, que chegou a alcançar em 1913, a cifra de 40.000 nordestinos na bacia do Juruá e 60.000, na bacia do Purus, o que permite avaliar a violência do contato com os grupos indígenas. (CASTRO, 1978, p.11).

Essas frentes extrativistas causaram uma notável mobilidade dos grupos que habitavam as bacias do Juruá-Purus, rio Madeira e seus afluentes, implicando em mudanças profundas no modo de vida, dado à violência física e cultural a que foram submetidos pelas correrias que escorraçaram e destruíram grupos inteiros, visando “desocupar” terras ricas em caucho e seringa, ou ainda escravizar os índios.

Na área compreendida entre os Estados do Amazonas e de Rondônia, várias nações indígenas foram afugentadas pela ação dos não índios. No território de Rondônia, o maior extermínio ocorreu com a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré que praticamente dizimou os índios que habitavam as margens do rio Madeira. Por outro lado, nas regiões de Ituxí e Curequetê, a ação dos Cariús-Arigós⁵⁴ inicia-se com o capitão Valdivino, o primeiro seringalista que vive na memória dos antigos moradores dessas regiões. Este foi responsável, junto com seu capataz Anízio, pelo deslocamento e fuga dos Kaxarari das cabeceiras do rio Curequetê para o igarapé Macureném e do Macunerém para o rio Remansinho. Cercados, não restou aos Kaxarari alternativa, senão integrarem-se á atividade extrativista.

Aquino (1984, p. 08) em seu relatório de avaliação sobre os “Kaxarari”, retrata a história do contato dessa nação em três períodos, avaliando que o tempo em que se constituiu a FUNAI, pode ser considerado de direitos, no entanto, estes índios ainda lutam para existir,

⁵⁴ Cariú era como os indígenas denominavam os não índios e arigó era os trabalhadores que vinham do nordeste a maioria do ceará para a Amazônia

superando doenças, reduzida produção de alimentos e principalmente a invasão do seu território:

a) O tempo das correrias.

“Os Kaxarari assinalam o início do contato com o período das correrias onde a maioria da população foi exterminada a bala”;

b) O tempo do cativo

“Uma vez expropriada as terras dos Kaxarari e constituídos os primeiros seringais da região Ituxí-Curequeté, procurou-se amansar os índios que sobreviveram aos massacres das correrias para incorporá-los como trabalhadores da empresa seringalista. Esse período é marcado pela violenta exploração e escravização do povo Kaxarari, reduzidos a meros braços dos patrões dos seringais da região.”

c) O tempo dos direitos

“Para os Kaxarari do Azul este novo momento histórico é marcado a partir da instalação de uma ajudância da FUNAI no Acre, em meados da década de 70 e, pela delimitação de sua área indígena”.

A classificação de Aquino pode ser considerada evolucionista, visto que considera a história dos Kaxarari de progressiva, em um sentido linear, qualitativo. É importante avaliar que os indígenas continuam vivendo aspectos relacionados às fases citadas, como expulsões das terras buscam ainda por direitos sociais, ainda não conquistados. Apesar da existência da FUNAI, bem como de organizações indígenas e indigenistas⁵⁵.

3.2 - As correrias

O período de correrias compreende o início do século XX, verificando dois tipos: uma empreendida por caucheiros peruanos e outra pelos nordestinos brasileiros para “liberar” as áreas ricas em caucho e seringa, sendo utilizados diversos métodos de violência, além de transmitir doenças como a gripe, sarampo e varíola aos Kaxarari, dizimando grande parte dessa população, que conforme Masô Apud Cruvinel (1978, p. 03), engenheiro da comissão de limites entre Brasil, Peru e Bolívia que os visitou em 1910. “Constituíam-se de dois mil índios, e que antes de serem atingidos por essas frentes viviam tranquilos e felizes, dispensando ao que parece o humanitário concurso dos civilizados”. Tal afirmação reflete o impacto que os índios sofreram nesse processo de contato com o branco, conforme depoimento coletado por Aquino (1984, p. 08) de um dos líderes do grupo:

⁵⁵ Refere às organizações que atuam com questões indígenas com assessorias como o CIMI, CPI coordenadas por não índios e organizações indígenas que possuem autonomia como associações como a UNI-AC.

Antigamente só vivia Kaxarari no Curequetê, Macureném, Ituxi e Aquiri. Primeiro que veio foi peruano tirando caucho. Entrava na maloca e matava muita gente na bala. Matava os home tudim para tomar a nossa terá, as mulher e as criança. No tempo dos peruanos ele não livrava a cara de homem nenhum. Matava tudo na bala, no terçado e no porrete. O chefe dos peruanos era um tal de Missael. Depois apareceram os cearenses trabalhando na seringa e metia bala também pra tomar a nossa terra. No tempo das correrias o branco tangia, nós na bala. Aqui no Macureném, no Curequeté tinha muito caboclo brabo. Onde era mais gente tinha. Não tinha mais outro, só o puro Kaxarari. Também morreram muitos com sarampo, tosse-braba, malária, catapora, gripe e tuberculose. Não tinha remédio, não tinha nada. O resto morreu na bala mesmo. Bala doido...(Caibú)”.

Em outros depoimentos, também se evidencia o processo de violência que atingiu os Kaxarari:

[...]. Agora antes me contava também que os matava muito dos índios né?!!!. Tem um patrão por nome Naziso que, parece Naziso matava que matava muitos índios, lá por....Anísio, né?! Matava muitos índios, aí ficava com um monte de mulher, enchia o barracão de mulher, inté que fim os índios mataram ele, né?Aí fugiram de lá pra cá, cruzaram o Macureném , aí ficaram por ali (SANTUCA, *apud* ALVES, 1992).

A história das correrias faz parte da memória dos índios que não presenciaram, nem vivenciaram as diversas correrias, como podemos observar pelo relato abaixo:

O peruano caucheiro no tempo quando mataram os índios, os povos como nós. Eles mataram quase tudo mesmo. Aí só ficamos nós, quando nós era 3000 pessoas [...]. Entonce, aí nós só resto 160 pessoas. (ÍNDIO KAXARARI *apud* ALVES, p. 14).

Esses relatos denunciam a crueldade a que foram submetidos os “índios Kaxarari”, a resistência esboçada por eles, nos confrontos e rivalidades existentes entre os patrões-seringalistas que pleiteavam as ricas terras localizadas ao longo dos rios Ituxí, Purus, Abunã e Madeira, vias de acesso fundamentais para os escoamentos da produção extrativista.

“Mas o local mesmo que mataram: Guanabara aí na cabeceira do Curequeté, Guanabara”. [...]. antonce foi matando, antonce por nós. Um cara que foi pá, pá aí, pá Abunã. Abunã aí na vila, foram lá, aí, o cara falou pra ele: que tal índio por aí, vocês tão tudo bem? Ele diz: Não! Eu já saí correndo. Até era esse pai veio que ta em Rio Branco. Falou: mata essa pessoa, o índio tem valor, ele não tem! Conta história todinha. Antonce o cara manda 5 bala pra pude matar esse homem.”(LUIZ PRETINHO, *apud* ALVES, p. 14).

Nesse período destacam-se a ação violenta dos patrões que mantinham domínio sobre a região da Ponta do Abunã com Otávio Reis e Capitão Valdivino. O primeiro residia em Fortaleza do Abunã, tornando-se posteriormente proprietário de uma enorme quantidade de seringais, abrangendo extensas áreas, compreendidas entre Rio Branco e Porto Velho.

[...]. Otávio Reis, onde encontrou seringa e castanha, ele botou bala nos caboclos que já viviam ali, né? Um empregado do Capitão Valdivino matou esses caboclos mais velhos tudim que ele encontrou pela frente. Amarrava os caboclos e metia bala. Ele era malvadeza. Os empregado do capitão que matava era o Anízio e um tal de Joaquim. Sei que eles matavam os caboclos amarrado nos braços no cabo doido. Metia bala no varador, metia cacete, metia terçado. Depois acabou esse negócio de correria, mas a doença continuou vindo. (CAIBÚ, AQUINO *apud* ALVES, p. 14).

O processo de correria não se restringiu à matança de índios, mas também a escravidão indígena nos trabalhos domésticos e extrativistas (seringa e caucho). Os Kaxarari que não fogem a essa regra foram como dizem, “amansados” para estes trabalhos e muitas crianças obrigadas a trabalharem em serviços domésticos e na agricultura, e os mais velhos no caucho, conforme relato de Artur Cezar Kaxarari, o mais velho dessa nação com mais ou menos 90 anos.

O Anízio me tirou da aldeia. Daí da Guanabara onde eles moram, eu fui lá pra beira do Abunã. Aí dispôs que eles mataram o Anízio um tio meu foi me buscar lá na beira do Abunã, aí desci pro Curequeté, lá, depois pro Ituxí, onde o Anízio morou se vê trabalhar só no caucho. É só caucho, ia muito couro de caucho pro patrão”. (ARTUR CEZAR, *apud* ALVES, 1992)

Nesse período de escravidão caracterizado por correrias que atingiram os Kaxarari, destacam-se relações de manipulação de suas lideranças pelos patrões:

“O Anízio matava os índios preguiçosos que o Tuxaua avisava, até que os índios se revoltaram com o cacique e chamaram o Anízio para uma emboscada, ficaram com medo e fugiram para o Macureném”. (ANTONIO FARIAS – CUBIL – 54 anos *apud* ALVES, 1992).

É importante ressaltar as formas de resistências dos Kaxarari, a destruição de seu povo e do seu modo de vida. A expansão do capital na Amazônia Ocidental implica, como se enfatizou anteriormente, no processo contínuo de quase extermínio e integração deste povo indígena, na medida em que a lógica desse sistema econômico consiste, fundamentalmente, em “integrá-los”, isto é, negando o legado histórico-cultural que possuem, levando-os a redefinir valores e padrões culturais para que sobrevivessem, visto que seus locais de morada foram ocupados por seringalistas, forçando-os, a novas condições de vida e de trabalho, escapando do extermínio imediato.

Os Kaxarari resistem de diferentes formas, inclusive, migrando para outros lugares, mantendo assim a unidade cultural.

3.3 - Submissão aos patrões

Esse período de submissão (as condições de vida e de trabalho imposta pela empresa seringalista) teve início com o deslocamento dos Kaxarari do rio Curequetê, o que teria acontecido segundo Cruvinel, antropólogo da FUNAI, entre os anos de 1910 e 1930, teria se constituído a dominação dos seringalistas sobre os seringueiros.

A submissão não pode ser considerada em linhas gerais como definitivo-passiva ou total dos Kaxarari aos patrões seringalistas. Na verdade, o que houve, foi à necessidade da nação Kaxarari sobreviver num território que sucessivamente tornava-se ocupado por Cariús e Arigós, os quais se apossavam de enormes áreas de terras pertencentes aos índios e estabelecia, nesse processo, uma relação de violência.

Relatos recentes comprovam a citação anterior, quando analisamos os depoimentos de representantes das lideranças Kaxarari, no que concerne á relação de trabalho que se desenvolveu nos seringais do Ituxí.

“[...]” agora a gente vai contar aí todim, porque nesse tempo que nós tava, nós não, nós não! Pessoal. Entrou um branco paraibano, matou muita gente, os índios, aí foi matado pelos índios, antonce que: depois que mataram entrou esse tal de Matias Quaresma, era um piauiense, entrou...aí tirou todos os índios de lá, daí veio morar no Curequetê, hoje em dia nós tamo aqui, os troncos morreram tudo! Ficou os novo aqui dentro do seringal, nossa terra! Antonce o que eu quero dizer! Vamo falar. [...] aí Matias foi pra lá gradando todo mundo e trouxe pra cá, ficou um bucado ali no Remansimho e dispôs outro ficaram aqui por terra, ficaram aqui no Buriti onde trabaiei, trabaiei 23 anos dentro dessa colocação [...]. (LUIZ PRETINHO, 60 anos, 1990).

Na divisão do trabalho existente no seringal enquanto unidade de produção, os Kaxarari atuavam desde a extração do látex até a comercialização da borracha. Constituíam mão-de-obra abundante e barata para os diversos trabalhos:

“Nós moremos parece 10, 8, aí esse patrão do Aquirí foram buscar nós no Curequetê. Aí nós viemo pro Remansinho. Aqui nós chegemo, trabaie mo em colônia...farinha, roçado e tudo. Nós trabaie mo mermo, desbarrancando, puxando batelão grande, carregando mercadoria, tudo por água, naquele tempo não era tocado de motor não. Pescando no caucho, né? Batelão carregado. No cambito. Patrão rico, não?
No rio Aquiri só era lancha e motor, mas lá no garapé num tinha não, tinha não! Eu puxava no braço.” (LUIZ PRETINHO *apud* ALVES 60 anos, 1990).

Como se pôde observar durante esse longo período de tempo, iniciado desde o deslocamento dos Kaxarari do Curequetê até a decadência do extrativismo da borracha,

ocorrido na década de 60, evidenciou-se o extermínio dessa nação indígena, bem como, a desestruturação de sua cultura. Segundo Raimundo Pereira, ex-seringalista, esses índios foram trabalhar no rio Remansinho com o maior seringalista da região do rio Ituxi – Remansinho na década de 40. Essa informação pode ser constatada através do depoimento do irmão de Pereira Sobrinho:

Desde 1940 que eu vivi com eles, fui trabalhar com meu irmão Manoel Pereira Sobrinho. Os índios eram divididos em duas malocas: Foz do Macuri, um afluente do Iquiri, tendo com chefe José de Souza e a outra no alto do rio Remansinho, seringal Porto tendo como chefe o senhor Gustavo da Silva Araújo”. (RAIMUNDO PEREIRA *apud* ALVES, 1992, p.18.).

Para muitos Kaxarari os patrões eram vistos como benfeitores, foram feitas referências a eles como homens que “ajudaram” os índios, quando na verdade a relação “harmônica” com os Kaxarari tinha como finalidade mantê-los coesos e submissos as relações de produção extrativistas, visando aumento da produção e de lucros.

Aí nós trabaemo com nosso patrão que o nome dele chamava finado Araújo, ele que era o meu pai de criação. Nós trabaemo, nós tinha,... era bem de vida e nós fiquemo assim grande e sabido, nós comecemo trabaier no campo piquinininho. Seringal do Porto, aqui denda essa área mermo. Antonce que nós.... depois que ele morreu, aí nós fiquemo tudo assim, abandonado, butando outro patrão pelejamo, fizemo foca, briguemo, mais conseguimos nosso patrão! Esse que ta falando esse que é o Zé Braz, que nós butemo, ele era um seringueiro vizim nosso que nós conseguimos butá ele nosso patrão. Antonce ele trabaio com nós, nosso chefe, bem dizer que nosso governador era ele dentro do seringal do Porto, aonde nós trabaemo, o tempo que ele saiu nós fiquemo abandonado, bem dizer, mais o tempo que nós saimo veio pra cá trabaier nossa rodagem. (LUIZ PRETINHO *apud* ALVES 1992, p.19).

As informações que temos podemos ainda comentar os depoimentos dos índios como era feito o pagamento. “Depois...? Que nós foi pro seringal nesse tempo cortar seringa, depois. O noteiro tirava nota, tirava borracha e mercadoria naquele tempo, tirava banha. Hoje em dia é óleo”. (ARTUR CEZAR *apud* ALVES, p 19).

O que ocorreu com os Kaxarari com a troca de patrões é perfeitamente explicável dentro do sistema de aviamento. O seringalista que era o intermediário de outro seringalista e este era aviado por casas aviadoras de Belém e Manaus (tais como: a J. Leite Companhia e a Martins Pinheiro). Na região do Ituxí o maior patrão foi Pereira Sobrinho que possuía na cidade de Manaus escritórios com a finalidade de estabelecer transações comerciais com os demais seringalistas da região do Ituxí e/ou Iquiri, aviando-os de tudo que necessitavam.

O pagamento aos seringueiros, pela produção extrativa era praticamente irrisório e aos índios praticamente inexistentes, como podemos comprovar no relato do ex-seringalista Sr. Raimundo Pereira.

O meu irmão era quem patrocinava a aldeia lá, dava o que eles precisavam em troca de trabalho, trabalhozinho besta ou de produto, que eles produziam também muito pouco. Como seja, arma, munição, essas coisas, sal e o que eles não produziam lá. [...]. Naquele tempo era a base do livro e quando o camarada tirava saldo ia receber em Manaus, mais isso nunca aconteceu com eles, que eles não sabiam fazer nada. (RAIMUNDO PEREIRA *apud* ALVES, 1992, p. 19)

Da década de 40 até o início dos anos 60 os Kaxarari trabalhavam diretamente e mais tarde indiretamente para Pereira Sobrinho que tinha o monopólio de todos os seringais do Iquirí/Ituxí. Arrendava as terras de um grupo de portugueses, porém a decadência da borracha que se acentuou a partir da década de 50, levou Pereira Sobrinho a abandonar os seringais, sendo seguido posteriormente por seus aviados seringalistas. Assim, nos anos de 1960, grande parte dos seringueiros e índios Kaxarari da região dos seringais de látex no Amazonas deslocam-se para a extrema do Acre com Rondônia e para a região do Abunã/Madeira e passam a comercializar sua produção de borracha e castanha com os marreteiros destes rios, bem como, da futura rodovia federal BR 364 que será aberta no final dos anos 1967 pelo exército brasileiro na perspectivas do desenvolvimento ocorrer a partir da construção de estradas como ilustra um ex - seringueiro da região. “Quando saímos do rio Remancin foi em 1963, através de varadouro para o Abunã, o que hoje é BR era apenas um grande picadão, onde estavam desmatando, a terraplanagem só foi iniciada em 1967”. (VALDECOSMO BRAZ, ex. seringueiro, março de 2009).

3.4 - A decadência da borracha

Na década de 40, os seringais do rio Ituxí viveram períodos de prosperidade, chegando a produzir até 400 toneladas de borracha/ano. Contudo, após o fim da Segunda Guerra mundial e a liberação dos seringais de cultivo malasianos, a produção regional passou a enfrentar problemas de comercialização, em decorrência da saturação do mercado nacional e internacional. O quadro agravou-se mais ainda devido a produção em larga escala de borracha sintética.

Diante da eminência da falência completa dos seringais amazônicos, o governo brasileiro adotou uma política de incentivo, de acordo com uma visão mais elaborada, sendo

que além do extrativismo, os seringais também buscariam a auto-suficiência (ou pelo menos maior independência), no sentido de produzir para atender o mercado local.

A política de incentivo e crédito passa a impulsionar a produção da borracha e a auto-suficiência dos seringais, que surge como antídoto contra a falência eminente dos seringais nativos.

Na década de 50, com o governo Juscelino Kubstcheck, implementa uma política de desenvolvimento da Amazônia, a qual passará necessariamente pela abertura de estradas que viabilizará a integração nacional considerada fundamental à superação das desigualdades regionais. Este modelo de crescimento dá-se num clima de euforia econômica, tendo seu ápice nas décadas seguintes.

Exatamente nesse momento, os financiamentos são negados aos seringalistas que endividados com o sistema bancário (BASA - Banco da Amazônia S/A), tornaram-se vulneráveis às investidas dos grupos empresariais, que assim tiveram maiores facilidades para comprar as terras acreanas a preços mais acessíveis.

Nos anos 60, particularmente após o golpe militar de 1964, o projeto de desenvolvimento é retomado pelos generais presidentes, passando estes a combinar autoritarismo político com modernização econômica. O Slogan passou a ser: “Exportar é o que importa”, Integrar para não entregar, “seguindo inclusive os postulados da ideologia da segurança nacional”.

Em decorrência da nova ordem político-econômica, a ocupação da Amazônia passou a ser considerada essencial à materialização deste projeto de Brasil.

Neste contexto, dá-se o processo de expansão do capital na Amazônia por meio das frentes de expansão, gerando estas, conflitos com habitantes nativos (índios e seringueiros).

A terra transforma-se em mercadoria, e, em função disto, a ação dos especuladores e/ou grandes empresas passaram a se fazer presente no processo de transferência das terras acreanas aos “paulistas”.

A resistência à falência dos seringais do rio Ituxí, sobretudo pela busca da auto-suficiência, só ocorre até a metade da década de 60, quando a avalanche de quebradeira atinge irremediavelmente sua estrutura produtiva, conforme depoimento de Raimundo Pereira:

O meu irmão deixou de trabalhar lá, porque o seringal não era dele, era seringal arrendado, dos herdeiros, começaram a exigir e ele abandonou ali, o Ituxí. Comprou uma parte lá no rio Aripuanã no Mato Grosso. Os herdeiros eram portugueses que se apossaram de uma área de terra que começava do Purus até a margem do Abunã”. (RAIMUNDO PEREIRA, *apud* ALVES, 1992, p. 23).

Com o abandono desses seringais os Kaxarari reformulam toda sua relação de produção, sem, contudo, diminuir acirrada exploração a que estavam submetidos.

Os índios passaram a comercializar a produção de borracha e castanha com marreteiros e, aos poucos, foram se desagregando e se afastando dos antigos seringais para áreas mais próximas da BR 364, estendendo suas relações comerciais com marreteiros também do rio Abunã, conforme relato abaixo:

[...]. Quando o meu irmão foi embora, saiu, deixou abandonado o rio, que veio embora aqui para Manaus, que comprou esse movimento do Aripuanã, eles abandonaram, saíram do Remansinho e foram em procura do Abunã e tão hoje mais aproximado do Abunã que do Remansinho”. (RAIMUNDO PEREIRA 75 anos, *apud* ALVES, p. 23).

Com o deslocamento, os Kaxarari passam a sofrer um processo de dispersão. Algumas famílias começaram a residir fora da área anteriormente ocupada, mas, mantendo sempre o contato entre si e a atividade produtiva ligada essencialmente à extração de látex. Espalharam-se pelos centros⁵⁶ em colocações distantes, mas, relativamente próximas do rio Azul, Marmelo e Vermelho, conforme os relatos abaixo:

Do porto foi mudada, as colocações já tava cansada. Aí veio mais pra cá, pra beira do rio Azul, mudando de colocação, veio chegando, aí foi largando lá a colocação com roça e tudo, daí ia sempre pelo varador aberto, né? Aí pra caçar quando fracassava como agora a gente caça pra lá.[...]. (SANTUCA cacique da Bueira, *apud* ALVES, 1992, p. 24).

Com a aproximação da BR 364, os Kaxarari passam a comercializar sua produção com os marreteiros da rodovia, que por sua vez são aviados por grandes comerciantes das cidades de Rio Branco e Porto Velho. Dessa forma, os preços das mercadorias adquiridas pelos Kaxarari, inclusive dos produtos industrializados, tornaram-se elevados, deixando-os mais dependentes e endividados, não diferenciando muito do período em que viviam trabalhando para um único patrão.

[...]. Nesse tempo que nós trabalhamos pro Matias Quaresma o fundo da nossa área era no Azul. Depois que passou a estrada os patrões já estavam acabando. Quando passou a estrada aí os marreteiros tomaram de conta. Já os fundos ficaram sendo à frente e a frente ficou sendo os fundos. Quer dizer que de primeiro a frente era pro Ituxí, no seringal Remansinho. A gente se aviava no depósito do porto. Aí foi o tempo que foi se acabando o patrão e coisa e tal e foi ficando ruim de caça também. Aí nós fomos abrindo as colocações pros fundos da área, pro Azul, que era bom de caça e ficava mais perto da estrada... Foi acabando o tempo do cativo dos patrões do seringal, como se diz. Mas

⁵⁶ Os seringais possuíam a margem onde existia o barracão e o centro onde estavam dispostas as colocações.

os marreteiros também não é flor que se cheire não. “Só melhorou coisinha assim”. (ARTUR CEZAR *apud* PELLEGRINI, 1990, p.03).

Além da exploração dos marreteiros, nesses períodos, alguns Kaxarari também passaram a ser incluídos como mão-de-obra nas fazendas próximas da BR 364. Novamente, reapareceram as doenças endêmicas como a malária, com o afluxo de novos moradores da BR 364.

Este quadro faz com que em 1975, os Kaxarari buscassem a ajuda na delegacia da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) em Porto Velho, não obtendo nenhum apoio. Contudo, em 1976, com a instalação da FUNAI no Acre, os índios iniciaram a luta pela posse de seu território que foi delimitado em 1978. Agora a FUNAI ocupará o lugar dos patrões, pois se verifica a dependência da FUNAI nos anos que se seguiram.

Na década de 80, foram desenvolvidos projetos sócio-econômicos pela FUNAI e pela CPI (Comissão Pró-Índio). Para os velhos conhecidos do Kaxarari, como seu Raimundo Pereira, a chegada da FUNAI foi uma grande conquista.

Lógico que houve mudanças, pois eles agora tão tudo civilizados, não querem que, tem deles que negam até que não são índios, ta entendendo? Tão tudo bacana. E agora a pouco tempo que a FUNAI passou a mão por cima, não tão melhor porque não querem mesmo. Que a FUNAI deu tudo pra eles a pouco tempo atrás, até carro eles compraram, quebraram, ficaram por lá motor, máquina de beneficiar arroz, tinha motor Marito pra trazer produtos pra margem da BR 364. E por isso...foi a ajuda da FUNAI. Mas, eles não fizeram nada, né?. (RAIMUNDO PEREIRA *apud* ALVES, p. 25)

Os projetos implantados pela FUNAI são merecedores de muitas críticas, pois tentavam impor uma nova forma de abordagem sócio-econômica, não condizente com o modo de vida Kaxarari, uma vez que os índios transformaram-se em seringueiros autônomos devido à expansão extrativista. Contudo, a chegada da FUNAI garantirá a posse do território e o início da luta para efetivar e legalizar as terras, e por força destes fatores o reglutinamento dos membros do povo Kaxarari e sua participação em assembleias indígenas.

3.5-A saúde e o etnoconhecimento

O conhecimento tradicional ou etnoconhecimento⁵⁷ dos antigos habitantes das terras do Macureném, Ituxí, Curequeté e demais rios, encontram-se ainda preservados quanto ao cultivo de uma planta conhecida pelos indígenas como Kupá, dentre outras ervas e frutos da mata, usadas na culinária e na medicina. Esse conhecimento específico transmitido de geração em geração, de forma oral manteve-se. No entanto, de forma precária, pois a apenas os pajés tinham a permissão para manipular, considerando as crenças míticas.

O etnoconhecimento e sua organização tradicional têm sido reduzidos ou estão no limiar do desaparecimento, uma vez que o repasse desse legado cultural por meio da tradição oral sofreu prejuízos com alto índice de mortalidade desse povo. Processo agravado com o desaparecimento da população adulta e dos pajés, “O pajé tratava no Kupá, ele tomava Kupá e sabia onde era a doença, ele puxava. Puxava, puxava e dizia: o tratamento dele é isso, isso assim, assim! Tal dia ele ta bom”. (LUIZ PRETINHO apud ALVES, 1992, p, 33)

Consideramos conhecimento uma construção sócio-cultural em que cada grupo étnico diferenciado da representação multicultural do modo ver eurocêntrico, no entanto foram por séculos descredenciados e descaracterizados ou desqualificados estratégias de integração forçada, no caso da implantação da empresa seringalista. A lenda kaxarari permite a comprovação. (ALVES, 1992, p, 55).

[...] o sol tava aqui na terra, nessa terra não, aqui mesmo nessa terra (faz referência ao território Kaxarari. Negócio que ele morava ali na cachoeira, o sol! A gente vê a pedra lá naquela altura, onde era a casa dele, hein! O Ituxí. Então, ele chegou. Perguntava muita coisa o velho, o velho quando chegava o tempo do mês de agosto. Por isso que eu disse pros irmãos por aí, porque não entende como é a palavra de Deus, irmão fala que bota nome de Tsurá, cada coisa, diz que num é não! O nome dele é quimpe, o nome dele é quimpe, quando ele tava na terra aqui. Entonce, ele começou, dizia – você me dá uma pranta dessa pra mim tratar? Pegava um bichim desse tamanho, um tal de Kupá, qui dava pra ele prantar! [...] Disse! Oh nós somo uma tribo do...(dessa planta que tem aqui? Vê? Algodão, somo tribo do algodão. (LUIZ PRETINHO).

O Kupá, a qual a lenda se refere, constitui um dos remédios mais utilizados tempos atrás pelos pajés pertencentes ao povo Kaxarari. A medicina Kaxarari também foi assimilada pelo branco, é o que se confirma no depoimento de Esterlita Braz:

⁵⁷ Termo que emerge do conceito de etnodesenvolvimento que dizer desenvolvimento autônomo, aplicado à ciência autóctone, etnociência e sua variante o etnoconhecimento. (Little, 2002, p. 41.). O etnodesenvolvimetro seria desenvolvimento que mantém diferencial sociocultural de uma sociedade, ou seja, etnicidade (stavenhagen apud Azanha, 2002).

[...] em todo o tipo de remédio, chá da mata, casca de Kapú, tudo isso, eles são preparados, eles sabem como se defender através das plantas medicinais da mata. Isso nós brancos também devemos aprender, como certas coisas que eles ensinavam a minha mãe e meu pai (...). Via cobra, né? A ferrada de cobra, em primeiro lugar eles tiravam o sangue da... Com a boca, da ferrada da cobra, amarra em cima para que o veneno de cobra não invada a pessoa que foi picada de cobra aí vão tratando dessa maneira: lava bem com sabão ou mesmo com qualquer outra coisa, limão que é fundamental deles que não existe o sabão na época em que eles não são tão civilizados e aí eles vão botando folha do mato em cima, casca de pau que sara o golpe, sara coisa e perna de animal quebrado, braço quebrado, essas coisas todas eles vão tratando através da medicina deles, da mata. (ESTERLITA BRAZ *apud* ALVES, p. 55).

Com a chegada de não indígenas, houve redefinição de valores, bem como também as doenças que os pajés desconheciam a cura. As doenças viróticas passaram a ser tratadas por medicamentos pelos patrões-seringalistas.

Eram exatamente os patrões. O meu irmão levava grandes medicamentos e distribuía com os aviados, tá entendendo? E daí é que eu ia chegando pras mãos dos seringueiros, pras mãos dos índios e de quem vivia lá”. (RAIMUNDO PEREIRA *apud* ALVES, 2002, p. 57)

O desconhecimento destas doenças por parte dos índios e a maneira com que estava estruturado o aviamento impôs novas formas de tratamento, fazendo com que a tradicional medicina praticada pelos Kaxarari fosse aos poucos negada.

Era os pajés, daí que eu sinto falta também, os pajés é que curava com remédio do mato, era tudo, fazia aquele mato mermo, eram os pajés que curava alguma doença que aparecia. (...) começou tudo no branco tendo, já tendo hospital, tendo injeção, tendo remédio, foi esquecendo, aí foi esquecendo tudo. (SANTUCA *apud* ALVES, 1992, p. 58).

Além de praticarem seus rituais de cura e terem uma agricultura e alimentação diversificada, também bastantes utensílios de que necessitavam que com certeza, foram deixando de serem feitos em virtude de se aviarem nos seringais.

3.6 – A transferência do rio a BR-364: conflitos e invasões

Os Kaxarari atravessaram o período da implantação e decadência da empresa seringalista, dispersos e reduzidos quando do abandono dos rios, principal via de acesso, pelos patrões. A partir desse período procuravam vender sua produção para os marreteiros que a compravam através da recém aberta rodovia BR-364.

Esse processo contribui de forma significativa para a desagregação quanto a tradição histórica e organização sócio-econômica, já que no período da abertura da BR-364, houve segundo Pellegrini (1991, p.7), um estrangulamento na faixa etária de 25 a 29 anos que coincide com a construção da Br-364 e a alta mortalidade infantil desencadeada nos anos 60.

Do final dos anos 60 a meados da década de 70, houve uma maior dispersão dos Kaxarari, e um aumento dos casamentos interétnicos. Segundo observadores da FUNAI, CPI e CIMI, poucas informações existem a respeito dos Kaxarari nesse período, a não ser o recenseamento do Padre Pedro Maia Gawlik (AQUINO, p. 70), que demonstra um alto índice de mortalidade, e uma grande incidência de tuberculose, em função de mudança nos hábitos alimentares. O que se comprova pelo depoimento abaixo:

Minha mulher morreu porque apareceu uma febre nela, a primeira”. A primeira que apareceu febre apareceu dor de barriga. Francisca, ah! Como? Francisca Costa, porque parece que o pai dela também era Costa, finado Caibú (...). Uma morreu em Porto Velho no ano que eu baixei pra Campo Grande, a segunda foi é... Dalzira também era irmã dela. Eh! Casei com a cunhada. Ela apareceu do mesmo jeito, ela pareceu negócio de dor de barriga, ela morreu. “Ela num agüentou, levei pra Porto Velho não deu jeito mais. (LUIZ PRETINHO *apud* ALVES, 1990, p. 62).

De meados da década de 70 em diante, com a delimitação da terra, há um aglutinamento dos Kaxarari. Quando a FUNAI em 1977 iniciou a delimitação do território que deveria ser definido como destes, o antropólogo da FUNAI, Cruvinel (1978, p. 1), principiou seu estudo dessa forma: “O que a seguir abordaremos, tem como objetivo, fornecer subsídio à definição de uma área para os até hoje abandonados índios Kaxarari. [...]”.

A delimitação garantiu a posse dos rios e do território, vital para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural dos Kaxarari.

Do porto foi mudada as colocação já tava cansada aí veio mais pra cá, pra beira do azul, mudando as colocações, pra trabalhar e voltava né? Ficava as colocações com roça e tudo, daí a gente ia sempre, o varador aberto, né? Aí pra caçar quando fracassava lá como agora a gente caça pra lá inté o ... Agora a gente vai lá, tem um barreirão na beira do Macunerém, a gente vai lá, eu tava querendo, se eu tivesse mais ocupado eu ia onte, dava pra eu ir no Macunerém prá matar uma duas antas ou três, mas num deu de eu ir, só vou no meio da viagem. (SANTUCA *apud* ALVES, p. 62)

Todo o território, após a delimitação, não ficou livre nem dos ataques da sociedade branca, nem da própria ação governamental. Pois os Kaxarari tem denunciado a grilagem e as constantes visitas de garimpeiros e marreteiros á sua reserva conforme registro abaixo:

Denúncia no Macureném através de tirar ouro, e é denda área e lá, eu to com cuidado, quando chegar do Rio Branco eu tem que convidar uns três ou quatro e dá uma olhada”. (SANTUCA *apud* ALVES, p. 63).

A própria FUNAI foi responsável pela redução de grande parte do território Kaxarari, quando da demarcação efetiva. Como também, tem sido acusada de conivência com o fazendeiro Roque Menoncim e a Construtora Mendes Júnior que em 1987 passou a explorar a área pedreira, como já explicado anteriormente.

A agressão sofrida pelos Kaxarari tem encontrado o eco, suas denúncias garantiram a incorporação de suas terras, porém ainda persistem as ameaças de invasão do seu território pela sociedade nacional⁵⁸.

A política desenvolvimentista na região ocidental da Amazônia se intensifica a partir da década de 70, quando os conflitos pela posse da terra se tornaram mais acirrados entre seringueiros, índios, posseiros e os novos grupos empresariais que passaram a comprar os seringais, ou então, com os novos colonos assentados pelo INCRA.

Em síntese, a ocupação contemporânea da fronteira amazônica é primordialmente determinada pelo ritmo do desenvolvimento das relações capitalistas no conjunto nacional, as quais se sobrepõem as formas sociais e econômicas especialmente dispersas, criando um espaço próprio de ocupação e consolidação do grande capital na fronteira e estabelecendo novos padrões de mobilização, distribuição e subordinação da população”. (OLIVEIRA, 1985, p. 43).

A reconquista da terra possui no caso Kaxarari várias etapas até a identificação de seu território com a chegada da FUNAI. Foi necessário definir a política do Estado quanto a aos assentamentos do Incra e constituição da reserva indígena. Para Aquino (1984, p. 10) o período da instalação da ajudância da FUNAI significa para os Kaxarari o tempo dos direitos.

Para os Kaxarari do Azul este novo momento histórico é marcado a partir da instalação de uma ajudância da FUNAI no Acre, em meados da década de 70, e pela delimitação de sua área indígena por uma equipe de técnicos do órgão de proteção oficial em 1978. Desta época em diante os Kaxarari passaram a tomar consciência de seus direitos, inclusive aqueles relacionados á posse efetiva de suas terras, com os meios suficientes e necessários á sua sobrevivência coletiva”. (AQUINO, 1984, p.10)

Entretanto, pode-se observar que antes mesmo da instalação da FUNAI no Acre, os Kaxarari já haviam tido contato com a FUNAI de Porto Velho. No depoimento de Luiz Pretinho, verificamos tal evidência:

⁵⁸ Sociedade Nacional – o avanço econômico desencadeado pelo capital, incorporadas ao domínio da economia de mercado

[...] Antonce, essa FUNAIA quem descobriu? Ninguém! Quem descobriu foi eu. Eu sai daqui doente com outro mulher doente, que essa que morreu em Porto Velho, morreu no hospital abrigo Santa Clara. Morreu lá e eu fiquei sozinho na cidade. Aí tive por lá, adoeci, pareceu meu doença, eu baixei pra Campo Grande, mas me tratei, passei quatro anos por lá e voltei de novo. Antonce desse dia eu vim descobrindo FUNAIA todinha, eu tinha lista que trazido de, de delegado da FUNAIA de Campo Grande...” (LUIZ PRETINHO *apud* ALVES, 1992, p. 45)

Em 1975, o vigário da Vila Abunã Padre Pedro Maria Gawlik (AQUINO, 1984, p. 70) denuncia à FUNAI de Porto Velho o estado em que se encontravam os Kaxarari. Neste mesmo ano os Kaxarari fizeram uma visita á delegacia da FUNAI de Porto Velho.

[...] Então os índios ficaram só vendendo para os marreteiros até que em 1975 surgiu a FUNAI, então eu (Cubil) me apresentei como cacique Kaxarari. Fiquei oito anos como cacique, até que em 1983, a FUNAI me contratou e eles ficaram só, Ai o Cezar, o Alberto Cezar, ficou sendo cacique, então repartiram as famílias. A família do Cezar tomou conta da outra parte.” (Antonio Cubil *apud* ALVES, 1992, p. 45).

Através da portaria nº 603/P de 22/11/77, o presidente desse órgão designou Noraldino Vieira Cruvinel, antropólogo da FUNAI para dar um parecer conclusivo da área onde residiam os Kaxarari.

O presidente da FUNAI designou os servidores abaixo assinados, para inspecionar as áreas da fazenda Rio Novo e emitir parecer conclusivo sobre a existência ou não do grupo indígena nela radicados, bem como constatar se a mesma é ou não área de perambulação dos índios.” (CRUVINEL, 1978, p. 01).

Na época em que foram feitos os levantamentos dos Kaxarari, estes eram apenas 109 indígenas. Quanto à área eleita pelos Kaxarari (CRUVINEL, 1978, p. 29), relatou o seguinte:

Queremos informar, que embora efetivamente ocupada pelos Kaxarari, parte da área eleita, que fica na margem direita do Igarapé Azul do rio Marmelo, entre os igarapés da Maloca e Barrinha foi titulada à Francisco Reis, sendo os títulos datados de 1962, reconhecidos pelo INCRA. Informamos também que através de discriminatória feita pela CE/RO-01, o INCRA arrecadou toda uma grande área entre a rodovia que liga Rio Branco a Porto Velho e os igarapés, Macureném e Vermelho, englobando a área eleita em apreço.

Tal fato comprova e denuncia a expropriação das terras dos Kaxarari, primeiramente por particulares como Francisco Reis e depois pelo próprio governo, não respeitando os direitos indígenas.

Os Kaxarari, dois anos após a instalação da FUNAI no Estado do Acre em 1978, tiveram suas terras delimitadas, mas somente em 1986 é que foram demarcadas. Com a

delimitação, muitos Kaxarari retornaram á comunidade, alguns estavam trabalhando como peões em fazendas ou como seringueiros autônomos, outros continuavam nas colocações próximas as margens do Rio Azul, Marmelinho e Marmelo, comercializando com os marreteiros da BR 364 ou do Marmelo. Vejamos o que diz uma Kaxarari de 15 anos:

Foi! Nós morava no meio dos branco, né? Aí nós chegemo aí na aldeia, nós não conhecia esse, esses nossos parentes mesmo não. Nós conhecia nós. Aí nós chegemo aí. FUNAI mandou nós morar aí na aldeia, aí nos viemo já depois de grande, já (...) (ALCILENE KAXARARI *apud* ALVES, p. 47).

A demarcação aconteceu de forma controversa, visto que ocorreu de início a demarcação deixando de fora da reserva à parte de granito, que foi explorada pela empreiteira Mendes Jr., com o aval do DNER, FUNAI e órgãos ambientais, provocando impactos socioambientais consideráveis no território. Pode se destacar o aumento da malária⁵⁹ pelo represamento do rio Azul, desmatamento e estagnação de cursos de água, habitações precárias, diminuição da caça, afugentadas pela dinamite entre outros fatores. (PELLEGRINI, 1990, p. 10).

O Decreto que determinava a demarcação das áreas da nascente do Igarapé Azul, onde fica a pedreira, como parte do território reservado aos índios. Na demarcação física das terras, porém, houve um equívoco” topográfico que deixou o igarapé fora dessa área [...]. (JB *apud* POVOS INDÍGENAS DO BRASIL, 1987/1988/1989/1990, p.288).

As Agressões ao meio ambiente foram detectadas pelo IBAMA que promoveu embargo do equipamento produtor de brita, suspenso após o entendimento entre o órgão e o DNER. Diante do impasse a comunidade transferiu-se para a área devastada, sendo que parte desta população no ano de 1988 sofreu de doenças (tabela 2) como malária provocada pelo represamento do principal rio, o Azul.

Sobre esse processo Pellegrini (1990) avaliou: “a exploração da pedreira, construção da barragem e do ramal da estrada passaram a influir diretamente na vida dos Kaxarari no que segue descontando-se a tensão desencadeada pela invasão de importante parte da terra considerada de sua posse imemorial e indispensável para a sua sobrevivência”.

A mudança pelo deslocamento desse povo para a área da pedreira modificou a alimentação em função da escassez da caça e do abandono das antigas roças, e a redução do trabalho extrativo da castanha. As doenças e fome possuíam simbiose, má alimentação e tratamento inadequado contribuíram para tornar difícil o quadro de saúde da população⁶⁰.

⁵⁹ Ver Pellegrini (1990). Em abril de 1990 foram colhidas 76 amostras das quais em 52 constatou-se a existência do plasmódio vivax e falciparum.

⁶⁰ Idem.

Foram diagnosticados impactos ambientais, bem como denúncias de diversas entidades sobre a situação dos Kaxarari, principalmente sobre as doenças que os acometeram. Dentre as denúncias, contraditoriamente se destaca a FUNAI (anteriormente havia permitido a exploração) e indígenas através da UNI, Comissão Pró – índio se ONGs nacionais e internacionais. O caso já virou ação no Ministério Público Federal. E, os Kaxarari reivindicam hoje cerca de R\$ 15 milhões de indenização.

Além da invasão da pedreira vem acontecendo extração de madeira de forma ilegal por madeireiros das Vilas Extrema e Califórnia, segundo Cunha (1998, p. 120), nos anos de 1990, 1993 e 1994 as invasões por madeireiros foram mais intensas. Esse período coincide com a invasão da área da pedreira.

Nesse contexto, as populações indígenas foram as mais atingidas, sendo que os Kaxarari foram submetidos a um grau de violência maior, em virtude de situarem-se numa faixa de “fronteira em expansão” ⁶¹. Se antes deste século, os índios sofreram a ação das correrias, depois de doenças viróticas, ultimamente tem ocorrido à intensificação das doenças endêmicas como a malária, procedente dos sucessivos desmatamentos de áreas próximas a que habitam.

O processo de destruição de um grupo indígena tanto poderá se fazer de maneira fulminante, ou de forma gradativa. No caso dos Kaxarari, podemos considerar que ocorreram os dois processos, pois o extermínio continua na forma de cerceamento de seu território, do confinamento numa área de reserva que aos poucos fica escassa de animais indispensáveis à alimentação, pela morte dos rios necessários a reprodução da vida, ou pela redefinição de uma identidade cultural a que são a todo instante obrigados a recriar.

Para agravar esse quadro podem-se acrescentar grandes projetos para a região com financiamentos de organismos internacionais para fins governamentais como a pavimentação da BR-364 e privados como as linhas de financiamentos para o desenvolvimento na década de 1970, 1980 e 1990.

⁶¹ Expressão norte-americana (moving Frontier) que no Brasil se compara a expressão frente de expansão. No entanto, em nosso estudo significa à ocupação econômica das áreas ainda não incorporadas a economia de mercado.

3.7 - Os Kaxarari e o PMACI

A intervenção do PMACI ocorrerá em 1987 no contexto conturbado da invasão da pedreira e exploração das pedras graníticas. Esta pedreira, na primeira delimitação foi localizada dentro do território e retirada quando ocorreu a demarcação definitiva. Esta situação territorial permitiu que a terra fosse reivindicada por um grileiro que cedeu as pedras para exploração para empresa Mendes Junior. A situação provocou danos a terra Kaxarari. Reclamada por estes, não teve o aval do Estado, que através do IBAMA e FUNAI avalizaram a continuidade da retirada do minério para o asfaltamento da referida BR- 364.

O IPEA na coordenação do PMACI avaliou que havia necessidade de se elaborar um plano de assistência exclusivo aos Kaxarari com enfoque prioritário na saúde educação e produção, considerando que “esta comunidade indígena é a que apresenta o mais elevado risco de desestruturação e até de extinção, em decorrência do grande fluxo de migrantes para a região”. (IPEA, 1990, p.11).

Apesar da proposta do projeto ser referente à proteção do meio ambiente e as comunidades indígenas o que aconteceu aos kaxarari e ao seu território foi o inverso, a área foi degradada e o povo sofreu de sucessivas epidemias de malária, acontecendo vários óbitos durante a fase de exploração e posteriormente, como veremos a seguir.

As ações deram-se de forma direcionada na regularização da terra e na tentativa de mitigação dos impactos provocados pela exploração do granito, sendo ainda direcionadas através da FUNAI e da UNI recursos para a construção de um posto de saúde, uma escola aquisição de um caminhão, três motos-serra e uma peladeira de arroz. Dessa forma enfocarão os aspectos mencionados para analisar o projeto em questão.

Esse dinheiro do PMACI só veio pra comprar caminhão, fazer posto de saúde e a escola, pra comprar moto-serra e a peladeira de arroz, que ainda não pelou nenhum arroz. Essa peladeira ainda esta desmontada aí no posto. Não veio ajuda pra comprar mercadoria, burro de carga e ferramenta pra gente trabalhar na seringa e na castanha por conta própria. (PAULINO SILVA – Liderança Kaxarari da comunidade da Paxiúba, *apud* AQUINO, 1993).

O PMACI não apresentou alternativas aos anseios e necessidades da população Kaxarari que não viram resultados na questão da “proteção às comunidades indígenas e ao Meio ambiente”.

3.7.1 Território demarcação e defesa da terra

A demarcação de terras indígenas era um item específico para o sucesso do plano, no sentido de proteger os impactos mediante a invasão do território, segundo o PAP (1985, p. 132) isto “poderia eliminar o choque proveniente dessa situação indesejável, sendo até possível em médio prazo tornar beneficiários do desenvolvimento regional”. E entre os objetivos figurava assegurado o habitat natural desses grupos indígenas e com isso a proteção efetiva. Estariam preservando física e culturalmente os povos indígenas da área do entorno do projeto. Esses objetivos distanciaram-se muito do inicial quanto aos Kaxarari.

Outro argumento apresentado no texto do PMACI (p. 132) quanto à regularização fundiária profetizava sobre o futuro dos índios que estivessem na área de influência da BR-364.

A pavimentação da rodovia expôs as populações indígenas a conflitos potenciais, portanto no resguardo de direitos destas comunidades poderá o órgão tutelar na eventualidade de possíveis agravamentos nas relações interétnicas, interditar os territórios nos quais se concretizem tais conjecturas. (PMACI, 1985, p. 132).

A demarcação da terra kaxarari foi controvertida, no período da delimitação o levantamento foi realizado com a participação de algumas lideranças, quando ocorreu a demarcação definitiva, A terra foi reduzida, em função de interesses econômicos da construção da rodovia.

Os primeiros recursos destinados à demarcação foram do POLONOROESTE (memorial descritivo corresponde ao Decreto 94.945 de 23/09/1987 apud Barros, 1998, p. 242, PAP, agosto de 1985, p. 26) e os indígenas já reivindicavam e profetizavam o que iria acontecer com estes quando tivesse início a pavimentação da BR-364, essa constatação estes faziam no jornal a tribuna de 20 de outubro de 1985.

[...] Os Kaxarari alegam que suas terras estão sendo invadidas por seringueiros e garimpeiros por ser uma área que esta na região que abrange o polonoroeste. Os índios dizem que na região não existe conflitos, mas o ministro Ronaldo Costa Couto, do interior anunciou a demarcação da área com 127.540 mil hectares e nada foi cumprido embora exista verba para tanto. Eles temem também que o asfaltamento da rodovia Porto Velho/rio Branco e a implantação do projeto de colonização marmelo venha causa-lhes problemas. [...]. (A TRIBUNA, 20/10/85).

Tanto o PMACI quanto o POLONOROESTE tinham previsto como meta a demarcação da terra Kaxarari. Foram destinados recursos para a delimitação e a demarcação definitiva em ambos. No PAP a demarcação se concretizou, suas terras foram descritas entre o

município de Lábrea – AM e Porto Velho - RO. No PAD a terra ampliou-se para Rondônia através do decreto presidencial (13.08. 1992 apud Barros, 1998, p. 249). Após a mobilização dos Kaxarari que receberam apoio de diversas organizações indígenas e de entidades ambientais, destacando a UNI.

Se não houvesse essa mobilização e questionamento sobre a ocupação da pedreira não teria sido possível avançar sobre a demarcação, visto que o relatório semestral do PMACI sustenta que os kaxarari não haviam questionado a demarcação e que estavam satisfeitos, acusando-os de interesse em benefício próprio. A atitude contrasta com a idéia de proteção e com o número de óbitos e doenças decorrentes do aumento do criadouro de mosquito, envenenamento das águas do rio azul onde se localizam as aldeias.

A comunidade indígena kaxarari, situada a 40 km, aproximadamente, do eixo da rodovia BR-364, teve suas demarcadas nos termos da legislação em vigor, sem qualquer obstáculo, insatisfação ou questionamento por parte da comunidade, que não fosse atingido ou resolvido satisfatoriamente.

Com a chegada das empreiteiras para executar a pavimentação da referida rodovia, foram identificados os afloramentos de granito cuja ocorrência, praticamente esta restrita aquela área indígenas, ou melhor, junto aos limites, porém fora daquela área indígena. Diante desta situação, as lideranças iniciaram uma reivindicação de alteração dos limites da área já demarcada de modo a encampar a jazida nos limites da área e definiram o sítio da pedreira com posse imemorial, na expectativa de auferir algum benefício sobre a extração da brita, que na região alcança altos preços dados a sua grande escassez. (IPEA, PMACI, 1990. p. 10).

A denúncia de invasão da pedreira foi do chefe do Posto Indígena – PIN, no Azul onde se localizava a Maloca, junto com a liderança Kaxarari, na ocasião o velho índio Kaibú que alertou para o fato do rio ter secado pela primeira vez, induzindo uma marcha até a área invadida, ocupando-a definitivamente e te a solução do problema. Conforme depoimento de Paulino ex. cacique da Paxiúba, que foi criado a maior parte de sua vida fora da aldeia, quando houve a delimitação voltou e acompanhou a demarcação para a incorporação da pedreira.

Quando a gente morava na barrinha, foi então que aconteceu a retirada da pedra, a água ficou toldada. Aí o chefe de posto o Laci avisou que tavam tirando pedra. Parou mas estavam retirando ilegal. O Alberto e o Caibú se juntaram e eu fiquei aqui separado, muita gente junta briga, olha eu não vou sair daqui até hoje, eu tô aqui. “Aqui na Paxiúba não tem malária como na Pedreira.” Quando começou a tirar as pedras, foi então que eles fizeram açude no Azul e então apodreceu muitas madeiras e juntou mosquito e matou parece que 16 pessoas. Nós viemos de lá, eu cheguei e fiquei aqui mesmo. (PAULINO KAXARARI, entrevista realizada em 18/06/2009).

Para que uma nova demarcação ocorresse e desfizesse a injustiça, foi necessária a mobilização dos Kaxarari, da UNI e de várias organizações em um processo demorado, que envolveu a mobilização de indígenas, entidades governamentais e não governamentais.

Representantes dos Kaxarari já tiveram na Procuradoria Geral da República e na FUNAI, em Brasília, para reivindicar a área, mas o problema continua sem solução. (JB *apud* POVOS INDÍGENAS DO BRASIL, 1987/1988/1989/1990, p. 288.).

Esta demarcação definitiva só realizada três anos depois quando a Mendes Junior Ltda. tinha praticamente concluído o trabalho da Br 364, diante da necessidade de liberação das verbas do BID para a continuação da pavimentação. Após essa fase, a pedreira foi incorporada á reserva, com a promessa de reembolso financeiro proveniente da extração e comercialização das pedras, pelo decreto de 13 de agosto de 1992, que homologou a demarcação administrativa da área indígena Kaxarari, nos Estados do Amazonas e Rondônia.

Ficou de fora a Pedreira”. Então, já veio pessoal do PMACI, já levantou já! Foi, levantou aí, que já tá garantido, agora já tá provado pá tirar esta demarcação da terra, falta só ele vim, mas já ta provado. (SANTUCA KAXARARI, 35 anos, cacique da Bueira, 1991).

Percebe-se contradição e ambigüidade na atuação das organizações que representavam o Estado, de forma contraditória, pois estão implicados como responsáveis pela liberação de parte da área o estado através do DNER, IBAMA e FUNAI..

O IBAMA (Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), a convite da FUNAI foi ao local e constando uma serie de agressões ao meio ambiente, com reflexos negativos na vida da comunidade, promoveu o embargo do equipamento que já estava instalado e em fase de produção de brita em grandes quantidades. Recentemente o IBAMA suspendeu o embargo, depois de entendimento com o DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagens). (IPEA, PMACI, 1990).

A FUNAI e o DNER autorizaram a exploração da pedreira apesar de todo o impacto que esta havia provocado. Diante destes fatores o ministério público denunciou através da ação civil pública contra a Mendes Junior e DNER.

Menos de um mês após a denuncia do chefe do PIN KAXARARI, LACY FERREIRA LESSA, o Administrador Regional da FUNAI em Rio Branco, SLWACKI DE ASSIS, e a MENDES JÚNIOR S.A firmaram uma “TRANSAÇÃO PROVISÓRIA”. A transação permitia à empreiteira explorar pelo prazo de 90 dias “uma jazida de pedra granítica” existente na Área Indígenas Kaxarari para o asfaltamento da BR-364, quando então se obrigariam “a celebrar um acordo definitivo”. (MPF, 1986, p.12)

Estas contradições demonstraram que a política do Estado brasileiro para os povos indígenas tem sido marcada por disputas e interesses conflitantes. Pode se afirmar que nesse contexto esta a exigência dos organismos internacionais para que a política ambiental e indígena esteja adequada a um novo discurso, sem ainda correspondência com a realidade, apesar de este emergir de exigências do movimento social que vivencia as relações típicas da expansão da fronteira, como as disputas pela posse de terras e os projetos de desenvolvimento nela que tem a rodovia como carro chefe, e a atuação do Estado como suas inúmeras instituições. Destacando o INCRA quanto a regularização fundiária, a FUNAI, na tutela e regularização das terras indígenas, SEMA e posteriormente o IBAMA, O DNER como coordenador do processo de desencadeamento do “progresso asfáltico”.

Segundo Cunha (1998) o caso dos Kaxarari traz a tona uma série de contradições inseridas no contexto sociopolítico, particularmente acirrada a questão do desenvolvimento regional, o governo federal e estadual entram em conflito. Acusam-se mutuamente quando o Departamento de Estradas e rodagens do Acre - DERACRE acusa o DNER que por sua vez nega ter havido impactos ambientais: Não houve contaminação das águas, pois a malária é epidemia na Amazônia desde os primeiros colonizadores [...] os peixes continuam existindo na região, sem nenhuma perda na fauna e flora [...] a barragem sobre o rio Azul, não foi prejudicial, etc [...]. (CUNHA, 1998, p. 204).

As políticas traçadas pelo Estado são conflituosas e contraditórias por vezes se opõem e se negam anulando-se. Nesse caso seria o que Lima (1995, p. 15) concluiu sobre a política indigenista e sua formulação na América latina ao longo dos anos. *De modo mais claro: não há correspondência necessária entre os planos para os índios e as ações em face deles.* Ocorrendo uma diferença entre o planejamento estatizado e os verdadeiros interesses que demandam da ocupação da terra e a colonização pelo capital, ou seja, se repete o processo em escala diferenciada da época da colonização.

Para demarcar esse pedaço eu acompanhei, nos viemos, meu irmão foi junto com o pessoal da FUNAI de Brasília, de São Paulo. Ai nós falamos que ficou fora (a pedreira). O marco ficou no recanto. Eu era mateiro, recebi pagamento. O pessoal falava que era terra do Roque (Roque Menoncin). A Mendes Junior fez contato com ele. Tinha um velho empregado dele que ficou um bom tempo até sair. O Kaibú disse que a terra pegava o gapó, cabeceira do limão, subindo o macureném. A demarcação depois da morte deles, a terra toda não. Tava o Artur Cezar. No mapa que finado pai falou podia sair no marmelinho. (DIONÍSIO CEZAR KAXARARI, 56 anos. 18-06-09).

Mesmos durante a intervenção do PMACI, na década de 1990, persistiu a ocupação da terra pela citada empreiteira, com o aval do procurador jurídico do que deu parecer favorável à Mendes Junior mediante a apresentação de projeto de manejo de jazida de brita. Essa atitude provocou a reação dos indígenas que se recusaram a sair da área da pedreira. Havendo inclusive a intervenção policial com a anuência do IBAMA no sentido de desobstruir o local ocupado pelos Kaxarari.

Dentro desta perspectiva o trabalho de Lima (1995), que retrata o “poder tutelar, indianidade e formação do Estado do Brasil” foca o conflito entre o estado e suas instituições e mesmos ONGs frente aos povos indígenas resume da seguinte forma:

[...] na realidade essas instituições são virtualmente *campos de disputa*, em que variados interesses estão em jogo, todas detendo restrições hierárquicas, e numerosos atritos. Muitas destas (es) histórias têm algum tipo de ligação com demandas de verbas ou de autonomia institucional, ou ainda de controle monopólico de um conjunto de funções. (LIMA, 1995, p. 22)

A leitura atuação do PMACI vista pelo ângulo de organizações indígenas pode exemplificar bem os interesses dos envolvidos naquele contexto e o saldo desse processo de forma avaliativa na fala de Antonio Apurinã representante da UNI na ocasião e atual administrador da FUNAI.

Hoje temos a certeza de que o fato do banco realmente ter financiado uma obra desse tamanho no Brasil, especialmente no Acre não imaginaria do caos social, do caos que isso ia provocar, **portanto aí a preocupação por parte deles e das pessoas que tive o prazer de conhecer, muito em relação a isso, mas se não tivesse tido essa sensibilidade deles o dano tinha sido muito maior**, (grifo nosso) eu sempre eu via gente e, portanto foi o que ocorreu, tivemos aí algumas coisas que a comunidade como sempre não esta preparada para o que exige certa organização na manutenção né?! e no caso, hoje eu tenho isso como uma experiência passada, mas um passado realmente vivo, um passado que tem aí, orientações que fosse hoje teria que tratar de outra forma, outro jeito, que visasse realmente aí, inclusive da nossa capacidade de nós saber se estaríamos ou não em condições que nos pudessem para receber esse tipo de materiais que foram comprados na época, mas de qualquer modo a gente prestou, pelo menos a parte que a uni realmente pegou nos prestamos conta e eu tive a felicidade de ir aos Eua, posterior a isso já era outro governo do Jorge Viana para prestar conta desse investimento que foram feitos na época que o Jorge Viana não era nem governador era prefeito. Então o pessoal do Ministério do Meio ambiente, do Tribunal de conta da União, a FUNAI Brasília e eu como o representante do movimento indígena aqui do estado acre, (grifo nosso) eu tive o prazer de acompanhar isso e ir ate lá na sede do banco pra ta dando algumas explicações, isso foi em 80, 88 acho que em 87. E isso que eu ainda me recordo, ne?! Mas os kaxarari especialmente tão aí certo!? Apesar de tudo a terra ta demarcada, ta registrada, ta carimbada, ta homologada, ne?! A partir daí houve um acréscimo muito grande da população e aí, embora com todos os problemas, ainda tem gente viva da época para contar essa história,

porque a gente na época era da UNI e eu hoje sou da FUNAI, né?! Mas ainda não perdi um pouco do que a gente pode tá junto né?! Nesse combate. (ANTÔNIO APURINÃ, ex. coordenador da UNI e ex. administrador da FUNAI, 2008).

O discurso do Ex. representante da UNI aparece cheio de ambigüidades, visto que quando foi realizada a entrevista este se encontrava a frente da FUNAI, destacando que o PMACI contribuiu para a mitigação quando constatou que os danos poderiam ser maiores. Analisando que o povo Kaxarari e os indígenas de um modo geral é que não estavam preparados para a construção da BR. Aqui se refere à organização como forma de enfrentamento da realidade.

No entanto, as medidas definidas pelo PMACI e as formas compensatórias pelo impacto acontecido influenciaram de forma negativa ainda mais dentro da comunidade, pode se destacar ainda o dinheiro que foi disponibilizado como pagamento pela retirada das pedras naquele período.

Teve algumas pessoas que compraram novilha, gravador, rádio, eu peguei um pouco, mas não aproveitei nada. Raimundo Martins, finado Otávio, parece que foi só, eu não me lembro, mas já acabaram. (DOMINGOS MARTINS KAXARARI, Cacique da Aldeia Marmelinho).

A demarcação definitiva não foi suficiente para tranquilizar os Kaxarari quanto a novas invasões de seu território, pois este tem sido constantemente ameaçado por empreendimentos próximos a área. No momento existe um assentamento do INCRA próximo à terra, conflito entre sem terras e fazendeiros e um projeto em discussão de construção de uma hidrelétrica no rio Ituxi na fronteira com a Reserva Kaxarari.

3.7.2 Defesa da terra

O PMACI incluía em seus objetivos a fiscalização ambiental para isso desenvolvimento de três tipos de ações, a saber: monitoramento ambiental, vigilância e fiscalização. Prometia sensoriamento remoto com imagens de satélites para as áreas indígenas em que se verificasse desmatamento. Análise do controle e qualidade das águas. Para as áreas indígenas estava previsto formação de equipes, constituídas por índios para manter patrulhamento, inclusive com rádio implantado nas aldeias.

No caso dos Kaxarari as incursões de não indígenas sobre o território são antigas, porém com a proximidade de novas frentes de expansão sobre as terras esses processos se

refazem e se refinam um dos exemplos decorrentes dos impactos é a proximidade com fazendas, assentamento que vem desencadeando uma série de novas implicações, como destaca a denúncia apresentada por Dionízio Cezar Kaxarari:

Dentro da reserva tão cavando minério, invasão de caçador dentro do barreiro, tira couro de anta, nós ainda não conseguimos pegar, vem de carro, vem de fora. Os vizinhos sem terra fizeram roçado na terra indígena, mas depois que os falaram saíram. Os fazendeiros esta fazendo alqueires de pastos na terra indígena, lá no marmelinho. Aqui na pedreira o pessoal comenta, mas não tem invasão. (DIONÍSIO CEZAR KAXARARI, 2009).

Durante a vigência do PMACI Barros (1998, p. 255) constata que ocorreram denúncias de retirada ilegal de madeiras no período entre 1989 e 1993, sendo que a FUNAI foi a primeira a acusar os Kaxarari por essa situação. E não avaliar que o verdadeiro motivo ocorreu devido à falta de um plano real de apoio ao ambiente e a esse povo indígena que garantisse sua sobrevivência.

A retirada indiscriminada de madeira provocou uma séria devastação de suas florestas. Não é por mera coincidência que os últimos anos de implantação do PMACI sejam exatamente aqueles que os Kaxarari mais venderam madeira de lei de suas terras. Estas madeiras foram negociadas quase sempre a preços inferiores aos de mercado ou às vezes trocados por mercadorias básicas e instrumentos de trabalho necessários as suas safras de castanha, de seringas e agrícolas. (Relatório FUNAI, *apud* BARROS, p. 255).

A invasão por madeireiros ocorreu e ainda ocorre com e sem a conivência dos Kaxarari e funcionários da FUNAI, no contexto da falta de perspectivas de sobrevivência econômica, pois como constata os funcionários da FUNAI muitas dessas madeiras foram trocadas por pouca coisa como gêneros alimentícios de primeira necessidade.

As madeiras que são beneficiadas com as árvores da área kaxarari estão localizadas na região da ponta do Abunã, as Vilas Extremas, Califórnia e Vista Alegre do Abunã em Rondônia. Estas usufruíram de cerejeira, mogno, freijó. A construção de ramais para o acesso as fazendas também contribuiu para a devastação da área nesse período na terra indígena, pois pequenos madeireiros retiraram-na, para no local construir os carreadores.

Para Aquino (1996, p. 33) a retirada ilegal de madeiras de lei da terra indígena na década de 1990, vigência do PMACI e resultado da necessidade de aquisição de recursos financeiros, visto que não havia condições de sobreviver com baixos preços para os produtos extrativos tradicionais, além dos agravamentos das doenças que tornam os índios indispostos ao trabalho, nas atividades de subsistência.

Outro elemento a ser pensado é a relação econômica destes índios com a empresa seringalista que teve início ainda no limiar do século XX, bem como a tradição inata a caça e a coleta que dificulta a atividade de produção de subsistência agravada pelo abandono de suas antigas localidades em função da migração para a pedreira. Não considerada pelo PMACI.

3.7.3 - Educação

Avalia-se o modelo de educação no contexto intercultural que permeou a escola Kaxarari desde década de 1980, durante a vigência do PMACI, em que se registrou o trabalho em educação a partir de ONGS e da ação do Estado. Na verdade o PMACI conforme o PAP (1985, p. 171) apenas buscou reforçar o processo de educação em andamento por estes setores, através de reuniões, de treinamento, encontro de professores, elaboração de material didático específico, entre outros.

Em 1986 quando foi desenvolvida parceria da FUNAI com a CPI, atuando na formação de professores. Este trabalho de formação de monitores foi considerado questionável por acontecer entre diversas culturas, sem a preocupação com a Língua Materna. Alguns aspectos à época apontavam o processo educacional oferecido pelo Estado e através da iniciativa dos indígenas como negativo:

As causas do fracasso são várias: a baixa qualificação dos professores por falta de formação, acompanhamento e reciclagem, a inadequação dos conteúdos curriculares frente à realidade social, cultural e histórica dos kaxarari, o desajuste de calendário escolar, a imposição do uso do português às crianças que mal compreendem essa língua, etc.. Como consequência essa experiência deixou prejuízos para a continuidade do processo escolar, que, no entanto, devem ser superadas diretamente na ação de campo. (SILVA & et al, CIMI, 1986, p. 06).

A proposta do PMACI de construção de uma escola na área baseava-se na existência de tais ações empreendidas pelas agências citadas e, apenas uma escola foi construída na área da aldeia Pedreira e, a partir da década de 1990, foi transferida a responsabilidade desta assistência para o Estado de Rondônia, através inicialmente da Secretaria de Educação do município de Porto Velho e posteriormente a Secretaria de Educação e Cultura de Rondônia - SEDUC.

Sobre a construção da escola pelo PMACI os Kaxarari avaliam no sentido das mudanças socioculturais, enfatizando o desrespeito a língua materna, homogeneizando a cultura em um sentido único, negando as diferenças étnicas:

A escola que fez já caiu, agora foi construída outra. Mas essa vai acabar com tudo que o índio sabe as crianças não falam na língua, não sabe falar a gente se aborrece quando falam com eles, eles parecem que tem vergonha. E a escola só ensina língua portuguesa, assim acaba com o pouco que sabe ninguém mais sabe pescar, caçar mais. (PAULINO, ex. cacique, Aldeia Paxiúba, 16 de junho de 2009).

O depoimento de Paulino exemplifica o descontentamento e a lucidez de sua avaliação em relação à desconstrução dos saberes e a tentativa de homogeneizar o conhecimento. Sobre isso Collett (2001, p. 18) observa:

[...] a educação intercultural seria vista como instrumento de inclusão e “empowerment” das minorias, das populações que estão à parte da cultura hegemônica. A idéia subjacente a essa visão seria que, através do domínio tanto dos seus códigos específicos, como dos códigos “ocidentais”, as minorias poderiam pleitear um espaço na sociedade e na economia mundial. (COLLET, 2001, p.18).

Sob a perspectiva de uma escola para fortalecer os indígenas diante do mundo branco, observa-se que esta acaba por condená-los e a ser tornarem incapazes e iguais a maioria da população destituída. Ainda nessa linha de interpretação destaca:

Entretanto, segundo Diaz e Alonso (1998), em seu trabalho sobre educação intercultural na Argentina para as chamadas populações étnicas e de risco, a mesma idéia de diversidade seria utilizada para excluir e para manter os “pobres” à parte das oportunidades econômicas e políticas. Eles chamam essa política de *“apropriação neoliberal da diversidade sociocultural”* (Ibid., p.2) e ressaltam o fato de que a educação voltada para a tolerância e o respeito visaria encobrir os profundos conflitos e as estruturas de poder. (COLLET, 2001, p. 18).

A capacitação pedagógica como preconizada pelo PMACI a época foi realizada pela CPI e os kaxarari participaram de forma desinteressada, dos professores escolhidos para o trabalho somente um ficou até o final, a escola não parecia importante naquele contexto como se verificou no depoimento de Dionísio Cezar Kaxarari.

Antes nós morava na Barrinha e tinha treinamento no Acre, eu fui só uma vez, na CPI, só o Miguel continuou. Na época só tinha 18 anos então desisti. Voltei agora em 2000 e começou no Açáí. (DIONÍSIO CEZAR KAXARARI, 2009).

A construção pedagógica da escola foi sob a orientação que se da às áreas rurais, sem currículo diferenciado, implicando questões de caráter multicultural e a formação dos professores indígenas tem seguido esta orientação desde a consecução do PMACI. Conforme relata a professora da Aldeia Pedreira, Rosinalda Cezar Kaxarari:

Estudei com o professor Levi até a 2ª série, depois com a Rosemeire esposa do Zezinho, depois ela me chamou para ajudar. Quando ela saiu, eu fiquei no lugar dela. Agora pela secretaria de Educação de Porto Velho fiz um teste no padre Moretti (escola), trabalhei um ano sem ganhar nada, depois provisório, agora a dois anos efetivo. De uns cinco a quatro anos começou a melhorar, agora tem mais um pouco e ta parando de novo. Não tem encontro pedagógico. (ROSINALDA CEZAR KAXARARI)

Verificam-se nas cinco aldeias que possuem escola que os professores não são bilíngües, apesar de sua identificação kaxarari, há exceção e a aldeia Barrinha, que possui um professor branco. No entanto, o SIL – Instituto Lingüístico de Verão, mantém um lingüista entre os Kaxarari, inclusive com uma publicação eletrônica denominada “estudo da ortografia Kaxarari”⁶². Segundo a professora da aldeia Pedreira Rosinalda Cezar Kaxarari algumas iniciativas têm início na língua materna, como o projeto Açai:

Quem vai participar e o Miguel, o apresentou da região de Rondônia. O CIMI fez reunião e trouxe essa informação, só para quem sabe falar na língua. Eu não sei, fui criada por pai cariú, morei pouco na área, eu entendo, mas não sei falar. E importante falar na língua, a cartilha foi feita por Ruth Monserrat da Universidade de São Paulo. A primeira cartilha foi feita em Guajará, outra foi feita pelo Alexandre e a outra com os nomes próprios aqui, oficina na escola. (ROSINALDA CEZAR KAXARARI, professora, 28 anos, 2009).

O uso da língua materna tem sido cada vez menos utilizado, a exceção tem sido a aldeia Marmelinho em que se verifica identificação maior, onde as crianças em sua grande maioria falam apenas na língua.

A apropriação do uso da língua portuguesa pela escola reforça de um lado a aparente homogeneização e de outro resgata um instrumento de dupla articulação do discurso indígena nas relações interétnicas.

Sobre estes aspectos Albert, (1995, p. 04) retrata a interpretação indígenas dos discursos de não indígenas para defesa de seu território, é o que ele chama de a intertextualidade cultural. “[...] a auto definição de cada protagonista alimenta-se não só da representação que

⁶² Ver o trabalho de Couto, Alexandre, 2005, Ortografia Kaxarari – uma proposta In: <http://www.sil.org/americas/brasil/langpage/PortKXPg.htm>. A proposta foi construída com a SEDUC- Secretaria de Educação em cultura.

constrói do outro, mas também representa o que esse outro faz dele: a auto - representações dos atores interétnicos constroem-se na encruzilhada da imagem que eles têm do outro e de sua própria imagem espelhada no outro”.

Esse aspecto é retratado na defesa de seus interesses a partir dos instrumentos que os não indígenas utilizam. Parte dos entrevistados ressalta a importância da escola para o acesso dos Kaxarari ao mundo branco, como crédito e financiamento⁶³, só possível com esse instrumento, outra parte a de mais velhos a vêm com reservas por não difundir a língua Kaxarari.

A escola é até bom também, tem três professores, até esses dois tão indo bem, agora eu quero que estudem os de 15 anos, como o Manoel e o Jailson. No tempo que nós queríamos fundou a nossa associação rque não tinha ninguém, só o Miguel que é formado. Fundaram, mas ninguém acha que só o Miguel era formado, fundaram, mas ninguém foi atrás, ficou parado. (DOMINGOS MARTINS KAXARARI, cacique Marmelinho, 57 anos).

A visão da escola e da língua entre as aldeias é diferenciada. Na aldeia Paxiúba e Pedreira onde a escola esta desde a constituição do PMACI, o uso da língua materna e restrita aos adultos mais velhos, sendo reivindicada por esse grupo sua maior utilização entre as crianças, apesar de não a praticarem com regularidade junto a elas. Na Aldeia Marmelinho, mais distante, o uso do português e reduzido. A maior parte das crianças não conhece outra língua senão a Kaxarari e a escola com o português é para as lideranças o que os torna aptos a dominar o acesso ao mundo dos projetos socioeconômicos, tornara-se um instrumento de negociação. No entanto, os habitantes do lugar resistem a essas investidas, pois não se encontra interesse em alçar maiores conhecimento no mundo branco.

As divergências ficam explicitadas na fala do ex. cacique da Paxiúba Paulino e do atual cacique do Marmelinho Sr. Domingos. A aldeia do primeiro está em um grau de contato interétnico maior pela proximidade com a Vila Extrema e com as instituições do Estado a outra, pelo acesso depende em grau menor dessas instituições.

Outra realidade em termos de educação vivenciada pelos kaxarari esta nas famílias que atualmente residem fora da aldeia, são os Kaxarari do Marmelinho que se deslocam temporariamente ou permanentemente para BR- 364 na localidade denominada Vila Preguiça

⁶³ As associações que foram fundadas nos Kaxarari visam financiamento comunitário, através dos programas da fundação Nacional de Saúde – FUNASA e VIGISUS que objetiva o estabelecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e pela SVS -, iniciou em 2005 o VIGISUS II, penúltima fase do projeto. O objetivo desta fase é fortalecer a atuação do município, principal executor dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), nas áreas de vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis, vigilância ambiental em saúde; análise da situação em saúde; controle de doenças e agravos não transmissíveis. Além de outros projetos da FUNAI. (ver http://189.28.128.100/portal/saude/Gestor/area.cfm?id_area=1130).

e, que estudam na escola da Vila Vista Alegre do Abunã. Os pais trabalham nas fazendas próximas e pernoitam na primeira vila. Nesse caso ocorre maior interação entre as diferentes visões de mundo.

A educação ganha abrangência no sentido de preparar para ações com as instituições governamentais e não governamentais. Após o período das ações implantadas pelo PMACI, em função dos impactos vivenciados pelos Kaxarari depois do desastre da exploração das pedras. No depoimento de uma das lideranças femininas podem se verificar na fala de Marizina Cezar kaxarari, liderança feminina, que segundo seu Irmão, não possui conhecimento, mas muita sabedoria. Esta confrontou a atualidade em termos de educação com o desastre ocorrido no período invasão da pedreira na vigência do PMACI.

A gente não vê nada, pelo tanto de parente que se foi lá, só existia a escola, não existe mais, a gente ta lutando, querendo conseguir não podendo, **apesar de ter educação, saúde, falta treinamento, tá na mesma situação, arriscando a perder o emprego, falta estudo orientação, nesse ponto a gente não se sente bem.** (grifo nosso) Tem atendimento da FUNASA, na CASAI, atendimento na aldeia pela equipe de saúde. Queremos mais, merecemos mais! De 2000 pra cá vi andamento das coisas. A gente não vê nada, pelo tanto de parente que se foi lá, só existia a escola não existe mais, a gente ta lutando, querendo conseguir não podendo, apesar de ter educação, saúde, falta treinamento, ta na mesma situação, arriscando a perder o emprego, falta estudo orientação, nesse ponto a gente não se sente bem. Tem atendimento da FUNASA, na CASAI, ATENDIMENTO na aldeia pela equipe de saúde. Queremos mais merecemos mais. De 2000 pra cá vi andamento das coisas. (MARIZINA CEZAR KAXARARI, 38 anos, 2009).

Em busca de conclusão encontramos a atuação do PMACI quanto à educação como afirmando a dominação das instituições públicas sobre o povo kaxarari, de forma que ela busca incluí-los no contexto das ações do Estado a partir de uma visão que nega a língua e toda a cosmovisão desse povo. Buscando apoio para essa interpretação resgata-se Collet (2001, p. 20) sobre a:

Preocupação com a diferença cultural estaria, portanto, encobrendo a desigualdade político-econômica. A partir dessa discussão, gostaria de abordar duas questões: a primeira seria sobre a dupla reação, por parte dos índios, aos projetos de educação específica e diferenciada. Se por um lado, grande parte dos grupos indígenas vê a educação intercultural como forma de inserção na sociedade e economia nacionais, por outro lado, há os que sentem nesse tipo de proposta uma visão discriminatória e excludente. Estes últimos querem a escola da aldeia nos mesmos moldes da escola do branco, com o mesmo material e os mesmos conteúdos curriculares. A proposta intercultural, na qual a cultura e a língua indígena fariam parte da educação escolar, interagindo com o conhecimento do branco, contribuiria, segundo eles, para os índios serem tratados, cada vez mais, como diferentes, uma diferença vista como exclusão. (COLLET, 2002, p. 20)

O que se verifica aponta para uma maior dependência do Estado em diversos aspectos. Transformados em funcionários e pensionistas ou dependendo de projetos de desenvolvimento comunitários que não surtem efeito no sentido da autonomia como preconizado, ou ainda que os tornem endividados e inaptos para o mundo não indígena. Despreparados para mundo da globalização, na economia de mercado.

3.7. 4 - Desenvolvimento Comunitário

As ações de desenvolvimento comunitário entre os Kaxarari consistiram na aquisição de um caminhão F-4000 que deveria fazer a entrega da coleta de castanha e borracha, além do deslocamento para a cidade da população e de uma peladeira de arroz. Ações de capacitação junto com as populações do entorno da reserva, especificamente com os moradores do projeto RECA - foram inclusas.

Cada ação foi questionada pelos próprios Kaxarari à época bem como na atualidade, destacando a aquisição do carro, conforme a entrevista com líderes da época.

O carro acabou o dinheiro acabou o que tava na conta. O carro foi levado para Rio Branco, consertou, trocaram na pampa. E a pampa acabou também. Em 1991 foi comprado, foi ate 96. Trocaram pela pampa fez falta. Assim que tiramos a carteira eu não sabia de nada, não sabia de administração, agora a gente já sabe, pretende comprar carro, no tempo da castanha à gente precisa pretende ter carro para a produção. (DIONÍSIO CEZAR KAXARARI, Aldeia Pedreira, 39 anos).

A preparação da implementação das atividades para os projetos ficou sem resposta imediata do povo Kaxarari com um projeto que não atendia às expectativas apresentadas por estes. Como exemplificado abaixo:

O carro acabou o dinheiro acabou, o que tava na conta. O carro foi levado para Rio Branco, consertou trocaram na pampa. E a pampa acabou também. Em 1991 foi comprado, foi ate 96. Trocaram pela pampa fez falta. Assim que tiramos a carteira eu não sabia de nada, não sabia de administração, agora a gente já sabe, pretende comprar carro, no tempo da castanha a gente precisa pretende ter carro para a produção. O carro serve para a castanha, pois a gente tira de 300 a 250 latas de castanha por pessoas. Esse ano ninguém quebrou. Hoje tira, colhe 3 a 4 mil latas, porque é difícil tirar, tem que ter burro. Antes nós tinha, quando morava lá em baixo, hoje nós pretende tirar porque tem muita castanha. Os locais mais distantes é de 2 a 3 horas de viagem não tem como buscar. 3 a 4, animais não agüenta buscar. No primeiro ano quebramos 800 latas de castanhas todas vendidas, tão buiado. (VITORINO CEZAR KAXARARI, Aldeia Pedreira, 53 anos).

Dentre as dificuldades apresentadas podem-se considerar as atividades tradicionais que não são mais coletivas, as famílias, há bastante tempo, trabalham com aspectos individuais, não se podendo dar respostas coletivas. Na atualidade, a dependência de pensionistas ou de trabalho através de inserções de políticas dentro da comunidade e trabalhos temporários em fazendas.

A alimentação é Farinha, só macaxeira, a alimentação e da rua. As pessoas que não são aposentadas trabalham na diária, alguns recebem bolsa família, algum como professor, como agente (de saúde), graças a Deus. A alimentação banana, mamão, macaxeira. Não plantamos feijão e arroz, não dão a terra tá fraca. (MARIZINA CEZAR KAXARARI, Aldeia Pedreira, 38 anos).

A aquisição da peladeira de arroz para pelar arroz que os Kaxarari não produzem foi outra ação sem eficácia, pois segundo os Kaxarari estes nunca a utilizaram. Esta estragou sem serventia. Não possuem roçados de lavoura branca, de feijão e arroz, parece não fazer parte da tradição Kaxarari.

3.7. 5 - A saúde

O objetivo do PMACI em saúde descrito no PAP era de favorecer a higidez física dos índios da região através de atendimentos médicos ambulatoriais, criarem condições de se deslocarem até centros urbanos que tenham estruturas hospitalares; reforçar o trabalho dos voluntários e pessoal da FUNAI das áreas de saúde. Acrescentava como importante para que isso ocorresse interação de vários elementos como: o acesso à posse da terra, grau de contato com a sociedade nacional, liberdade para viver sua singularidade (padrões alimentares, de educação moradia e de trabalho); o acesso à vacinação e serviços de saúde (PMACI, 1987).

Especificamente entre Rondônia e Amazonas, onde esta localizada a terra Kaxarari propunha-se a imunização articulada com a rede pública e a preparação de monitores indígenas. Sendo o governo estadual encarregado de realizar os treinamentos em saúde dos povos nesse entorno.

Aos kaxarari as ações em saúde desse projeto ficaram restritas à construção de um prédio para servir de hospital-laboratório onde se realizavam as análises de lâminas de sangue dos pacientes com malária, aos recursos para treinamento e a capacitação em malária por instituições governamentais e não governamentais.

O maior destaque, no caso Kaxarari, nesse período foi do impacto provocado pela invasão da área da reserva para explorar a pedreira que ocasionou a intensificação da malária

em 1987, bem como a incidência de outras doenças freqüentes no seio da comunidade Kaxarari, como tuberculose, cirrose e hepatite. Além do aumento da malária, o envenenamento e desmatamento do rio Azul agravaram a situação. Conforme depoimento da época.

Agora o que nós estamos enfrentando é muita malária ainda, aqui devido esta pedreira com esta represa que fizeram já morreu dez parente nosso com este doença, em função desta pedra, da represa que deu e juntou muita carapanã, ai tem muita, inté aqui ainda ta tendo ainda, mais aí pra baixo na represa aí tem muita, lá pra baixo no Azul não tem, só essa represa que ta tendo muita carapanã, malária em cima direto , nas crianças. Agora ta acabando mais um pouco, mais aqui teve um tempo que tudo tava de malária, tinha de trinta lá em Rio Branco, tinha vez que tinha de quarenta e um bocado na Extrema e outro ficava aqui tudo cheio de malária, era um sofrimento doido. Só em Rio Branco tem bem quatro com tuberculose e aqui já ta curado bem três ou quatro também (SANTUCA, cacique da Bueira *apud* ALVES).

Dentre as instituições que desenvolveram ações em saúde via PMACI esta a UNI que não apenas prestava assessoria ao movimento indígena, mas possuía equipe médico-odontológica e que atuou junto aos kaxarari em 1990, no auge do desencadeamento de epidemias na área. O trabalho da entidade consistiu em imunizações e levantamentos sanitários. Destacam-se nesse período a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA com capacitações de laboratorista/microscopista devido ao alto índice de malária na área e capacitações de Agentes de Saúde Indígena através da CPI.

Em 1991 quando foi iniciado o plano definitivo do PMACI - PAD, após denúncias das comunidades indígenas, os Kaxarari a através da UNI puderam receber quantia de 56 milhões de cruzeiros para a construção do referido hospital que segundo Antonio Apurinã já caiu referindo-se ao prédio do hospital, que hoje não existe mais. Outras atividades foram atendimentos e a realização de vacinações. A aplicação dos recursos teve o gerenciamento e fiscalização da UNI.

Nesse período as ações em saúde tornaram efetivamente mais constantes devido ao alto índice de doenças provocadas pelo agravamento dos impactos da retirada das pedras graníticas. Desse período em diante a com as reforma do Estado a política de assistência a saúde indígena será basicamente coordenada pela FUNAI que encontrará entraves dentro da reforma sanitária que instituiu o Sistema Único de Saúde – SUS, funcionando da seguinte maneira:

Na teoria, 90% dos problemas de saúde deveriam ser resolvidos nos postos de saúde mantidos na área indígena por equipes volantes de saúde e auxiliares de enfermagem. Os casos mais difíceis, que precisassem de diagnósticos e tratamento deveriam ser remetidos a hospitais locais e/ou aos serviços do Ministério da Saúde, com a qual a FUNAI mantinha convênios.

E em casos sérios, encaminhados a casa do índio no centro regional da FUNAI. (LANGDON, 2004, p. 36).

Ao final da década de 1990 as ações transferiram-se da FUNAI o patrimônio e orçamento vinculado as ações de saúde indígena para a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, (art. 28-B-Medida provisória nº 1911-8, de 29.7.1999). E pelo Decreto 3.156, de 27. 8. 1999' no âmbito do SUS, através do subsistema e da FUNASA, na portaria seguinte criou o subsistema da Fundação Nacional de Saúde FUNASA - através do Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI (portaria Funasa nº. 852, de 30.9.199), responsável pelos programas de saúde desde 1999.

Dessa forma UNI e FUNASA através dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas do Alto Purus e Alto Juruá realizam convênios para atender a saúde indígena a partir de 1999. A primeira pactuou com os segundos convênios que vigoraram até 2004, tornando assim a principal ONG na área de saúde no período posterior ao PMACI, com o fim da vigência do recurso proveniente deste, devido a ONG não conseguir prestar contas o convênio foi suspenso em 2003 e, repassado as prefeituras do Estado que fazem o pagamento de pessoal técnico como a equipe multidisciplinar e os Agentes Indígenas de Saúde – AIS.

Teoricamente essa articulação tem a supervisão dos indígenas através do controle social, onde participam lideranças indígenas, trabalhadores de saúde, servidores ou não, Fórum de Presidentes de CONDISI, movimento indígena e as instituições parceiras (universidades, municípios e Organizações Não Governamentais).

O atendimento em saúde aos Kaxarari ocorre através da prefeitura de Sena Madureira. A partir deste ano, 2009, deixara de ser responsabilidade da FUNASA para ser de uma secretaria especial, aonde a estrutura dos DSEIs será subordinada. Essa proposta já havia sido discutida na primeira Conferência Nacional de Saúde para os Povos Indígenas, realizada no período de 25 a 27 de outubro de 1993 em Luziânia-GO.

Nessa conferência os povos indígenas e trabalhadores de saúde indígena recomendaram dentro das políticas de saúde indígena, diretrizes capazes de conceder ao Distrito Sanitário Especial Indígena, sua autonomia política, administrativa e financeira. Posteriormente essa postura foi afirmada na 4ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, realizada no ano de 2006 e também na 13ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 2007 (SUBGRUPO AUTONOMIA DOS DSEI. Brasília, 23 de janeiro de 2009, 05-07 de fevereiro de 2009).

Desde o ano de 1988, quando o índice de mortalidade entre o povo Kaxarari alcançou patamares elevados em uma população de 150 pessoas, morreram mais de 10 devido às

doenças como malária, verifica-se um aumento de doenças como tuberculose e cirrose que por sua vez têm demonstrado resistência ao tratamento, e atingido de maneira irrecuperável esse povo. Muitas das doenças são creditadas ao contato e ao fluxo de pessoas do povo para as cidades.

Quando não tinha contato com não índio não tinha gripe, diarreia, porque o contato com gente até de outro estado. O contato com gente de outro estado, pega doença traz pra aldeia. A gente orienta o pessoal mais novo pra que isso não aconteça, doença.

Na perspectiva de atender a saúde indígena a FUNASA introduziu saneamento nas aldeias, no entanto a manutenção deste ainda é precária e a finalização do trabalho de implantação dos poços é problemática, pois segundo os indígenas foi mal gerida. Como se verifica em depoimento:

Os poços que deveriam ser feitos não foram cumpridos, não chegou a profundidade que era certo. No verão não tem capacidade de ter água. Foram feitos três poços na aldeia. Um na Rosa, um no Baldo e outro. Mas a Rosinalda e o marido que terminaram o poço. Os banheiros da Funasa não são limpos só os da escola é já estragou, os materiais são fracos, a gente conversa com o pessoal na reunião, mas não tem tido resultados, mas nos temos outros banheiros no chapéu de palha, que nós construímos para que vier assistir jogo. (Rosinalda Cezar kaxarari, professora, aldeia Pedreira)

O estado enfrenta críticas quanto à atuação em saúde pela exigência de trabalho que de conta da complexidade e da forma diferenciada de assistência aos povos indígenas. O atual modelo de gestão de atendimento, esta em crise e em processo de transição, ocorrendo descontinuidade das ações de saúde nas aldeias.

3.7.6 - Impactos provocados pela BR-364 na Saúde.

Através de Pellegrini, (1990, p. 07) no seu “Levantamento Preliminar da Situação Kaxarari”, nota-se um estrangulamento na faixa etária de 25 a 29 anos que coincide com a construção da BR 364 e a alta mortalidade infantil desencadeada nos anos 60. Estrangulamento mais discreto é notado na faixa etária de 10 a 14 anos que corresponde ao período de maior dispersão dos Kaxarari pelas margens da “BR”.

Do período de 60 até os idos de 75 não se tem registro das doenças ocorridas com os Kaxarari, mas podemos perceber pelas falas dos índios que doenças como malária, tuberculose e verminose são frequentes.

Com doenças de primeiro nem tinha doença, agora que dava nós, depois que nós passemos pra cá que tá aparecendo essas doenças, mas só malária. Antonce que por isso o que eu pede, nós pede, nós pede por aqui, negócio de vacina, eu diga: gente, proque vocês não vão procura negócio de vacina pra febre, pra dor de barriga, pra gripe? Só isso que acontece por aqui, outras doenças não aparece. Sarampo num se fala, o sarampo, bem dizer que eu já tive tudo. Como eles traz só vacina pras outras coisas? Doenças, outras doenças? Esse num pode ser, que num tem por aqui. Tuberculose isso é mais fácil porque a gente qualquer coisinha vai pra cidade, se trata, vem simhora. Peguei passagem de avião em Porto Velho, fui simhora pra Campo Grande, tratado lá, e antonce, eu to contando história aqui ainda! Agora não! “Pessoal vão daqui pra Rio Branco volta com, com poucos dias voltam, mas de primeiro era difícil mermo.” (LUIZ PRETINHO, 60 *apud* Alves 1992).

É importante destacar que as doenças trazidas pelos brancos não eram conhecidas dos índios, os antigos Kaxarari sabiam cuidar das doenças conhecidas como picada de cobras, e não de doenças graves e infecto-contagiosas.

Não! A gente tem que precisar de médico, porque se não tiver médico a gente não se trata não! Tem que ter pra fazer a lâmina que se tratar, vai pra cá, às vezes pode até morrer criança e inté índio adulto também”. (ALCILENE KAXARARI, 15 anos *apud* ALVES, 1992).

A tuberculose é considerado um dos maiores flagelos e sua cura exige tratamento de no mínimo 6 meses, sendo em alguns casos assintomáticos, o diagnóstico utilizado nem sempre detecta a existência do bacilo, dificultando assim o tratamento, considerando ainda, provavelmente, a mudança nos hábitos alimentares e os contatos dos Kaxarari com não indígenas. Entretanto, ainda há problemas de alcoolismo, que provoca além da dependência uma série de outras doenças, como a cirrose. Não foram registrados caso de alcoolismo entre as mulheres, mas na maioria dos homens é freqüente.

É, existe mesmo aqui na área têm muitos deles que toma cachaça, inté na rua mermo ficam inté com vergonha batendo na mulher”. Eu graças a Deus, eu to um bucado de ano e nunca encostei dedo, eu bebo, nem bom bato na mulher. Eu tomo minhas cachaças, faz mal só pra mim porque eu gasto do bolso, né? Mas, que tendo valentia nem com os amigos aí na rua que eu conheço qual tudo mundo chega é ao redor pra conversar, tem vez que eu não gasto nem dinheiro. Acha bom conversar comigo e eu contar minhas piadas também, diz: encosta aí nós bebe inté tem vez que eu fico bebão mesmo acordo tonto, aí eu vou-me embora, aí eu tiro ressaca... Eu bebo todo dia, agora eu passo assim cinco dias sem tomar. Aí dá dor de cabeça ni mim, eu fico todo ruim já, mais eu bebo e inté onti bebi... (SANTUCA, Cacique da Bueira, *apud* ALVES, 1992).

O discurso acima resume o problema que a dependência acarreta violência, alteração dos hábitos e costumes, pois de acordo com relatos dos Kaxarari, na falta de álcool foi feita a

utilização de gasolina em vez de Caissuma⁶⁴. O álcool traz sérios problemas ao grupo, é o que podemos verificar no discurso de uma liderança Kaxarari:

Antonce nós aqui chegemo, aqui trabaiando com tudo. Mais nosso cacique tem muito. Que o tem faz bem feito o trabalho dele, mais negócio que ele bebe muito cachaça demais. [...]. (LUIZ PRETINHO *apud* ALVES 1992).

Os Kaxarari lutam para sobreviver, promovem agora a integração do povo dentro da reserva, contudo procuram manterem-se vivos num território demarcado, mas cheio de problemas como os já citados acima, para reconstruírem a identidade do grupo e o equilíbrio.

A dependência em relação a BR-364 é cada vez maior quanto à aquisição de gêneros alimentícios, a recebimento do pagamento da pensão para os idosos, a escola não indígena, a trabalhos temporários em fazendas entre outros fatores. Fazendo com que os moradores da aldeia Marmelinho pensem em fazer surgir uma nova aldeia mais próxima do Ramal conhecido como Ramal do boi com acesso a Rondônia e Amazonas e a referida rodovia.

⁶⁴ Caiçuma ou caissuma – bebida de origem indígena, produzida através da fermentação milho ou da mandioca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

As frentes de expansão para a região centro ocidental da Amazônia dirigida primeiramente pela empresa extrativista no início do século XX e a construção da BR-364 na década de 1970 e sua pavimentação nos anos 1980 afetaram diretamente a história dos Kaxarari.

Incorporados à economia da região como seringueiros extrativistas no século XX, inicialmente tornaram-se dependentes do comércio com o barracão, que impunha mercadorias em troca da produção de borracha. Com a falência dos seringais na década de 1960 desse mesmo século deslocam-se de antigos seringais às margens do Ituxi-Curequetê, próximos ao Purus e ao Madeira para a rodovia BR-364 trabalhando agora com marreteiros, experimentando a liberdade comercial. A partir desse momento, vão vivenciar uma nova dinâmica de trabalho, pois as proximidades com os novos núcleos urbanos que se instalam na região, também favorecem o surgimento de relações de trabalho assalariadas, expressadas no trabalho temporário em fazendas mais constantes na década de 1980 em diante.

A interferência de organizações governamentais como a FUNAI, na segunda metade dos anos 1970, e de organizações não governamentais com inserção entre os Kaxarari influenciará na definição dos limites territoriais, na organização das comunidades, bem como nas formas de intervenção para as ações de saúde, educação e projetos econômicos.

A pavimentação da BR-364 na segunda metade dos anos 1980 apontou a fragilidade da inserção destes no contexto do “desenvolvimento” para a região, destacando como inócua aos indígenas as políticas públicas, por serem contraditórias aos interesses do poder público.

A constituição de políticas públicas a partir do PMACI no contexto conturbado dos impactos provocados pela exploração da pedra utilizada na pavimentação da BR-364, demonstrou que as formas de mitigação propostas ou o que se considerou proteção pelo PMACI representou algo muito diferente do que foi definida sobre saúde, educação desenvolvimento comunitário, defesa da terra e do meio ambiente.

O modelo de desenvolvimento demonstrou sua insustentabilidade para com as populações e o entorno, visto que a terra demarcada continua sendo ameaçada por invasões por madeireiros, caçadores, e fazendeiros. A dependência do Estado através das instituições que atuam na área como a FUNASA, para o tratamento de doenças crônicas, como tuberculose, cirrose, câncer e as doenças provocadas pelos impactos das fazendas, destacando a malária ainda não controlada, devido ao fluxo de indígenas entre as fazendas e as vilas do entorno.

A educação que se constituiu nas escolas kaxarari segue a linha do enfoque intercultural como instrumento de inclusão e empoderamento no mundo da cultura dominante (COLLET, 2002, 18), no entanto, a diversidade ou a idéia subjacente a essa visão seria que, através do domínio tanto dos seus códigos específicos, como dos códigos “ocidentais”, as minorias poderiam pleitear um espaço na sociedade e na economia mundial. O espaço da educação tem demonstrado que os kaxarari são cada vez mais homogêneos e inclusos na sociedade brasileira como minorias despreparadas e sem posses, agora de seu mundo e do mundo não indígena.

As alternativas de projetos comunitários têm demonstrado ineficiente, pois exigem a organização de associasses entre os kaxarari que não possuam pendências jurídicas ou econômicas. Em síntese o PMACI carece de maior investigação sobre as ações implantadas e sobre os mecanismos de participação, bem como sobre as mudanças qualitativas ao meio ambiente e as comunidades indígenas. Iniciou o modelo atual de políticas públicas para o meio ambiente e as populações indígenas, com financiamentos advindos de organismos multilaterais disponibilizando linhas de financiamento para o desenvolvimento comunitário e instituindo parcerias junto a organizações governamentais e não governamentais.

Criado para os fins de uma política que preconiza a autonomia indígena, demonstrou processo inverso, no caso dos Kaxarari o que se verificou foi maior dependência que hoje se manifesta em relação a FUNAI, FUNASA, escola pública e as linhas de financiamento que os têm tornados mais, endividada e marginalizada. Uma inserção na sociedade nacional com desigualdade. Ao olhar para o passado já temos elementos consistentes para sugerir que os resultados das iniciativas similares não serão animadores sobre o ponto de vista da participação dos indígenas e camponeses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ALBERT. B. O ouro canibal e a queda do céu. **Aconteceu**. Especial, v.18, p. 169-171, 1995.

ALLEGRETTI, Mary Helena. **A Construção Social de Políticas Ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. Brasília-DF, 2002, 827p. Tese de Doutorado - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

ALVES, Alcilene. O. **Índios Kaxararí no contexto das Frentes de Expansão**. Rio Branco: UFAC, 1992. Monografia – Bacharelado em História).

ALVES. Alcilene, HOLANDA. Eduardo, CUNHA, Davilson Marques. **O Espaço, Território e a Região nos planos de desenvolvimento regional: Uma Abordagem da Transoceânica**. Trabalho apresentando como requisito parcial para a obtenção da nota da disciplina Tópicos Especiais de Geografia: Espaço, território e região.

AQUINO, Terri Valle de. **PMACI: Uma Farsa de Proteção ao Meio Ambiente e as comunidades indígenas do Acre e sul do Amazonas** In Povos indígenas do Brasil 1987/88/89/90. 297 p.

ATHIAS, Renato. Temas, problemas e perspectivas em etnodesenvolvimento: uma leitura a partir dos projetos apoiados pela OXFAM (1972-1992). In: LIMA, Antonio Carlos de Souza e BARROSO-HOFFMANN, Maria (org). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista**: Rio de Janeiro: contra Capa Livraria LACED,2002.

_____. **Relatório de Avaliação kaxarari**, Rio Branco. 1984. Mimeo.

_____. **Considerações sócio-culturais, históricas, territoriais e as graves ameaças ao meio ambiente e à sobrevivência de suas comunidades pela atuação da empreiteira MENDES JÚNIOR na área da Pedreira**. Texto escrito por solicitação da Procuradoria Geral da República no Estado do Acre. Junho de 1986. 32 p.

_____. **Relatório de viagem à área indígena Kaxarari**. Rio Branco: FUNAI. 1993. 23 p.

ARBERX JR. José. “TERRA SEM POVO”, CRIME SEM CASTIGO Pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia. In: TORRES, Mauricio (org). **Amazônia Revelada: os descaminhos ao longo da BR 16a 3**. Brasília: CNPq, 2005. p. 12-18

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000.

AZANHA, Gilberto; MARRETO, Luis Carlos. **Estudo Socioeconômico sobre as terras e povos indígenas situados na área de influência dos empreendimentos do Rio Madeira (Uhes Jirau E Santo Antonio) Diagnóstico final e avaliação de impactos nas terras indígenas Karitiana, Karipuna, Lage, Ribeirão e Uru-Eu-Wauwau** . Brasília-DF [s.n.], 2004.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. *Estudos avançados.*, 2004, v.19, n.53, p.71-86.

BENTES, Rosineide. A intervenção do Ambientalismo Internacional na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 9 - 10, 2005.

BRASIL. Congresso Nacional. **Programa de aceleração do Crescimento -PAC**. Brasília. 2007.

BORON, Atílio A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

CAMELY, Nazira Correia. **Os agentes do imperialismo na Amazônia Ocidental: um estudo sobre a intervenção das ONGs no Estado do Acre**. Niterói: UFF, 2008.

CASTRO, Edna. Dinâmica Socioeconômica e Desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos do Naea**. v. 8, n. 2, p. 5-39, dez. 2005.

CASTRO, Eduardo B. Viveiros de . **Os Kulinas do Alto Purus - AC: Relatório de Viagem** (mimeo). 1978. 92 p.

CAVALCANTE, Ormifran Pessoa. **Carmem era uma vez um Seringal**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco. 2002.

CENTRO DOS TRABALHADORES DA AMAZÔNIA. **As ações apoiadas pelo PMACI e o desenvolvimento sustentado: Uma avaliação participativa do PMACI, feita pelos próprios beneficiários**. Rio Branco, AC., 1985, 66 p.

COLLET, Célia Letícia Gouveia. **Ritos da civilização e cultura. a escola Bakairi**. 2006. 367 f. Tese (Doutorado) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro-RJ.

CONSELHO INDIGIENISTA MISSIONÁRIO-CIMI. **Relatório de entrada à área Kaxarari**. CIMI, 1986. Mimeo.

COTRIM, Gilberto. O Impacto da Conquista da América . In: **História do Brasil para uma geração consciente**, 2º grau. São Paulo: Saraiva, Cap. 2. p . 23 - 27.

CRUVINEL, Noraldino Vieira . **Relatório sobre os Kaxarari**. Brasília: Fundação Nacional do Índio, 1978, 31 p.

CUNHA, Geovânia C, Barros. **Conflitos Sócio Ambientais no Acre**: Um estudo de caso sobre modalidades de apropriação e gestão de recursos naturais no período 1990/1997. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais, Programa de pós-graduação em Sociologia Política. Florianópolis, SC.

DAVIS. Shelton H. **Vítimas do Milagre**: o Desenvolvimento e os Índios do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar.. 2005. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, Campinas-SP: [s.n], 2004.

_____.**Vitimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar editores. 1978.

DUARTE, Hélio Garcia. **Conflitos Pela Posse da Terra no Acre**: a resistência dos seringueiros de Xapuri. Rio Branco-AC: Casa da Amazônia, 1987.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (Ed.). **Dicionário do Desenvolvimento**: Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Como conhecer o século XVI. In: **Amazônia no período colonial (1616 – 1798)**. Manaus: Departamento de História da Fundação Universidade do Amazonas , 1978 . Cap . I, p. 02 – 17.

FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos Territórios a Multiterritorialidade**. Porto Alegre, RS, Setembro de 2004. Disponível em: <<http://www6.urgs.br/petgea/artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2008.

_____. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002. 186p.

IANNI, Octávio. A Expropriação do índio. In: _____. **Ditadura E Agricultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979. p. 198-249.

_____. Agricultura e Ditadura. In: _____. **Ditadura e Agricultura**. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 243 – 249.

INSTITUTO PESQUISA DA AMAZÔNIA. **I Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas**. Período 1985/1986. Manaus, 1987. p.07 - 19.

JORNAL “O RIO BRANCO”, 25 de agosto de 1985.

LAURIOLA, Vincenzo. Ecologia global contra diversidade cultural? Conservação da natureza e povos indígenas no Brasil: O Monte Roraima entre Parque Nacional e terra indígena Raposa-Serra do Sol. **Ambiente & sociedade**, v.5, n. 2, 2003.

LÉNA, P.; A.E. de OLIVEIRA (orgs.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. [S.l.:s.n.], 1995.

LIMA, Antonio Carlos de Souza; HOFFMANN, Maria barroso. **Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: bases para uma nova política indigenista**. Rio de Janeiro: LACED, 2002.

LIMA, Francisco Granjeiro de; OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de. Os “paulistas” A fronteira Capitalista. In: _____. **O sertanejo, o Brabo e Andanças da população acreana**. Belo Horizonte: UFMG. 1982. Cap. 04. p. 263.

LIMA, José Roberto de. Os primeiros ensaios de participações: o exemplo do Pmaci (Acre). In LEROY, Jean-Pierre, SOARES, Maria Clara C. (orgs.). **Bancos multilaterais e desenvolvimento participativo do Brasil: dilemas e desafios**. Rio de Janeiro: FASE/IBASE, 1998. 236 p.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: o poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil.** Petrópolis-RJ: Vozes 1985.

LITTLE, E Paul. Etnoecologia e direito dos povos: elementos de uma nova ação indigenista. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza; HOFFMANN, Maria Barroso (Orgs). **Etnodesenvolvimento e Políticas públicas: bases para uma nova política indigenista.** LACED, 2002. 157 p.

LOUREIRO, Violeta Refkalesky; PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão Fundiária na Amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, n. 54, p. 77-98, 2005

LOUREIRO, Violeta Refkalesky; PINTO, Jax Nildo Aragao. A questão fundiária na Amazonia. Dossiê Amazonia Brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.19 n. 54, May/Aug. 2005.

MARTINELLO, Pedro. **A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial.** Rio Branco-AC: EDUFAC, 2004.

MENDES. Antônio Salgado Mendes. **Relatório Trimestral de Consultoria à Coordenação Geral do PMACI.** Brasília, 1992. 40 p.

MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL. **Ação Civil Pública de reparação de danos em terras indígenas contra a construtora Mendes Junior.** Rio Branco, 1986. Disponível em: http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/atuacao-do-mpf/acao-civil-publica/docs_classificacao_tematica/ACP_contra_Mendes_Junior_e_DNER%20.pdf. Marco de 2009.

OLIVEIRA, Wagner A. **Relatório sobre as delimitações no Médio Rio Purus: áreas Apuriña e Camadeni.** Manaus-AM: [s.n.], 1987, 46 p. Mimeo.

PAULA, Elder Andrade de. **(Des) Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental dos missionários do progresso aos mercadores da natureza.** Rio Branco- AC: EDUFAC, 2005.

_____. **Internacionalização da Amazônia sob a Hegemonia Estadunidense.** Texto apresentado na Mesa Redonda A Hegemonia Americana no século XXI do VI congresso Brasileiro de História Econômica e 7ª conferencia Internacional de Historia de Empresas. Conservatória. Rio de Janeiro, 2005.

_____. O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e a Luta Pela Terra no Acre: conquistas e retrocessos. **Revista Nera**. ano 7, n. 5, p.94, ago./dez. 2004.

_____. **Seringueiros e sindicatos**: um povo da floresta em busca de liberdade. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1991. (Dissertação de mestrado)

_____. Estado e Desenvolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercados da natureza. 2003. 206 f. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro-Rio de Janeiro - RJ. (pdf).

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira**: vinte anos sem Chico Mendes. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/8714209>. Acesso em: 02/03/2009.

PELLEGRINI, M. A. **Levantamento Preliminar da Situação Sanitária dos Kaxarari**. Rio Branco: CIMI, 1990.

PLANO DE AÇÃO PROVISÓRIO. **Projeto de Proteção do Meio Ambiente e da Comunidades Indígenas**: área de influência indireta – BR, 364- trecho Porto Velho Rio Branco. Convênio interministerial de 12/03/85. Brasília, 1985.

PMACI. **Projeto de proteção do Meio Ambiente e das comunidades Indígenas**. GT. Brasília, 1987.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina in: LEHER, Roberto e SETÚBAL, Mariana (org). **Pensamento crítico e movimentos sociais**: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a Civilização**: A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

REGO, José Fernandes do. **Estado e Políticas Públicas**: a reocupação econômica da Amazônia durante o regime militar. Rio Branco. EDUFMA-EDUFAC, 2002.

RONDONIA, Ministério Público do Estado de Rondônia. **Relatório de análise do conteúdo dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e do relatório de Impacto Ambiental (RIMA) dos aproveitamentos Hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira.** Porto Velho: COBRAPE. 2004.

SACHS, Wolfgang. Meio Ambiente. In: _____. **Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SANTOS, Francisco Lopes dos. **Relatório sobre as irregularidades ocorridas na área Indígena PIN kaxarari.** Comunicação interna. Rio Branco-AC.:Funai/Ministério da justiça. 1992.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA. Instituto de Pesquisa Aplicadas. **Plano de Ação Provisório. Projeto de Proteção ao Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas área de influência direta - BR 364-trecho Porto Velho – Rio Branco.** Convênio Interministerial de 12/03/85. Brasília-DF, 1985. 218 p.

SERRA, Maurício Aguiar; FERNANDEZ, Ramón García Serra. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para otimismo e para pessimismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 23, p. 107-131, jul./dez. 2004.

SEVA Fo, Osvaldo. **Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera e hidrelétricas nas Amazonias . 2008. Disponível em:**
www.fem.unicamp.br/~seva/artSEVA2R_SemDesenConflit_BH_abril08.pdf

SILVA, Silvio Simione da. **Tempos de violência, espaços de resistência.** In: Paula, Elder Andrade de Paula e Silva, Silvio Simione da. Trajetórias da luta camponesa na Amazônia – acreana. Rio Branco. EDUFAC, 2006.

SOUZA, Gladys Cavalcante. **Aspectos da Fonologia da língua kaxarari.** Disponível em:
<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000317233>. Acesso em: 04/10/2008.

SOUZA. Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Atlas, 2005.

VEIGA, José Eli da. **A face rural do desenvolvimento. Natureza, território e agricultura.** Porto Alegre: URGs, 2000.

_____. **Desenvolvimento sustentável desafios do século XXI.** 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** São Paulo: EDUSP/Hucitec, 1991.

VERDUM, Ricardo. **A cidadania multicultural e os limites do indigenismo brasileiro.** [S.l.:S.n.], s/d.

GLOSSÁRIO

ARIGÓS – Migrantes nordestinos que vieram para a Amazônia, especificamente no segundo surto da borracha para trabalhar na produção de látex.

AVIAMENTO – Caracteriza-se por ser uma atividade comercial, com ausência monetária baseada no trabalho compulsório e dedicada a extração vegetal e animal, desenvolvida em vastas extensões territoriais e subordinada em última instância, ao grande capital

CAICIUMA ou CAISSUMA - S. M. Bebida de origem indígena, produzida de milho ou macaxeira cozida.

CAMBITO – Gancho de madeira para puxar os barcos (batelões) nos igarapés .

CORRERIAS –Expedições organizada em fins do século XIX e início do século XX na Amazônia Ocidental, tendo inicialmente o caráter punitivo responsável pela dizimação e escorraçamento de várias nações indígenas, as quais no início do século passam a ter como objetivo o aprisionamento de índios para submetê-los ao trabalho extrativo.

FRENTE DE EXPANSÃO – Não há consenso entre diversos autores que utilizam este conceito. Contudo nesta pesquisa, atribuímos a este, o significado econômico desencadeado pela sociedade branca ao território pioneiro, ocupado apenas por comunidades indígenas.

FRONTEIRAS EM EXPANSÃO – Expressão Norte Americana (Moving Frontier) que no Brasil se compara á expressão frente de expansão. No entanto, para nosso estudo significa a ocupação econômica das áreas ainda não incorporadas a economia de mercado.

KUPÁ- Estrato utilizado pelo pajé na cura de várias doenças.

PAJÉ – S.M. Chefe espiritual entre os indígenas, misto de sacerdote, profeta e médico feiticeiro.

SOCIEDADE BRANCA – Expressão conceitual que designa a imposição dos valores sócio-econômico/étnicos culturais da sociedade capitalista (em que predomina o elemento branco) em oposição ás sociedades não capitalistas como as sociedades indígenas.

SUCÚBA – plumérica sucúba, família das apicináceas. e utilizada pelos kaxarari em fraturas, desmentiduras, reumatismo, etc.

TAQUARI - índios que habitavam as margem do rio madeira – exterminados pela construção da estrada de ferro Madeira- Mamoré.

ANEXOS

Quadro 01 - Áreas demarcadas pelo Plano Provisório do PMAEI

ETNIA	AREA	MUNICÍPIO/ UF	SITUAÇÃO
Apurinã	Apurinã do Km 45/BR – 317	Boca do Acre – AM	Demarcada pelo decreto presidencial.
Apurinã	Camicuã	Boca do Acre – AM	Demarcada pelo decreto presidencial
Katukina	Campinas– Km 62/BR-364	Cruzeiro do Sul – AC	Demarcada pelo decreto presidencial
Nukini	Nukini	Mancio Lima – AC	Demarcada pelo decreto presidencial
Kaxinawá	Rio Humaitá	Feijó – AC	Demarcada pelo decreto presidencial
Kaxinawá	Rio Jordão	Tarauacá- AC	Demarcada pelo decreto presidencial
Jamináua/Manchineri	Mamoadate	Sena Madureira -AC	Demarcada pelo decreto presidencial. Registrada no RGI de Sena Madureira e Assis Brasil e no SPU.
Kaxinawá	Iguarapé do Caucho	Tarauacá-AC	Demarcada pelo decreto presidencial
Kaxinawá	Nova Olinda	Feijó - AC	Demarcada pelo decreto presidencial
‘Kulina	Kulina do Rio Envira	Feijó - AC	Demarcada pelo decreto presidencial
Katukina/Kaxinawá	Katukina/Kaxinawá	Feijó - AC	Demarcada pelo decreto presidencial
Kulina	Cacau do Tarauacá	Envira - AM	Demarcada pelo decreto presidencial
Kaxarari	Kaxarari	Porto Velho – RO e Labrea -AM	Demarcada pelo decreto presidencial
Apurinã	Caititu	Labrea –AM	Demarcada pelo decreto presidencial
Katukina e Yawanawá	Rio Gregorio	Tarauacá – AC	Demarcada pelo decreto presidencial e registrada do RGI encaminhada ao SPU

Fonte: FUNAI – 1987

Quadro 02 - ÓBITOS OCORRIDOS NO PERÍODO DA EXPLORAÇÃO DA PEDREIRA ENTRE 1988 E 1990.

OCORRÊNCIA	NOME	SEXO	IDADE	LOCAL	CAUSA PROVÁVEL
88	Francisco Neto Nazaré	M	15 a	Azul	Febre
88	Nazaré	F	+ - 30a	Azul	Febre
1/12/88	Eucleuso (Francisco Otávio)	M	3 ^a	Buriti	Febre
11/12/88	RN de Antônia Alexandre	M	8 hs	Extrema	Sufrimento fetal
15/12/88	F.co de Assis	M	1a	Azul	Febre
3/8/89	Kaibú	M	+ -75a	Azul	Tuberculose (?) Neoplasia (?)
1/90	Manoel Silva			43 ^a Boeira	Afogamento durante crise epilética.
2/90	Inêz	F	+ - 60	Barrinha	Pneumonia

Fonte: Cimi – Pellgrini -1990

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)